

DIARIO DA REPUBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preco deste número - Kz: 790.00

- Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Cavalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA Ano As três séries Kz: 611 799.50 A 1.ª série Kz: 361 270.00 A 2.ª série Kz: 189 150.00 A 3.º série Kz: 150 111.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.º série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRENSA NACIONAL - E.P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2 e-mail: imprensanacional@imprensanacional.gov.ao Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da internet no site www.imprensanacional.gov.ao, onde poderá online ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do Diário da República nas três séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no Diário da República não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do Diário da República aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2015 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2016, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do Diário da República para o ano de 2016, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois porcento)

séries	Porocinto).			
1. Série		Kz: (511	799,50
2. Série	***************************************			270,00
3.° série	***************************************			150,00
2. Tão lo-	***************************************	V ~	150	111.00
les terão o Togo se	ja publicado o preco	d-6-11	130	111,00
0 0 0	- o bicco	(C) III III II IVV (O)	S 20	ssinan-

a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do azo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2016.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos Diários da República através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- a) Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- b) As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2015 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15% (quinze porcento).

SUMÁRIO

TRI — Comunication, Limitada.

UNITOM - Unidade de Tomate, S. A.

Yo & Yz, Limitada.

Migamechi, Limitada.

BENDEU — Construções (SU), Limitada.

Transparência Real Cozinha, Limitada.

Sporting Club de Angola, S. A.

Prijoice, Limitada.

ABAX — Consultoria e Serviços (SU), Limitada.

CANDÓ — Importação e Exportação, Limitada.

ORLANDO PINTO GOMES — Comércio é Prestação de S

Limitada.

WITS - Águas Limpas, Limitada.

China Ratiway 20 Group Internactional Augusta, Limit

Galeria dos Pães, Limitada.

Luanda Grill, Limitada.

GRUPO-ADGC, Limitada.

Heran General Trading e Indústria (SU), Limitada.

LOGOS CONTRÁRIOS — Comércio e Serviços, Limitada.

Riafra Corporation Angola, Limitada.

Grupo Armindo Ernesto & Filhos, Limitada.

JEDHER — Comércio e Serviços, Limitada,

Talatona Golden-ZR6, Limitada.

News Paperboy-Le, Limitada.

Tappeto (SU), Limitada.

CORD - Bel (SU), Limitada.

Galileia J.M., Limitada.

KIONDA - Surf School Angola, Limitada.

J.L. Tony Empreendimentos, Limitada.

AFRUS — Prestação de Serviços Clínicos, Cirúrgicos, Limitada.

CNSA — Anunciação, Limitada.

COOPERATIVA - Deolfe, S. C. R. L.

Oasis do Sahara (SU), Limitada.

Santos Monteiro (SU), Limitada.

INTENSA — Consultoria (SU), Limitada.

Dalior Dreams, Limitada.

Mesiofil Comercial (SU), Limitada.

Organizações Ngombo Helena, Limitada.

Luatek Angola (SU), Limitada.

Ondembifarma, Limitada.

Sosoares Cristóvão (SU), Limitada.

João Liahuca, Limitada.

Angolavante Business And Solutions, Limitada.

PRINCIPAL TRADING CORPORATION — Indústria, Comércio

Geral, Importação e Exportação, Limitada.

Signangola, Limitada.

INÉRCIA — Serviços, Limitada.

Stana & Manga, Limitada.

EASY & QUICK — Prestação de Serviços, Limitada.

LAMPEDUSA — Imobiliária, Limitada.

Q. LIMA — Comércio e Serviços, Limitada.

Milde Pi (SU), Limitada.

IEAC, Limitada.

Marques Perfect Business Angola, Limitada,

Kihend, Limitada.

GRANIPETRIS — Extracção e Transformação de Rochas (SU), Limitada.

Hidroviana (SU), Limitada.

L. Sabores Gourmet, Limitada.

PROPAWER ANGOLA — Gestão e Participação, Limitada. Two Steps Behind, Limitada.

Francu, Limitada.

Flor Branca, Limitada.

Ana Manuel (SU), Limitada.

Massochy & Man-Jol, Limitada.

DFAC — Investimentos, Limitada.

DIÁRIO DA REPÚR Conservatória do Registo Comercial da 2.º Secção do Control

«AMÉLIA SARDINHA CHANDA— Comércio a Grossoto «M. F. F. M. S. C. — Prestação de Serviços». «P. S. G. — Prestação de Serviços».

«LUÍS ANTÓNIO ROSA — Comércio a Retalho» Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC. «Raul Lopes Gonçalves Júnior».

TRI — Comunication, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 1 lavrada com início a folhas 34 do livro de notas paras turas diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Gió Único da Empresa — Anifil, a cargo do Notário, lá Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, peranteix Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto, foi constituida entre

Primeiro: — Pedro Manuel Augusto, casado com las Maria Joaquim Augusto, sob o regime de comunhão de table rido, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde rei habitualmente, no Bairro Tala Hady, Casa n.º 139, Zoniñ

Segundo: — Sérgio Pinto Faria Henriques, substitution maior, natural do Lubango, Província da Huila, roida habitualmente em Luanda, no Município do Cazenga Bir Hoji-ya-Henda, Rua Nossa Senhora de Fátima, Zona II,

Terceiro: — Agostinho Neves António, casado no Juliana Domingos Neves, sob o regime comunhão de addiridos, natural de Quipedro, Ambuíla, Província do ligitado de la companya de la c residente habitualmente em Luanda, no Municipi de Cazenga, Bairro Hoji-ya- Henda, Casa n.º 805, Zona fi

Uma sociedade comercial por quotas que se regeris termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empreso Anifil, em Luanda, 4 de Novembro de 2015. — 0 ajuditil ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TRI — COMUNICATION, LIMITADA

ARTIGO I.º ARTIGO I.º de «TRI de adopta a denominação provincia de adopta a denominação provincia de adopta a denominação provincia de adopta a denominação de adopta a denominação provincia de adopta a denominação de adopta de a Comunication, Limitada», com sede social na provincial Luanda, Municipia de «Instruction de Republica de Repu Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Zona Verdella Rua 44, casa s/2 0 Rua 44, casa s/n.º (próximo do Condomínio das Alfândesas)

podendo transferio. podendo transferi-la livremente para qualquer outro locale território nacional território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agrir cias ou outras formado para qualquer outro e fora do para como abrir filiais, sucursais de fora do para como outras formado para qualquer outro e fora do para como abrir filiais, sucursais de fora do para como outras formado para qualquer outro e fora do para qualquer outro cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de cias ou outras formas de representação de cias ou outras formas de cias ou outras formas de cias ou outras formas de cias outras de cias ou outras formas de cias outras de cias de cias outras de cias outras de cias de ci

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o Asua sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, representações comerciais e indusriais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento de viagens, relações públicas, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, exploração de vídeo clube e discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, exploração de jardim de infância e ATL, educação e cultura, instrução automóvel, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, importação e exportação, podendo ainda dedicar- se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Agostinho Neves António, Pedro Manuel Augusto e Sérgio Pinto Faria Henriques, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do con-Sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Pedro Manuel Augusto e Sérgio Pinto Faria Henriques, sendo necessárias as 2(duas) assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18375-L03)

UNITOM — Unidade de Tomate, S. A.

Certifico que, por escritura de 19 de Outubro de 2015. lavrada com início a folhas 92 do livro de notas para escrituras diversas n.º 299-A do Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «UNITOM Unidade de Tomate, S. A.», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairto Cassenda, Avenida 21 de Janeiro, Casa n.º 28, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

PACTO SOCIAL DA SOCIEDADE UNITOM — UNIDADE DE TOMATE, S. A.

CAPÍTULO I Denominação, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º

(Natureza jurídica, denominação, sede e duração)

- 1. A sociedade adopta a natureza jurídica de sociedade anónima e a denominação social de «UNITOM — Unidade de Tomate, S. A.».
- 2. A sociedade durará por tempo indeterminado e terá a sua sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, na Avenida 21 de Janeiro, Casa n.º 28, Provincia de Luanda, República de Angola, podendo por deliberação do Conselho de Administração ser transferida para qualquer outra parte do local do território nacional.

ARTIGO 2.º (Representações e participações sociais)

- 1. A sociedade poderá, por simples deliberação do Conselho de Administração, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências, ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, nos termos da legislação aplicável.
- 2. A sociedade poderá participar em sociedades anónimas ou por quotas e com elas se coligar sob a forma de participação ou em relação de grupo nos termos dos artigos 463.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

I. A sociedade tem por objecto a produção agro-industrial de tomates e seus derivados, importação, exportação e comercialização dos mesmos, bem como a prestação de serviços em todos os sectores da economia nacional.

DIÁRIO DA REPÚBL 2. A sociedade poderá exercer quaisquer activité social de la social del social de la social del social de la social de la social de la social de la social del social del social de la social del 2. A sociedade per activity afins ou complementares ao seu objecto social describidas per lei e autorizadas pela Assembla. afins ou comprendition de la autorizadas pela Assembleia (secondition de la comprendition de la comprendit

CAPÍTULOII Capital Social e Acções

ARTIGO 4.º (Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois note) de kwanzas), e divide-se em 2.000 (duas mil) açus. valor nominal de Kz: 1.000,00 (mil kwanzas) cada una os outorgantes afirmaram sob sua responsabilidade es totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelos acros tas fundadores, pela forma constante da lista anexa, que parte integrante, desta escritura.

ARTIGO 5.º (Aumento de capital)

- 1. A Assembleia Geral da sociedade delibera una mais vezes, os aumentos do capital que se mostrem noss rios por propostas do Conselho de Administração e para favorável do Conselho Fiscal, fixando as condições de se crição das novas acções.
- 2. Nos aumentos de capital a realizar em dinheina accionistas fundadores gozam, do direito de preferências subscrição de novas acções de que a data forem titulares

ARTIGO 6.º (Das acções)

- 1. As acções serão nominativas ou ao portador, ex último caso, desde que estejam integralmente liberalmente são reciprocamente convertíveis, ficando sempre a capyte accionista interessado as despesas de conversão.
- 2. As acções serão representadas por títulos de una cinco, dez, vinte, cinquenta ou cem acções, podendo la entanto, o Conselho de Administração, quando o julgaros veniente e lhe for solicitado, emitir títulos provisórios definitivos, representativos de qualquer outro número de
- 3. Os títulos representativos das acções definitivados provisórias, conterão as assinaturas de três administrador podendo as assinaturas ser de chancelas.
- 4. As acções nominativas serão de duas calegoris especiais e ordinárias, conferindo as primeiras aos godes detentores detentores, o direito a integrarem permanentement.

 Conselho de A 5. As acções nominativas especiais constituirão quarto cento do constituirão quarto de constituir de Conselho de Administração.

6. A transmissão de acções entre vivos, onerosa ol grande mediale a, denendará tuita, dependerá do consentimento da sociedade media deliberação de acções entre vivos, oneros de tuita, dependerá do consentimento da sociedade media deliberação de acções entre vivos, oneros de acções de 7. Na transmissão de acções nominativas os termo ionistas terão como instantivas os termo ionistas terão como instantivas os termo ionistas terão como ionista de como ionista

deliberação da Assembleia Geral.

accionistas terão sempre direito de preferência.

8. Se houver mais de um accionista a preferir, as accionista a preferir, accionista a preferi a transmitir serão repartidas entre eles, na proporção já possuem

9. Para os fins do exercício do direito de preferência, o 9. Para us inscrete, deverá comunicar à sociedade a sua accionista transmitente, deverá comunicar à sociedade a sua accionista una sua acções, identificando logo o adqui-intenção de alienar as acções de condições de intençato de condições de pagamento ou e o rente respectivo, preço e condições de pagamento ou e o rente responsable devendo para tais fins a sociedade notificar valor autocaro de 8 dias, a contar do os demais accionistas dentro do prazo de 8 dias, a contar do reconhecimento daquela comunicação.

10. Os accionistas notificados deverão comunicar a sua decisão ao accionista transmitente, no prazo de 30 dias a contar da recepção de comunicação sob pena de se entender que renunciam ao direito de preferência.

11. As comunicações previstas nos números anteriores, deverão sob pena de ineficácia ser feitas por cartas registadas, com aviso de recepção.

ARTIGO 7.º (Registo de accionistas)

A sociedade manterá em um ou mais livros, os registos dos seus accionistas e anotará aí os seguintes dados particulares:

- 1. Nome e morada de cada accionista, o número de acções detidas por ela e a importância paga;
- 2. Data em que cada pessoa foi inscrita no registo de accionista;
 - 3. A data em que cada deixou de ser accionista.

ARTIGO 8.º (Realização do pacto social)

1. O Conselho de Administração fixará os prazos e condições da realização do capital subscrito, ficando os accionistas obrigados ao cumprimento do que vier a ser estabelecido.

2. O accionista que não cumprir com a decisão relativa à realização do capital, poderá fazê-lo nos trinta dias subsequentes, com acréscimo de juro de oito e meio por cento, perdendo os seus direitos de subscrição no caso de incumprimento.

ARTIGO 9.º (Emissão de obrigações)

Por deliberação do Conselho de Administração, com o Parecer favorável do Conselho Fiscal e nos termos da lei a sociedade poderá adquirir acções próprias ou participações financeiras em outras sociedades.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais e Deliberações

ARTIGO 10.º

(Enumeração e mandatos)

1. São órgãos da sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração ou Administrador-Único e o Conselho Fiscal ou Fiscal-Único.

2. O mandato dos membros que integram os órgãos sociais tem a duração de que vier a ser fixada pela Assembleia Geral não superior a quatro anos, sendo permitida a nomeação ou reeleição de todos ou de alguns dos seus membros sem restrições, quanto ao número de mandatos.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da tomada de posse, deverá ocorrer no prazo máximo de trinta (30) dias, mantendo-se em funções até que os membros, entretanto eleitos tomarem posse efectiva.

SECCÃO I

ARTIGO 11.º (Assembleia Geral)

- 1. A Assembleia Geral representa a universalidade dos accionistas e suas deliberações, quando tomadas nos termos da lei e do presente contrato da sociedade, serão obrigatórias para todos, ainda que ausentes ou dissidentes.
- 2. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas ou seus legais representantes possuidores de um mínimo de 100 acções.
- 3. Os accionistas que possuírem menos de 100 acções poderão agrupar-se até perfazer ou ultrapassar aquele número, devendo comunicar a decisão ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com antecedência de sete dias quem dentre eles os represente.

ARTIGO 12.º (Competência da Assembleia Geral)

Para além das competências atribuídas na lei, compete em especial à Assembleia Geral:

- a) Discutir, aprovar ou modificar o balanço e o relatório do Conselho Fiscal;
- b) Substituir os directores e os vogais do Conselho Fiscal que houverem terminado o seu mandato;
- c) Deliberar sobre aumento, redução ou reintegração do capital social;
- d) Deliberar sobre as alterações dos estatutos;
- e) Deliberar sobre a transformação da sociedade;
- f) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da socie-
- g) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;
- h) Deliberar sobre alienação do património da sociedade.

ARTIGO 13.º (Mesa da Assembleia Geral)

- 1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e dois secretários, accionistas ou não, eleitos por um período nunca superior a quatro anos pela Assembleia Geral os quais poderão ser reconduzidos, sem qualquer limitação.
- 2. Ao presidente compete a convocação das reuniões, a sua direcção e disciplina.

ARTIGO 14.º (Convocação da Assembleia Geral)

- 1. As Assembleias Gerais são convocadas pelo Presidente da respectiva Mesa ou por quem o substitua ou a pedido do Conselho de Administração.
- 2. As Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias deverão ser convocadas por carta registada e por meio de anúncios publicados no Jornal de maior publicação com antecedência mínima de 15 dias.

3. As convocatórias devem conter, pelo menos, as indicações contidas na lei.

ARTIGO 15.º (Assembleia Geral Ordinária)

A Assembleia Geral ordinária reúne ordinariamente para discutir, aprovar ou modificar o relatório e contas do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo e terá lugar até dia 30 de Março do ano seguinte.

ARTIGO 16.º (Participação na Assembleia Geral)

- 1. Apenas terão assento na Assembleia Geral, os accionistas com direito a voto correspondendo um voto por cada 100 acções.
- 2. Terão direito a voto os accionistas cujas acções se acharem registadas em seu nome até 15 dias antes do dia designado para a reunião.

ARTIGO 17.º (Constituição da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral, considera-se normalmente constituída e poderá validamente funcionar, em primeira convocação desde que e estejam presentes ou representados os accionistas que representem mais de 50% do capital social e em segunda convocação qualquer que seja o número de accionistas e o capital representado, sem prejuízo das disposições legais imperativas em contrário e o estabelecimento no artigo seguinte.

ARTIGO 18.º (Assembleias Gerais Extraordinárias)

As Assembleias Gerais Extraordinárias podem resultar das iniciativas:

- a) Do Conselho de Administração;
- b) Do Conselho Fiscal;
- c) De accionistas que representem 1/3 do capital social subscrito.

ARTIGO 19.º (Validade das deliberações)

- 1. As deliberações dos accionistas podem ser tomadas por uma das seguintes formas previstas no artigo 56.º da Lei das Sociedades Comerciais:
 - a) Em Assembleia Geral regularmente convocada;
 - b) Em Assembleia Extraordinária regularmente convocada:
 - c) Em Assembleia Universal;
 - d) Por deliberação unânime por escrito;
 - e) Por deliberação resultante de votos escritos.
- 2. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos dos accionistas presentes ou representados, salvo nos casos em que a lei e o presente estatuto prescrevam uma maioria qualificada.
- 3. As deliberações sobre qualquer alteração do pacto social, terão de obter aprovação de uma maioria não inferior à 2/3 dos votos correspondentes à totalidade do capital

ARTIGO 20.º

- (Local da Assembleia Geral) 1. As Assembleias Gerais reunir-se-ão na sede sus indicado nos anúncios convenent.
- no local que for indicado nos anúncios convocalónes da A ssembleia Control de la convocalónes de la control de la 2. De cada reunião da Assembleia Geral, deve serla acta no respectivo livro, e assinadas pelo presidente la Geral

ARTIGO 21.º (Representação)

Será proibida a representação dos accionistas, salva documentada em procuração autenticada e conferida e accionista ou administrador, ao cônjuge ou a um des dente ou ascendente representado.

> ARTIGO 22.º (Votos)

Corresponderá um voto a cada 100 acções.

SECCÃO II Administração da Sociedade

ARTIGO 23.º (Natureza e composição da Administração)

- 1. A sociedade será administrada por um Conselha Administração composto por três ou cinco membros ou um Administrador-Único, que podem ser ou não activis tas, eleitos pela Assembleia Geral por um período de la anos, sendo permitidas a reeleição por sucessivos bias sem qualquer limitação.
- 2. A Assembleia Geral designará o Presidente e o lía Presidente do Conselho de Administração, no caso de su administração plural.
- 3. É proibido ao Conselho de Administração a delegal dos seus poderes de gestão.

ARTIGO 24.º (Competência do Conselho de Administração ou Administrable)

Compete ao Conselho de Administração, para altre das atribuições legais e das que forem deliberadas por Assembleia Geral, as seguintes:

- 1. Representar a sociedade perante o estado e ientino em qualquer repartição pública ou em tribunal. 2. Exercer a gerência e administração de todos os negociados de todos de todos os negociados de todos de to
 - 3. Levar a efeito todos os actos e contratos resultados sa administración de la contrato de la c
- dessa administração e gerência e executar as deliberação.

 Assembleia 4. Nomear os procuradores e determinar os poderes es são conferido. Assembleia Geral.
- 5. Nomear, contratar e despedir todo o pessoal, fixar k atribuições e lhe são conferidos.
- as atribuições e remunerações.
- 6. Propor e contratar quaisquer acções, transigir e destre das mesmas e acceptante de la mesmas 7. Dirigir e gerir os serviços e negócios da sociedad endo cumprir e 1. tir das mesmas e comprometer-se em árbitros.
- fazendo cumprir a lei a este estatuto.
- 8. A obtenção de empréstimos, bem como a outenção de empréstimos, bem como a extensão de essárias garantias acidades de como a c necessárias garantias, seja qual for a natureza e extensión

(Reuniões e Deliberação do Conselho de Administração)

1.0 Conselho de Administração reunirá trimestralmente ou sempre que for convocada por escrito pelo seu Presidente ou por dois dos seus administradores.

- 2. O Conselho de Administração poderá deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus mem-
- 3. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.
- 4. Os administradores podem fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Administração por qualquer outro administrador mediante simples carta dirigida ao Presidente, mas o mandato só será valido para uma reunião.
- 5. As deliberações do Conselho de Administração conslarão de actas assinadas por todos os accionistas que hajam participado na reunião.

ARTIGO 26.º (Caução)

- 1. Cada administrador caucionará o exercício do seu cargo pela forma que a Assembleia Geral vier a fixar.
- 2. Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração pode dispensar a caução prevista no n.º 1.
- 3. Quando a caução não tiver sido dispensada, o Administrador só pode entrar em funções depois de a ter prestado.

ARTIGO 27.º (Forma de obrigar a sociedade)

- I. A sociedade fica obrigada:
 - a) Pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração;
 - b) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração ou de um deles e de um mandatário, dentro dos poderes a estes atribuídos por procuração;
 - c) Pela assinatura de um só administrador ou administrador-único, quando para um fim específico tal poder lhe tenha sido conferido em acta pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração conforme o caso;
 - d) Pela assinatura de um mandatário nos limites do respectivo mandato, de acordo com o que constar na respectiva procuração.

2. Os actos de mero expediente, podem ser subscritos por qualquer dos membros do Conselho de Administração, não se considerando como tais, a celebração, alteração e precisão de quaisquer contratos, numa subscrição a qualquer titulo de quaisquer contratos, numa subscrição a qualquer titulo de cheques, livranças e outros que importem a assun-

SECÇÃO III Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 28° (Fiscalização)

- 1. A fiscalização dos negócios sociais, incumbe ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.
- 2. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal, designará o respectivo Presidente.
- 3. Os membros do Conselho Fiscal serão designados por dois anos podendo ser reconduzidos.
- 4. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez por trimestre, extraordinariamente sempre que for convocado por qualquer dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.
- 5. Para o Conselho Fiscal poder deliberar é necessário que esteja presente ou representada a majoria dos seus membros presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
- 6. A representação dos seus membros é regida pelas regras aplicáveis ao Conselho de Administração.
- 7. As deliberações do Conselho Fiscal constarão de actas exaradas em livro próprio existentes na sede da sociedade, que devem ser assinadas pelos seus membros para além de todos os administradores presentes nas respectivas reuniões ou pelo menos três deles.
- 8. O Conselho Fiscal tem as atribuições fixadas na lei e no presente estatuto competindo-lhe em especial dar parecer sobre o relatório balanco e contas do exercício.
- 9. Uma sociedade revisora de contas poderá exercer a função fiscalizadora na sociedade que compete ao Conselho Fiscal, nos termos do que for deliberado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 29.º (Litigios e foro competente)

- 1. Na interpretação, integração de lacunas ou resolução de conflitos decorrentes do presente estatuto, é aplicável a legislação em vigor na República de Angola.
- 2. Os litígios que oponham a sociedade aos accionistas, herdeiros ou seus representantes, emergentes ou não deste estatuto, serão dirimidos por um Tribunal Arbitral constituído nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

ARTIGO 30.º (Gestão financeira)

A sociedade será administrada de acordo com as políticas, métodos e procedimentos de gestão consagrada por lei no presente estatuto.

ARTIGO 31.º (Afectação de lucros)

O resultado líquido positivo apurado em cada exercício será aplicado de acordo com a seguinte prioridade:

- a) Cobertura de prejuízos de exercícios anteriores;
- b) Constituição de reserva legal não inferior a 10% do lucro remanescente apurado em cada exercício, até a concorrência do capital social;

- c) Constituição de uma reserva para investimentos não inferior a 15%;
- d) Distribuição de prémios a administradores e trabalhadores até ao limite de 25%;
- e) Outras reservas, que o Conselho de Administração considere adequadas;
- f) Distribuição do resultado líquido remanescente aos accionistas.

ARTIGO 32.º (Despesas de Constituição)

As despesas de constituição serão suportadas pela socie-(15-18159-L02) dade.

Yo & Yz, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 81 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Cecília Jovati Ismael, solteira, maior, natural de Caluquembe, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Edificio G-18, rés-do--chão, Apartamento n.º 2, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seus filhos menores Yossara Tehjolcia Ismael Ambrósio, de 17 anos de idade e Hafeny Sayocílo Ismael de Azevedo, de 1 ano de idade, ambos naturais da Huila e consigo conviventes.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE YO & YZ, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Yo & Yz, Limitada», com sede social na Centralidade do Kilamba, Prédio G-18, Apartamento 2, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio a retalho, comércio geral, estética, prestação de serviços, importação e exportação, construção civil, consultoria, ges-

DIÁRIO DA REPÚBL tão de condomínios, restauração, rent-a-car, transportado de viagens, bem como o da colectivos, agência de viagens, bem como o descrividades conexas, podendo dedico. mento de actividades conexas, podendo dedicar-se a control de la conexa de la conex

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil le zas), equivalente em USD 1000 (mil dólares america integralmente realizado em dinheiro, dividido e repre tado por 3 (três) quotas sendo as quotas no valor no de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), equivale em USD 100 (cem dólares americanos), pertencento sócio Hafeny Sayocílio Ismael de Azevedo, a outra nove nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), equi lente em USD 150 (cento e cinquenta dólares america pertencente à sócia Yossara Tchjolcia Ismael Ambie outra no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cir mil kwanzas), equivalente em USD 750 (setecentos en quenta dólares americanos), pertencentes à sócia (m) Jovati Ismael.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do or sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado dini de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele de quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em lodos seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pare vamente, incumbe à Cecília Jovati Ismael, bastando 150 assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. A gerente poderá delegar mesmo em pessoa estrata à sociedade parte dos seus poderes de gerência, confermi para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em antie contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, is como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelho tes.

As Assembleias Gerais serão convocadas por simple cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo mento 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescrevalidado malidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócio estiver ausente da sede social, a comunicação deverá se feita com torrespondentes de comunicação. feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a por la compara de la c centagem para fundos ou destinos especiais criados de Assembleio. Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proportado das suas constitues de la constitue de la constit ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportado as perdas se as l as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento qualquer dos accide qualquer dos sócios, continuando a sua existência consobrevivo e herdeiro. sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido interdito, devendo cará interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes do sócio falecto interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes do sócio falecto interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes do sócio falecto. enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.°

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos Unsurvision demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e demais de demais de la como acordarem. Na a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na a liquidade acordo, e se algum deles o pretender, será o activo lalla de la cactivo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Marco imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-18160-L02)

Migamechi, Limitada

Certifico que, por escritura de 26 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 77 do livro de notas para escriluras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Américo Pedro Capitango de Castro, solleiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Vila Estoril, Bloco 11, 2.º andar, Apartamento

Segundo: — Domingas Zimbete da Costa, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Pedro da Barra, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

PACTO SOCIAL DA SOCIEDADE MIGAMECHI, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação, sede social e duração)

A sociedade adopta a denominação de «Migamechi, Limitada», durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede em Luanda, Município de Viana, Bairro Estalagem, Rua Azul, casa sem número, podendo a gerência deslocar a sede social para qualquer outra parte do território angolano, bem como abrir filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação em território angolano ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º (Objecto social)

- 1. A sociedade tem como objecto social o exercício de actividades nas áreas de comércio geral e prestação de serviços na área de saneamento básico, limpeza de edificios e pátios, jardinagem, desinfestação, transportes públicos, comercialização de derivados de petróleo, manutenção eléctrica, mecânica e industrial, hotelaria e turismo, podendo exercer outras actividades de natureza acessória, complementar ou diversa da sua actividade principal, desde que os sócios acordem e sejam permitidas por lei.
- 2. A sociedade poderá decidir em Assembleia Geral, criar empresas sectoriais, aceitar ou adquirir, sem limites, participações ou de qualquer forma colaborar com outras sociedades, mesmo que reguladas por leis especiais, com objecto igual ou diferente do seu e/ou em agrupamentos de empresas e/ou em associações sob qualquer forma não proibida por lei, bem como participar, directamente ou indirectamente em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o objecto da sociedade.

ARTIGO 3.º (Capital social e reservas)

- 1. O capital social, no valor de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em numerário e representado por 2 (duas) quotas, iguais com o valor de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Domingas Zimbete da Costa e Américo Pedro Capitango de Castro.
- 2. Além da reserva legal prevista no artigo 240.º da Lei das Sociedades Comerciais, é constituída uma reserva de cerca de 10% dos lucros de cada ano destinada aos fins que os sócios atribuírem, com primazia ao reinvestimento.

ARTIGO 4.º (Cessão de quotas)

- 1. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre.
- 2. A sociedade goza do direito de preferência em qualquer caso de cessão de quotas.

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares)

1. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital, suprimentos ou outras prestações acessórias nos termos, prazos e nas condições que vierem a ser estabelecidos em Assembleia Geral.

- 2. Os suprimentos, bem como as prestações acessórias. poderão ser remunerados e/ou transformados em capital social e/ou ter outro destino, conforme opção do próprio sócio no momento do contrato respectivo.
- 3. Os suprimentos com carácter permanente, excedendo um ano, deverão constar de contrato escrito.

ARTIGO 6.º (Gestão e administração da sociedade)

- 1. A gestão e administração da sociedade, e a sua representação em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele, activa e passivamente ficará a cargo de um ou mais gerentes a nomear.
- 2. A gerência será exercida com ou sem caução e com ou sem remuneração conforme o que vier a ser decidido em Assembleia Geral.
- 3. A nomeação de gerentes em pacto social não constitui um direito especial dos sócios.
- 4. A sociedade pode constituir mandatários/procuradores da própria sociedade e o gerente, nas suas ausências ou impedimentos, pode delegar todos ou alguns dos seus poderes de gerência a outro sócio ou a terceiro.

ARTIGO 7.º (Forma de obrigação da sociedade)

- 1. A sociedade obriga-se pela assinatura.
- 2. Do gerente em caso de gerência singular.
- 3. De qualquer um dos gerentes sendo a gerência plural.
- 4. É vedado aos gerentes e mandatários comprometerem a sociedade em actos ou contratos estranhos ao objecto social, nomeadamente em fiança ou aval.

ARTIGO 8.º (Ano social)

Anualmente, com referência a 31 de Março, será apresentado o balanço, devendo os lucros do exercício ter a seguinte aplicação:

- a) Uma parte, correspondente à percentagem legalmente exigida, na constituição e reintegração do fundo de reserva legal;
- b) Quanto ao remanescente, salvo disposição legal imperativa em contrário, os sócios poderão decidir que a totalidade seja destinada a outras reservas, ou que apenas uma parte dele seja distribuída, ou ainda que todo o remanescente seja distribuído;
- c) A distribuição dos lucros, até decisão dos sócios em Assembleia Geral, poderá ser feita no fim de cada projecto.

ARTIGO 9.º (Dos actos constitutivos da sociedade)

1. As operações sociais iniciam-se na data de celebração do escrito de constituição da sociedade, ficando a gerência autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade que os assumirá como seus logo que se encontre registada.

DIÁRIO DA REPÜBLY 2. A sociedade poderá proceder ao levantamento entregas por capital que se encontrem depositadas, no nomeadamente para paga. antes do seu registo, nomeadamente para pagamento de publicação e de registo. pesas de constituição, de publicação e de registo.

ARTIGO 10.º (Omissões)

Em tudo o mais não previsto no presente Estatulo, si car-se-á o disposto na Lei das Sociedades Comerciais (L n.º 1/04, de 3 de Fevereiro), e demais legislação comp

(15-18161-10

BENDEU — Construções (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.3 Serção Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição am sentada sob o n.º 109 do livro-diário de 27 de Outubro corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória

Certifico que Belmiro Anastácio Suana Lumbiquissina solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural à Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano le Kilamba Kiaxi, Bairro Kilamba Kiaxi, Zona 20, Subzona 1 Casa n.º 8, constituiu uma sociedade unipessoal por que denominada «BENDEU — Construções (SU), Limitado registada sob o n.º 5.825/15, que se vai reger pelo dispos no documento em anexo.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.º Servido Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Oulubrold 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE BENDEU — CONSTRUÇÕES (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «BENDEU Construções (SU), Limitada», com sede social na provincia de Luanda. de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano de Kilamba V:-. Kilamba Kiaxi, Bairro Golf I, Rua 7, casa sem númen podendo transferi-la livremente para qualquer outro local de território paciterritório nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agidicias ou cut cias ou outras formas de representação dentro e fora do posições de la como abrir filiais, sucursum posições de la como abrir de la como a

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contandosse a partir do da sua actividade de la contando de la contanta del contanta de la contanta de la contanta del contanta de la contanta de la contanta de la contanta del co início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a pará do respectivo recido respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de ser-Asocicuado de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de viços, comércio geral a públicas promotivos de constante de viços, comercia de obras públicas, promoção e mediação construção civil e obras públicas, promoção e mediação construyado de equipamentos dos serviços de seguimodinaria, prestação de serviços de segurança privada, privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipanentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-.car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalenles, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro namo de comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja pennitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Belmiro Anastácio Suana Lumbiquissico.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º

l. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais les de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18162-L02)

Transparência Real Cozinha, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 83 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Yara da Costa Rodrigues Coelho, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Doutor Luís Pinto da Fonseca, Casa n.ºs 104-106;

Segundo: — Sandra Maria Rodrigues Coelho, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Rua Fernão Lopes, Casa n.º 104--106 R;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TRANSPARÊNCIA REAL COZINHA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Transparência Real Cozinha, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Dr. Luís Pinto da Fonseca, Casa n.ºs 104/106, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, incluindo serviços de catering, comércio geral a grosso e a retalho, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agenciamento, comercialização de perfumes, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Sandra Maria Rodrigues Coelho e Yara da Costa Rodrigues Coelho, respectivamente.

ARTIGO 5.°

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

- 1. A gerência e representação da sociedade, em todos em iuízo e fora dele actional de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator em iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora de la contrator en iuízo e fora de la contrator en iuízo e fora dele action de la contrator en iuízo e fora seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e para socias Sandra Maria n seus actos combem às sócias Sandra Maria Rodrigues Coelho que s Coelho e Yara da Costa Rodrigues Coelho, que ficam deste já nomeadas gerentes, com dispensa de caução, bastanto (uma) das assinaturas de uma das gerentes para obrigar va
- 2. As gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesm em pessoa estranha à sociedade parte dos seus podens la gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo.
- 3. Fica vedado às gerentes obrigar a sociedade em acta e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, ticomo letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhas tes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simpla cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos i (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreta formalidades especiais de comunicação. Se qualque des sócias estiver ausente da sede social, a comunicação devai ser feita com tempo suficiente para que possa compareca.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a par centagem para fundos ou destinos especiais criados es Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proponja das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência coma sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecida () interdita, devendo estes nomear um que a todos representa enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e 100 demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias el liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falla de acorda de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social licitado. licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo adjudiçado à adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdado de condições de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quola de am qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora providência providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente contrator entre as sócios quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, que entre elas e a préentre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Comarca de Luca de Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro. ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados Us allos serao dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das sições da Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18163-L02)

Sporting Club de Angola, S. A.

Cerlifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 97 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lein.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Sporting Club de Angola, S. A.», com sede social em Luanda, Municipio de Viana, Estrada de Catete, Complexo World Trade Center, casa sem número, Km 20, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE SPORTING CLUB DE ANGOLA, S. A.

CAPÍTULO I Natureza, Denominação, Duração, Sede e Objecto

ARTIGO 1.º

(Natureza, denominação e duração)

A sociedade tem natureza de sociedade anónima e adopta a denominação de «Sporting Club de Angola, S. A.», e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º (Sede)

1. A sociedade tem a sua sede na Estrada de Catete, Complexo World Trade Center, casa sem número, Km 20, Município de Viana, em Luanda.

2. O órgão de administração poderá, a todo o tempo, deslocar a sede da sociedade para outro local, dentro do ter-

3. A sociedade poderá criar sucursais, agências, delegações e quaisquer outras formas de representação social onde, quando e nas condições que o Conselho de Administração

ARTIGO 3.º (Objecto social)

- 1. A sociedade tem por objecto a participação nas competições desportivas, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva, bem como o agenciamento de desportistas.
- 2. A sociedade pode, sem restrições, adquirir participações no capital de outras sociedades ainda que com objecto diferente do seu, ou reguladas por leis especiais, bem como participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos de interesse económico e, bem assim, constituir ou participar em quaisquer outras formas de associação temporária ou permanente entre sociedades e ou entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO II Capital Social, Acções e outros Valores Mobiliários

ARTIGO 4.º (Capital social e prestações acessórias)

- 1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões kwanzas), e encontra-se dividido em 4.000 (quatro mil acções), cada uma delas com o valor nominal de Kz: 500,00.
- 2. O capital social encontra-se integralmente subscrito pelos accionistas e realizado em dinheiro.
- 3. O capital social poderá ser elevado, por uma ou mais vezes, pelos valores que vierem a ser propostos pelo órgão de administração, de acordo com as necessidades de financiamento das actividades contidas no objecto da sociedade.
- 4. Mediante deliberação da Assembleia Geral podem ser exigidas prestações acessórias de capital, em numerário, a título gratuito, até ao limite do décuplo do capital social.

ARTIGO 5.º (Natureza e representação das acções)

- 1. Todas as acções são ao portador, podendo ter representação escritural ou titulada, conforme determinado pela deliberação da respectiva emissão.
- 2. As acções tituladas podem ser representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas ou mil acções.
- 3. Os títulos representativos das acções serão assinados por dois administradores ainda que por chancela.
- 4. As acções tituladas são convertíveis em escriturais e reciprocamente, nos termos e limites permitidos por lei, a expensas dos respectivos titulares.

ARTIGO 6.º (Obrigações e outros valores mobiliários)

- 1. A sociedade pode emitir obrigações e outros valores mobiliários que não sejam acções em qualquer modalidade e forma legalmente admissível.
- 2. A emissão pode ser deliberada pelo Conselho de Administração, com o parecer favorável do Conselho Fiscal mas depende de prévia autorização da Assembleia Geral e terá de observar o que desta constar.

CAPÍTULO III Assembleia Geral

ARTIGO 7.º (Participação e direito de voto)

- 1. Sem prejuizo do mais que se encontre previsto na lei, têm direito de participar na Assembleia Geral, aqueles que comprovarem, pela forma ou formas legalmente admitidas, que são titulares de pelo menos cem acções da sociedade que confiram direito, incluído a hipótese de agrupamento, a pelo menos um voto e que o sejam desde, pelo menos, o quinto dos dias úteis que procedam a data da Assembleia.
- 2. O certificado para comprovação referida no número antecedente e o documento de agrupamento de acções para efeitos de voto, devem ser dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebidos na sociedade até o segundo dia útil anterior à data marcada para a Assembleia Geral.
- 3. A cada cem acções corresponde um voto, só sendo consideradas para efeitos de voto as acções já detidas à data referida no n.º 1.

ARTIGO 8.º (Representação)

- 1. A representação voluntária de qualquer accionista em Assembleia Geral poderá ser cometida a qualquer outro accionista ou a pessoas a quem lei imperativa o permita.
- 2. Os instrumentos de representação voluntária de accionista em Assembleia Geral deverão ser entregues na sociedade, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- 3. As pessoas colectivas podem ser representadas na Assembleia Geral pelas pessoas que para o efeito nomearam, por simples carta, a ser entregue ao Presidente da Mesa, nos mesmos termos dos estabelecidos no número anterior.
- 4. Os instrumentos de representação e as cartas referidas nos números dois e três, do presente artigo, devem ser recebidas na sociedade até ao segundo dia útil anterior à data marcada para a Assembleia Geral.

ARTIGO 9º (Mesa da Assembleia Geral)

- 1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ainda ser eleito um vice-presidente.
 - 2. O mandato é de quatro anos e é renovável.
- 3. Os membros da Mesa da Assembleia Geral podem ser remunerados através de quantia fixa a determinar pela Assembleia Geral ou pela Comissão referida no n.º 2 do artigo 13.º

ARTIGO 10.º (Quórum de funcionamento)

1. A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória desde que se achem presentes o número mínimo de accionistas exigidos na lei.

DIÁRIO DA REPÚBLIC 2. As deliberações relativas à fusão com outras sacial ou à dissolución de 2. As democração do pacto social ou à dissolução da social des, à alteração do pacto social ou à dissolução da social des Geral edin. des, à alteração de societa só serão válidas quando na Assembleia Geral estivente per companiente de societa s sentes ou representados dois terços do capital social.

ARTIGO 11.º (Deliberações)

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas políticos contradas políticos políti maioria absoluta dos votos emitidos, salvo quando alaigo os estatutos exigirem maioria qualificada.

CAPÍTULO IV Órgão de Administração

ARTIGO 12.º (Composição)

- 1. O órgão de administração da sociedade será que cido por um Administrador-Único ou por um Conselho le Administração composto por três a sete membros, confor deliberado em Assembleia Geral.
- 2. Os membros do órgão de administração têm um ne dato de quatro anos, renovável por mais uma ou mais vezs
- 3. Havendo alargamento do número de membros de Conselho de Administração no decurso do mandato e substituição que não seja total, os eleitos ou designados completarão o mandato em curso.
- 4. O Conselho de Administração deverá proceder à subtituição de qualquer administrador que, sem justificação aceite pelo Conselho, não compareça ou se faça representa no decorrer de um mesmo exercício, em seis reuniões segui das ou dez interpoladas.

ARTIGO 13.º (Competência)

- 1. Ao órgão de gestão da sociedade cabe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente consi derados como de exercício de poderes de gestão.
- 2. O Conselho de Administração poderá delegar numbração Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade destre que, para o efeito, estabeleça a respectiva comissão e formada de funcionarios de funcionamento, ou poderá delegar parte dos seus podere em administrador-delegado.

ARTIGO 14.º (Vinculação da sociedade)

- 1. A sociedade obriga-se:
- a) Pela assinatura do administrador-único, no caso k
 - b) Pela assinatura de dois administradores, no caso de
 - dos, dentro dos limites fixados na delegação de
 - d) Pela assinatura de um ou mais mandatários, por termos de um ou mais mandatários, por termos de mar termos dos respectivos instrumentos de manda de
 - e) Pela assinatura de um administrador nos actos de mero exercise.

ARTIGO 15.º (Funcionamento)

1. 0 Conselho de Administração reune sempre que for 1.0 que for convocado, verbalmente ou por escrito, pelo seu Presidente on por dois vogais, quando e onde o interesse social o exigir, e pelo menos uma vez por mês.

2. 0 Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião fazer-se representar pelo outro Administrador, ou votar por correspondência.

3. Os votos por correspondência serão manifestados e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente.

4. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presenles ou representados e dos que votem por correspondência.

ARTIGO 16.º (Remuneração dos administradores)

Os Administradores serão remunerados pelo modo estabelecido em Assembleia Geral ou em comissão de accionistas em que a Assembleia delegar tal competência.

CAPÍTULO V Fiscalização

ARTIGO 17.º (Conselho Fiscal)

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos e reelegíveis nos termos da lei.

CAPÍTULO VI Apreciação e Contas Anuais e Aplicação de Resultados

ARTIGO 18.º (Exercício)

O exercício social coincide com o ano civil.

ARTIGO 19.º (Relatório e contas)

Relativamente a cada exercício social, o Conselho de Administração elaborará o balanço, a demonstração de resullados e o anexo ao balanço, os quais, conjuntamente com o relatório sobre o estado e evolução dos negócios sociais e a proposta de aplicação de resultados, serão apresentados ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral.

ARTIGO 20.º (Resultados do exercício)

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzidos ou reforçados as provisões e reservas impostas por lei, terão a aplicação que a Assembleia Geral deliberar.

CAPÍTULO VII Cláusulas Finais

ARTIGO 21.º (Dissolução e liquidação)

- 1. A sociedade dissolve-se, nos casos e termos previstos na lei.
- 2. A liquidação do património em consequência da dissolução da sociedade será feita extra-judicialmente através de uma comissão liquidatária constituída pelos Administradores em exercício, se a Assembleia não deliberar de outro modo.

ARTIGO 22.º (Preceitos dispositivos da lei)

Os preceitos dispositivos da Lei das Sociedades Comercias, podem ser derrogados por deliberação dos sócios, sem necessidade de alteração do contrato de sociedade.

(15-18164-L02)

Prijoice, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 93 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Joyce Eline dos Santos Cristóvão, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Gaia, n.º 12-A, Zona 1;

Segunda: — Priscilla Daniela de Sousa Aleixo Sebastião, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Gaia, Prédio 49, 3-A, 16 Z;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PRIJOICE, LIMITADA

ARTIGO I.º

A sociedade adopta a denominação social de «Prijoice, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Gaia, Prédio 49, 3.º andar, Zona 16, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do Pais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, serviços de saúde, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, e assistência a viaturas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, serviços de cabeleireiro e barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, serviços de ourivesaria e relojoaria, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serviços de serralharia, carpintaria e marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que às sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Priscilla Daniela de Sousa Aleixo Sebastião e Joyce Eline dos Santos Cristóvão, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Priscilla Daniela de Sousa Aleixo Sebastião, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

DIÁRIO DA REPÚBLY 2. A gerente poderá delegar num dos sócios ou ne 2. A gerente podicio de la sociedade parte dos seus podensiones de la conferindo para o efeito o respectivo manufactivo manufa

gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandao ência, contentido para de la contentida para de la contentida de gerente obrigar a sociedade en acta a contentida de sociedade en acta a contentidad de sociedad de sociedade en acta a contentidad de sociedad de soc contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade en acta de favor, fiança, abonações ou antende en acta de favor. como letras de favor, fiança, abonações ou actos sen

As Assembleias Gerais serão convocadas por single cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo meno 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não pe creva formalidades especiais de comunicação. Se qualque das sócias estiver ausente da sede social, a comunicas deverá ser feita com tempo suficiente para que possa oc.

ARTIGO 8,º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a pe centagem para fundos ou destinos especiais criados e Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na propogá das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas a perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecidan interdita, devendo estes nomear um que a todos representa enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e no demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias (1 liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na file de acordo, e se alguma delas o pretender será o aclivosocia licitado em globo com obrigação do pagamento do passivit adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdado de condições.

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de la companya de la compan qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente controles, que quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, que entre elecentre elas e a própria sociedade, fica estipulado o fondo Comarca do La Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro.

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados 31 de Dezembro. em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediata Março imediato.

No omisso regularão as deliberações sociais, as dispossos da Lei por la companion de la compan sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei do Sociedades Comercia. Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (15-18165-102)

ABAX — Consultoria e Serviços (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe Israel Carros de Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção

do Guiché Único da Empresa. Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apre-Sansiacon de 27 de Outubro do seniada sob o n.º 58 do livro-diário de 27 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Mário Sebastião da Silva Júnior, casado com Djamila Gisela Silvestre Ferreira da Silva, natural do Golungo Alto, Provincia do Kwanza-Norte, residente em Luanda, Município de Belas, Condomínio Jardim do Éden, Rua dos Antúrios, n.º 50, Zona 2, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «ABAX — Consultoria e Serviços (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.810/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ABAX — CONSULTORIA E SERVIÇOS (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «ABAX -Consultoria e Serviços (SU), Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Belas, Condomínio Jardim do Éden, Rua dos Antúrios, n.º 50, Zona 2, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do territóno nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria juridica e financeira, contabilidade, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, prestação de serviços de segurança privada, serviços de infantário. infantário, importação e comercialização de medicamentos, producado e comercialização de medicamentos, diversos. produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico di laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação e ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, servicio escola de línguas, desporto escola de línguas, de línguas tura, serviços de condução, informática, telecomunicações, hotelaria hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, serviços de transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros e de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, serviços de cabeleireiro e barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante. peças sobressalentes, comercialização de perfumes, artigos de toucador e higiene, serviços de ourivesaria e relojoaria, agenciamento de viagens, serviços de saúde, exploração de parques de diversão, exploração mineira e florestal e seus derivados, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Mário Sebastião da Silva Júnior.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos seme-Ihantes.
- 2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18166-L02)

CANDÓ — Importação e Exportação, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 70, do livro de notas para escrituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Unico da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Cândido Joveth Joaquim Mota, solteiro, maior, natural do Cazengo, Provincia do Kuanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Km 9/A, Rua 12, Casa n.º 1224, e o menor Cândido Júnior Bravo Mota, de 7 (sete) anos de idade, natural do Rangel, Província de Luanda, e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CANDÓ — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «CANDO - Importação e Exportação, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

A sociedade tem como objecto social a prestação de la retalho aprestação de la retalho aprestaçõe de la retalho aprestaçõ A sociedado viços, comércio geral a grosso e a retalho, empretiada viços, promoção a civil e obras públicas, promoção a construção civil e obras públicas, promoção e modas imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de serviços de serviços de seguirana. rança privada, prestação de serviços de segurança privada importação e comercializante. infantário, creches, importação e comercialização de mai camentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratores de medicares diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipos manufações manufaçõ mentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência equipamentos diversos, educação, ensino geral, desponde cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e lunsu restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecua indústria de panificação, camionagem, transitários, cabro gem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usales transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficin auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, vendade material de escritório e escolar, venda e instalação de material rial industrial, venda e assistência a viaturas, comercialization de material de construção, comercialização de lubrificante salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalos tes, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmátia centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de puques de diversão, exploração mineira, exploração florsul exploração de bombas de combustíveis, estação de servipa representações comerciais, serralharia, carpintaria, mano naria, importação e exportação, podendo ainda dedicarsa qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanza) integralmente realizado em dinheiro, dividido e represor tado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nomina de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente al sócio Cândido Joveth Joaquim Mota e outra quota no valta nominal de Kz: 20.000 (vinte mil kwanzas); pertencente social Company sócio Cândido Júnior Bravo Mota, respectivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do continuento de c sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência de constante de preferência de constante de co de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele quiser fazor quiser fazer uso.

ARTIGO 6.°

A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contrat seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pasivamente incumb vamente, incumbe ao sócio Cândido Joveth Joaquim Mota que fica desde : que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caulta bastando a sua come dispensa de caulta desde já nomeado gerente, com dispensa de caulta bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo pessoa estranha à em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos 2. rica voltados aos negócios sociais da sociedade, tais econtratos de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-

ARTIGO 7.º

ies.

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.°

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado, até 31 de Março do ano imediato

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18175-L02)

ORLANDO PINTO GOMES — Comércio e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por acta notarial de 4 de Setembro de 2015, em Luanda e no Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, sito no Largo António Correia de Freitas (Avenida da Marginal), n.ºs 117/118, perante mim Job Faztudo Manuel, Auxiliar de Notário colocado no referido Cartório, estiveram reunidos em Assembleia Geral os sócios da sociedade comercial «ORLANDO PINTO GOMES -Comércio e Prestação de Serviços, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Vila, Rua Joaquim Kapango, n.º 15, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único sob o n.º 1.229-08, com o capital social Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos kwanzas), pertencentes aos sócios Orlando Pinto Gomes e Humberto Leandro de Sá Inglês, respectivamente;

Encontravam-se presentes os titulares das quotas que compõe a totalidade do capital social, manifestando a vontade de que esta Assembleia Geral se constituisse, sem observância das formalidades prévias de convocação, nos termos permitidos pelo artigo 57.º da Lei das sociedades comerciais, e validamente deliberasse sobre a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Renúncia da gerente e alteração da forma de obrigar.

Depois de compridas todas as formalidades legais e estatutárias, declarou-se aberta a sessão, que a mesma foi presidida pelo sócio Humberto Leandro de Sá Inglês, que procedeu a leitura da ordem de trabalho tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.

Entrando de imediato ao ponto da ordem de trabalhos, no âmbito do qual foi referida a renúncia da gerência por parte do sócio Humberto Leandro de Sá Inglês, por motivos devidamente justificáveis.

A referida pretensão foi aprovada, ficando a sociedade vinculada em todos os seus actos e contratos, pela assinatura do sócio Orlando Pinto Gomes, para obrigar validamente a sociedade.

De seguida, em face das deliberações aprovadas no ponto anterior da ordem de trabalho, alteram a redacção do artigo 6.º do estatuto da sociedade, passando a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juizo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Orlando Pinto Gomes, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. O sócio gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Outubro de 2015. — O auxiliar, ilegivel. (15-18181-L02)

WITS — Águas Limpas, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 64 do livro de notas para escrituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito foi constituída entre:

Primeiro: — Raúl Cardoso Gomes, casado com Prudência Generosa de Lemos Rosa Gomes, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Cidade do Kilamba, Edificio R 22, 3.º andar, Apartamento 31;

Segundo: — Eduardo Sampaio Catalahari Mohamed, casado com Janice Marisa dos Reis Fançony Mohamed, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Comandante Kuenha, Casa n.º 147;

Terceiro: — Guido de Jesus Siolengue, solteiro, maior, natural de Mungo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 6, Bloco n.º 76,1.º andar, Apartamento 14;

Quarto: — Leonardo Diakiesse Massala, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Dr. Américo Boavida, Casa n.º 33;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE WITS — ÁGUAS LIMPAS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «WITS — Águas Limpas, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 6, Bloco n.º 76, 1.º 14, Zona 6, podendo

DIÁRIO DA REPÚBLIC transferi-la livremente para qualquer outro local do lens le bem como abrir filiais, sucursais, aoà... rio nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agência de representação dentro e fora do Paia outras formas de representação dentro e fora do País.

A sua duração é por tempo indeterminado, contando de por todos os afeitados de afei início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a par

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio genal, grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria auc toria, contabilidade, pesca, indústria e comercial, holelan e turismo, restauração, agro-pecuária, informática, le comunicações, gestão e consultoria informática e outra construção civil e obras públicas, consultoria e fiscalização de obras, elaboração e análise de projectos de engenha ria, execução e gestão de projectos, venda de materiais de construção e seus derivados, gestão de empresas, caplação armazenamento, engarrafamento e comercialização de âgua mineral, confecções, transportes marítimo, terrestre e camino nagem, transitários, plastificação de documentos, rentaca compra e venda de viaturas novas, de ocasião, oficina am oficina de frio, venda de mobiliário e material de escritónio material escolar e mobiliário de lar, serviços de cabeleixin e barbearia, botequim, assistência técnica, transportes & passageiros e de mercadorias, venda de lubrificantes, melcamentos, materiais cirúrgicos, equipamentos médicos, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, perfumaria, serviços de ourivesaria e relojoaria, agencia mento de viagens, relações públicas, pastelaria, panificação realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração de parque de diversões, exploração mineia e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou esta ção de serviços, ensino geral, jardim de infância e infandido escola de línguas, cultura, saneamento básico, segurança le bens patrimoniais, importação e exportação, podendo aindistributivos. dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústrio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (questro) por 4 (quatro) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50 000 00 de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente sócio Raúl Cond sócio Raúl Cardoso Gomes, outra quota no valor nominal de Kz: 30 000 00 de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sociole Eduardo Sampoi. Eduardo Sampaio Catalahari Mohamed, e ainda outras dus quotas iguais quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mido de Jesti) kwanzas). cada kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Guido de Jeglis Siolengue e Lacardo de Jeglis Siolen Siolengue e Leonardo Diakiesse Massala, respectivamente

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do con-A cessau de descrida aos sócios se a servado o direito sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito sentimento de deferido aos sócios se a sociedade dele não de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

I. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, Raúl Cardoso Gomes e Eduardo Sampaio Catalahari Mohamed, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias ambas as assinaturas, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos econtratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-

3. Os gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação. liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudiçado em iguale adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igual-

ARTIGO 11.º (Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º (Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18184-L02)

China Railway 20 Group Internacional Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 99 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi realizada alteração ao pacto social da sociedade «China Railway 20 Group Internacional Angola, Limitada».

António Emanuel Canenda Tomboca, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro 500 Casas, Rua 7, Casa n.º 602, que outorga neste acto como mandatário das sociedades, China Railway 20 Bureau Group Co. Ltd., com sede na China, Cidade de Xi'an, Província de Shaan Xi, Rua Taihua, Casa n.º 89, China Railway 20 Bureau Group Shaanxi Matérias Co. Ltd, com sede na China, Cidade de Xi'an, Provincia de Shaan Xi, Rua Hua Qingdong, Distrito Novo, Casa n.º 125, e Railway 20 Bureau Group Construction Machinery Co. Ltd, com sede na China, Cidade de Xi'an, Província de Shaan Xi, Vila de Xin jiamiao;

Declara o mesmo:

Que, as suas representadas são as únicas e actuais sócias da sociedade comercial por quotas denominada «China Railway 20 Group Internacional Angola, Limitada», com sede em Luanda, no Municipio e Bairro de Viana, Zona do Kikuxi, Rua e casa s/n.º, constituída por escritura datada de 14 de Janeiro de 2014, lavrada com início a folhas n.º 58 verso, 59, do livro de notas para escrituras diversas n.º 339, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção, sob o n.º143-14 com o capital social Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo a primeira no valor nominal de Kz: 333.600,00 (trezentos e trinta e três mil e seiscentos kwanzas), pertencente à sócia China Railway 20 Bureau Group Co. Ltd. e as outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos kwanzas), cada uma, pertencentes às sócias China Railway 20 Bureau Group Shaanxi Materials Co. Ltd e Railway 20 Bureau Group Construction Machinery Co. Ltd, respectivamente;

Que, pela presente escritura e conforme deliberado em assembleia de sócios datada de 27 de Novembro de 2014, o outorgante, no uso dos poderes a si conferidos, manifesta a vontade das suas representadas, e altera o objecto social da sociedade, acrescentando as seguintes novas actividades:comércio geral, importação e venda de automóveis, de peças e de outros equipamentos rodoviários, serviço de manutenção e reparação pós-venda;

Em função do acto praticado altera-se a redacção do artigo 2.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 2.º (Do objecto social)

A sociedade tem como objecto social, construção civil e obras públicas, incluindo construção e reparação de infras-estruturas ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias e similares, comércio geral, importação e venda de automóveis, de peças e de outros equipamentos rodoviários, serviço de manutenção e reparação pós-venda, podendo dedicar-se a outras actividades comerciais e industriais, sempre que os sócios acordem e a lei permita.

Declara ainda que se mantêm firmes e válidas as demais disposições do pacto social, não alteradas pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

(15-18185-L02)

Galeria dos Pães, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 45 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, realizaram alteração ao pacto social da sociedade «Galeria dos Pães, Limitada».

Primeira: — Arlete Aurélio Saunje Antas, casada com Arnaldo Furtado Antas, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Andulo, Província do Bié, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Sizenando Marques, n.ºs 48-50;

DIÁRIO DA REPÚBLIC Segunda: — Rosa Saunje Furtado D'Antas Cunha Cunha Soh Segunaa: — Com Wladimir Cardoso de Oliveira Cunha, sob reginate de adquiridos, natural do Kuito, Prant. com Wiaumin Comunhão de adquiridos, natural do Kuito, Provinciale habitualmente em Luanda, no Diensia, so Diensia, Bié, residente habitualmente em Luanda, no Distrilo Unita de Marianga. Rua Sizenando Marolles, no de la comunidad de la comuni

e Bairro da Maianga, Rua Sizenando Marques, n. 48.34 Terceira: — Tchinossole Saunje Furtado D'Antal & teira, maior, natural do Kuito, Provincia do Bié, residente la labora de Distrito Urbana. habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Baino e Maianga, Rua Sizenando Marques, n.ºs 48-50;

E por elas foi dito:

Que, elas são as únicas e actuais sócias da sociedade comercial por quotas denominada «Galeria dos Pia Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano de Samba, Bairro Morro Bento, Rua das Transmissões, nº 14 constituída por escritura datada de 7 de Agosto de Ma lavrada com início a folhas 87, do livro de notas para estr turas diversas n.º 72, deste Cartório Notarial, registada n Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 23 Senja do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 1435-08 con e capital social Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanza) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal à Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), pertencenta à sócia Arlete Aurélio Saunje Antas e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), rate uma, pertencentes às sócias Rosa Saunje Furtado D'Anis Cunha e Tchinossole Saunje Furtado D'Antas, respectivo mente.

Que, pela presente escritura e conforme assembleia de sócios datada de 1 de Setembro de 2015, tal como constant deliberação unânime por escrito, os outorgantes praticamos seguintes actos:

Foi aumentado o capital social de Kz: 75.000,00 (selenta e cinco mil kwanzas), para Kz: 100.000,00 (cem mil kmar zas), sendo o valor do aumento ser de Kz: 25.000,00 (vinita) e cinco mil kwanzas), feita por subscrição pela signi Tchinossole Saunje Furtado D'Antas, que unifica com quota que detém na sociedade em uma única no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas);

2. Divisão e cessão de quota:

A sócia Arlete Aurélio Saunje Antas, divide a sua sobre dita quota no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta no valor nominal de Kz: 45.000,00) cinco mil kwanzas) em duas novas, sendo uma no valo nominal de V nominal de Kz: 25.000,00 (vinte cinco mil kwanzas), que cede à sócio D cede à sócia Rosa Saunje Furtado D'Antas Cunha, que sa aceita e unic aceita e unifica com a quota que detém em uma única valor nominal de la valor nominal valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas);
Em funca Em função dos actos praticados altera-se a redacção do go 4.º do post

artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem pi) kwanzas) integralmente realizado em dinheiro en outros valores dinheiros en contra de outros valores do activo social, dividido e representado por 3 (11.2) tado por 3 (três) quotas, sendo duas iguais no valores

nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes às sócias Rosa Saunje zas), cara de Tre de Transcole Saunje Furtado D'Antas Cunha e Transcole Saunje Furtado D'Antas e outra no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) pertencentes à sócia Arlete Aurélio Saunje Antas.

Declaram ainda que mantêm-se firmes e válidas as demais disposições do pacto social, não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, (15-18186-L02) ilegivel.

Luanda Grill, Limitada

Certifico que, por escritura de 22 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 85 do livro de notas para escrituras diversas n.º 300-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, realizaram alteração ao pacto social da sociedade «Luanda Grill, Limitada».

Primeiro: - Roberto Camueje Queta, casado, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 18, Casa n.º 27-A, que outorga neste acto em representação das sociedades «Vernon Angolan Services - Gestão de Empreendimentos, S.A.», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Avenida de Portugal, n.ºs 18/20 e «J.N.N. — Investimentos, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Comandante Valódia, n.º 13, rés-do-chão;

Segunda: — Carla Alexandra Naval dos Santos, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Municipio de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro e Rua dos Coqueiros, n.º 27, 3.º andar, Apartamento A, que outorga neste acto como mandatária do sócio, Manuel António da Silva Neto, casado com Cremilda Josefina Gongo da Silva Neto, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Prédio Voga, 3.º andar;

Declaram os mesmos.

Que, a primeira representada do primeiro outorgante e o representado da segunda outorgante, são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denono Municipal da sociedade comerciai por quo....

No Municipal da sociedade comerciai por quo....

No Municipal da sociedade comerciai por quo....

No Municipal da sociedade comerciai por quo.... no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Avenida Murtala Mohamed, n.º 260, rés-do-chão, constituída por escritura pública datada de 11 de Março de 2010, lavrada com início a folhas 42, do livro de notas para escrituras diversas n.º 182, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 460-10, titular do número de Identificação Fiscal 5417080055, com o capital social de Kz: 95.000,00 (noventa e cinco mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos kwanzas), pertencente à sócia, «VERNON ANGOLAN SERVICES — Gestão de Empreendimentos, S.A.», e outra no valor nominal de Kz: 9.500,00 (nove mil e quinhentos kwanzas), pertencente ao sócio, Manuel António da Silva Neto.

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 16 de Setembro de 2013, os outorgantes aumentam o valor do capital social de Kz: 95.000,00 (noventa e cinco mil kwanzas) para Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas) sendo o valor do aumento de Kz: 105.000,00 (cento e cinco mil kwanzas) valor este que já deu entrada na caixa da sociedade, integralmente realizado em dinheiro, dividido em duas novas quotas. sendo uma no valor nominal de Kz. 94.500, 00 (noventa e quatro mil e quinhentos kwanzas) que o primeiro outorgante unifica a quota que a sua primeira representada já detinha na sociedade, passando a mesma a deter uma quota no valor nominal de Kz: 180.000,00 (cento e oitenta mil kwanzas) e outra quota no valor nominal de Kz: 10.500,00 (dez mil e quinhentos kwanzas) que a segunda outorgante unifica a quota do seu representado que já detinha na sociedade, passando a deter uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas);

Ainda na presente escritura, o primeiro outorgante no uso dos poderes que lhe foram conferidos em procuração abaixo mencionada, cede a totalidade da quota da sua primeira representada «Vernon Angolan Services - Gestão de Empreendimentos, S.A.» pelo seu respectivo valor nominal à sua segunda representada «J.N.N. - Investimentos, Limitada» valor este já recebido pela cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação, apartando-se deste modo definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar;

Que, a primeira outorgante aceita a referida cessão feita a sua segunda representada nos precisos termos exarados;

Que a sociedade, prescinde do seu direito de preferência ao abrigo do artigo 5.º do pacto social, dá o seu consentimento e admite a segunda representada do primeiro outorgante como sócia;

Em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 180.000,00 (cento e oitenta mil kwanzas), pertencente à sócia, «J.N.N. - Investimentos, Limitada», e outra no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio, Manuel António da Silva Neto.

Declaram ainda os mesmos que se mantêm firme e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

(15-18187-L02)

GRUPO-ADGC, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 16 do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Adilson Domingos Gonga, casado com Cristina Rosa Casimiro Gonga, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Cidade do Sequele, Bloco 8.º, Apartamento 401;

Segundo: — Cristina Rosa Casimiro Gonga, casada com Adilson Domingos Gonga, sob o regime acima mencionado, natural do Rangel, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Capolo, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GRUPO-ADGC, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «GRUPO-ADGC, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Deolinda Rodrigues, n.º 38, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kapa) O capital social integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado en capital de la composição de tado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominale tado por 2 (duas) quotas iguais no valor no valor no valor nominale tado por 2 (duas) quotas iguais no valor no valor

Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma pre centes aos sócios Cristina Rosa Casimiro Gonga e Adia

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do o sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o dina de preferência deferido aos sócios se a sociedade delegi-

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pasina mente, incumbem ao sócio Adilson Domingos Gonga, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução la tando a sua assinatura para obrigar validamente a societativo

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em ac e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, is como letras de favor, fianças, abonações ou actos semella-

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cate registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (minis dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sóns estiver ausente da sede social, a comunicação deverá s feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a pr centagem para fundos ou destinos especiais criados de Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor ção das suas quotas e em igual proporção serão suportados as perdas se as houver.

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência continuando a continuando sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido interdito do contrata de contrat interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes do socio rativo enquanto o companio de la companio del la companio de la companio del la companio de la companio del la companio de la companio del la com enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e no nais casos la contratación de la demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários liquidação e no como socios serão liquidação e no como li liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na sul de acordo e so-l de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco licitado em bloco com obrigação do pagamento do pagamento e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação do pagamento em igual e adjudiçado ao com obrigação em igual e adjudiçado ao com obrigação em igual en adjudiçado ao com obrigação em igual en adjudiçado ao com obrigação em igual e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em ignadade de condica dade de condições.

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º qualquer sócio, quando sobre ela recaía arresto, penhora providência cautol

ARTIGO 12.º

para todas as questões emergentes do presente contrato, para louas as que prosente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer quer entre os sociedade, fica estipulado o Foro da entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da entre enco de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18192-L02)

Heran General Trading e Indústria (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 105 do livro-diário de 27 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Isayas Desale Berhe, casado com Winta Menghisteab Teklemaimonot, sob o regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade eritreia, natural de Keren, residente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro do Kikolo, Rua Ngola Kiluange próximo da Moagem Kianda, casa s/n.º, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Heran General Trading e Indústria (SU), Limitada», regislada sob o n.º 5.823/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2. Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE HERAN GENERAL TRADING E INDÚSTRIA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Heran General Trading e Indústria (SU), Limitada», com social em Luanda, Municipio de Cacuaco, Bairro do Kikolo, Rua Ngola Kiluange, próximo da Moagem Kianda, n.º casa s/n.º 2, Luanda-Angola, podendo deslocar a sede dentro do território nacional, abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação, onde mais convenha aos negócios sociais, noutros pontos do País ou no estrangeiro, segundo deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2º

- 1. A sua duração é por tempo indeterminado, contando--se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data de escritura
- 2. A sociedade poderá a todo tempo, participar na constituição de novas sociedades, adquirir participações em sociedades de responsabilidade limitada e anónimas e alienar as participações de que seja titular, por decisão da Assembleia dos Sócios.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto social o comércio a grosso de bens alimentares.

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas). integralmente realizado em dinheiro, subscrito pelo sócio--único Isayas Desale Berhe, equivalente à 100 % do capital social.

ARTIGO 5.º

- 1. O sócio poderá ser chamado a fazer prestações suplementares de capital, no montante global equivalente a USD 100.000,00.
- 2. O sócio, poderá igualmente, ser chamado a fazer empréstimos de dinheiro ou coisa fungível com carácter de permanência (suprimentos) ou outras prestações acessórias nos termos, pelos prazos e nas condições que vierem a ser estabelecidas em Assembleia Geral.
- 4. As prestações suplementares de capital, suprimentos ou outras prestações acessórias poderão vir a ser transformadas em capital social e/ou ter outro destino, conforme opção do sócio no momento do respectivo contrato.
- 5. O contrato de suprimento deverá constar de documento escrito.

ARTIGO 6.º

- 1. A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital.
- 2. O sócio em primeiro lugar e a sociedade em segundo, gozam do direito de preferência em qualquer caso de cessão de quotas.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Isayas Desale Berhe, bastando a sua assinatura para obrigarem validamente a sociedade.

- 1. O sócio-gerente poderá delegar ao outro sócio ou em pessoas estranhas à sociedade, mediante procuração todos ou parte dos seus poderes de gerência, para obrigarem validamente a sociedade;
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

- 1. As Assembleias Gerais convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão feitas por cartas registadas aos sócios com, pelo menos, (30) 30 dias de antecedência.
- 2. A representação voluntária de qualquer dos sócios nas Assembleias Gerais, sempre que a lei não exija outra formalidade, pode ser conferida por documento particular e a favor de qualquer terceiro.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se houver.

(15-18193-L02)

LOGOS CONTRÁRIOS — Comércio e Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 53 do livro de notas para escrituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Unico da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Baltazar Simão Dias, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Rua 51, casa s/n.°;

Segundo: - Janice Vieira Dias de Almeida, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LOGOS CONTRÁRIOS — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «LOGOS CONTRARIOS — Comércio e Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Rua 51, casa s/n.º, Zona 9, podendo transferi- la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

DIÁRIO DA REPÚBLIO A sua duração é por tempo indeterminado, contandos os efeitos las contandos en exercicados en ex A sua qui ação para todos os efeitos legais, a para todos efeitos efeitos legais, a para todos efeitos efe

A sociedade tem como objecto social, preslação de social preslaçõe ços, incluindo serviços de relações públicas, comércio se caixilharia do al comercio se constituido de serviços de relações públicas, comércio se constituido de serviços de relações públicas de serviços de relações de a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de aluminio de indústria pesca hotale. a grosso ca recultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turisminos ca cultura, agro-pecuária, e turisminos ca cultura, e turisminos ca cultu informática, telecomunicações, publicidade, construção que la cons e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comenta lização de telefones e seus acessórios, transporte maritim camionagem, agente despachante e transitários, cabotago rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas seus acessórios, venda e reparação de veículos automotico concessionária de material e peças separadas de transpor fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medio mentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produs químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificas de documentos, venda de material de escritório e escritório decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleiren, boutique, agenciamento, comercialização de perfumes, po telaria, geladaria, panificação, representações comerciais industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recrezia meios industriais, realizações de actividades culturais eleportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bas patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de contro cio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitivo por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanza) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado tado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominale Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pentir centes aos sócios Baltazar Simão Dias e Janice Viena Dia de Almeida, respectivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do continuada de contra de co sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o dirende de preferência. de preferência deferido aos sócios se a sociedade delenia quiser fazer uso.

- ARTIGO 6.º

 1. A gerência e representação da sociedade, em todos do sactos e contrata e passir seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pase vamente incumb vamente, incumbe à sócia Janice Vieira Dias de Almeida que fica desde ió que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de cautal bastando 1 (11222) bastando I (uma) assinatura da gerente para obrigar valido mente a sociedado
- 2. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo pessoa estranha à em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo.

 3. Fica vedada 3 3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em activatratos estranhos
- contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, las como letras de forma de f como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhar tes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples As Assembles dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 cartas registadas, dirigidas isto quando a la carta de antecedência de antecedência isto quando a la carta de antecedência de antecedê cartas registadas, trada control de comunicación de comunicaci (minia) unas de comunicação. Se qualquer dos formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos formalidades social, a comunicação deverá sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá socios com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18194-L02)

Riafra Corporation Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 18 do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da

Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Alfredo Ganga Ricardo, casado com Yolanda de Fátima da Silva Ricardo, sob regime de separação de bens, natural de Caculo, Provincia de Kwanza-Sul, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua da 8.ª Esquadra, casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho menor, Hernâni António Ricardo, de 13 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE RIAFRA CORPORATION ANGOLA, LIMITADA

ARTIGO Lº

A sociedade adopta a denominação social de «Riafra Corporation Angola, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Quarteirão W, Edificio W-24, Apartamento 32, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 95.000,00 (noventa e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Alfredo Ganga Ricardo e outra quota no valor nominal de 5.000,00 (cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Hernâni António Ricardo.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Alfredo Ganga Ricardo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios serão limidado e la lacalista todos os sócios serão limidado e la lacalista de lacalis demais casos legais, todos os sócios serão liquidalánias e nartilha realizar-se-á como acordarem la demais casos resultantes de la como acordarem. Na se algum deles o pretender, será o arrivo de acordo e se algum deles o pretender, será o activo se bloco com obrigação do pagamento do de acordo com obrigação do pagamento do paga e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em jed

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contra quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Fomo Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cal ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano ins diato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disp sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei da Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (15-18195-LO)

Grupo Armindo Ernesto & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015. lavrada com início a folhas 12 do livro de notas para escituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiche Unio da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires de Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Aminin Filipe Ernesto, solteiro, maior, natural de Porto Amboin. Provincia de Kwanza-Sul, residente em Luanda, no Digital Luanda, no Di Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf 2, Casa n.º 13, Zona M que outorga por si individualmente e em nome e representação, do ser outorga por si individualmente e em nome e representação. tação do seu filho menor Edvânio João Kaculo Emesta de 2 anos de idade de 2 anos de idade, natural de Luanda e consigo convirent.

Uma socioda de Uma sociedade comercial por quotas que se regeráno nos constanta.

termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, en anda aos 29 1 Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegiro.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO ARMINDO ERNESTO & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º ARTIGO 1.º Social de «Ĉrupo al de social per mindo Ernesto ». Esti Armindo Ernesto & Filhos, Limitada», com sede social de Província de Lucada. Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbanda, Distri Marianto Gof II, na Avenida Pedro de Castro do Kilamba Nuaci, Casa n.º 13, Zona 20, podendo transferi-la Van-Dunient para qualquer outro local do território nacional, livremente para di liuria, sucursais, agências ou outras formas bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o inicio da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, serviços de saúde, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, e assistência a viaturas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, serviços de cabeleireiro e barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, serviços de ourivesaria e relojoaria, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serviços de serralharia, carpintaria e marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Amindo Filipe Ernesto, e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Edvânio João Kaculo Ernesto, respectivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de prefesa de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Armindo Filipe Ernesto, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.
- 2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhan-

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18196-L02)

JEDHER — Comércio e Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 53 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Jess Nsikalangua António Calunga, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Kassequel, Rua 29, Casa n.º 17;

Segundo: - Dieu António Mbela Luvualo, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Rua Carmona, casa s/n.º;

Terceiro: — Herculano Paulo Bunga, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Provincia de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, casa s/n.°;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE JEDHER — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «JEDHER - Comércio e Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Luanda Sul, Rua 8, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, comércio a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos

DIÁRIO DA REPÚBLA dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, importação e comercialização de serviços. dos serviços de segurança privada, importação e comercialização de serviços produtos hospitalares, equipamentos laborados de ligitos productivos de ligitos de ligitos productivos de ligitos productivos de ligitos productivos de ligitos de l segurança privada, camentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratos de medicamantos de medic camentos, producos de distribuição de medicamentos hospitalares, manutenção e actividados de medicamentos como de medicamentos de medicame mentos e produtos hospitalares, manutenção e assig a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escolato e cultura, informática telecomo a equipamentos de cultura, informática, telecomunicado restauração, casino indicativo de cultura de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria por agricultura agro-pecuária esta e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústra e transitários cabatanas panificação, camionagem, transitários, cabotagem, transitários, cabotag -car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de mercadorias foral. de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalizaçõe obras públicas, venda de material de escritório e escritorio e e escritorio e escritorio e e escritorio e e escritorio e e escritorio e e escritori venda e instalação de material industrial, venda e assista cia a viaturas, comercialização de material de construi comercialização de lubrificantes, comercialização de g de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, pe fumaria, artigos de toucador e higiene, agência de viagna clínica geral, exploração de parques de diversão, exploração ção mineira, exploração florestal, exploração de bombas h combustíveis, estação de serviço, representações comciais, importação e exportação, podendo ainda dedicaresi qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que e sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 60.00.000,00 (sessenta m kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido: representado por (3) quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) cada uma, pento centes aos sócios Jess Nsikalangua António Calunga, Dia António Mbela Luvualo e Herculano Paulo Bunga, respe tivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do cor sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o dirente de cara Constante de ca de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele introduciones de la sociedade dele introduciones dele introduciones de la sociedade dele introducion quiser fazer uso.

ARTIGO 6.°

A gerência e administração da sociedade, em 10d0s 6
s actos a construa e por seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e posiciones en juí sivamente, incumbe ao sócio Jess Nsikalangua Anlónio Calunga and C Calunga, que fica desde já nomeado gerente, com dispenso de caução de caução, bastando a sua assinatura para obrigar γαλίθη mente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios de legar num dos sócios ou mesmo pessoa estrativo de legar num dos sócios de legar num dos sócio em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência. conferior gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo.

2. Fica vod. 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em action o respectivo mandaro.

e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade em ecomo letras de forma de como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhal tes.

ARTIGO 7.°
ARTIGO 7.°
ARTIGO 7.°
Istadas, dirigidas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (Trinis) dias de antecedência dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva forma lidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios lidades especiales da sede social, a comunicação deverá ser estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser estivei aussing devertigite para que possa comparecer.

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em centagem para divididos pelos sócios na propor-Assemble... Assemble... Assemb as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Benguela, com expressa renúncia a qualquer

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano ime-

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18197-L02)

Talatona Golden-ZR6, Limitada

Certifico que, por escritura de 26 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 67 do livro de notas para escrida Emparado no de Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: Hélder Nuno Francisco Lisboa Santos, casado com Inocência de Fátima Gamboa Carvalho dos Santos Lisboa Santos, sob o regime de comunhão de adqui-

ridos, natural da Maianga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Francisco S. Mayor, Casa n.º 96;

Segundo: — Job Contreiras de Sá e Vasconcelos, casado com Diuva Nazay Caposso Domingos de Sá Vasconcelos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Benguela, Província de Benguela, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Hélder Neto, Prédio n.º 24, 2.º andar, esquerdo;

Terceiro: — António Trovoada da Costa, casado com Umbelina Julieta do Nascimento Massango da Costa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário;

Quarto: — Hermenegildo Diogo da Silva Manuel, solteiro, maior, natural da Ingombota, Provincia de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Lino Amezaga, Bloco n.º 5;

Quinto: — Hamilton Jorge da Silva Faria, casado com Nadeida Raraima Guimarães Moniz Faria, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Chinguar, Província do Bié, residente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Casa n.º 74;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE TALATONA GOLDEN-ZR6, LIMITADA

1.0

A sociedade adopta a denominação social de «Talatona Golden-ZR6, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, no Condomínio Talatona Golden-ZR6, Rua S4, Casa n.º 26, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

20

A sua duração é por tempo determinado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

3.0

A sociedade tem como objecto social, gestão do condomínio Talatona Golden-ZR6 e prestação de serviços, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas iguais, cada uma no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencentes aos sócios Hélder Nuno Francisco Lisboa Santos, Job Contreiras de Sá e Vasconcelos, Hermenegildo Diogo da Silva Manuel, António Trovoada da Costa e Hamilton Jorge da Silva Faria, respectivamente.

5.°

As cessões de quotas a estranhas ficam dependentes do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

6.°

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Hélder Nuno Francisco Lisboa Santos, Job Contreiras de Sá e Vasconcelos, Hermenegildo Diogo da Silva Manuel, António Trovoada da Costa e Hamilton Jorge da Silva Faria, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando 3 (três) assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abominações ou actos seme-Ihantes.

7.0

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

8.0

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzir a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção serão suportadas as perdas se as houver.

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes dos sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios liquidação e partilha verificar e Dissorvida de acordo e se aloum dos sócios se falta de acordo e se aloum dal falta dal falta de acordo e se aloum dal falta dal falt acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pres der, será o activo social licitado em globo com obrigado do passivo e adjudicado ao sócio obrigado de social de como obrigado do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que mento de condições preço oferecer, em igualdade de condições.

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quote qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhozo

12.0

Para todas as questões emergentes do presente contra quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Fonde comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque roum

13.0

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerraralla Março imediato.

14.0

No omisso regularão as deliberações sociais, as dispos ções da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação (15-18198-10) aplicável.

News Paperboy-Le, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2013. lavrada com início a folhas 34 do livro de notas para estrito ras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Únicola Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Cost Licenciado em Direito, foi constituída entre Manuel da Coda Fabiano, solteiro, maior, natural da Ingombota, Provinciale Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano la Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia Ingombuia, 110 Urbano la Ingombuia Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Club Martino African Casa n.º 30, que outorga neste acto por si individualmente. e em nome e representação dos seus filhos menores, All Paula Francis Ingombota, Provincia de Luanda e Luzia Francisco da Codi Fabiano de 2 Fabiano de 2 anos de idade, natural da Ingombota, Provincia de Luanda

Uma sociedade comercial por quotas de responsantes de limitado lidade limitada, que se regerá nos termos constantes do artigos seguintos

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, ilegnis. Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegina

ESTATUTOS DA SOCIEDADE NEWS PAPERBOY-LE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «News Paperboy-Le, Limitada», com sede social na Província Paperuoy de Luanda, Distrito Urbano da de Luanda, Distrito Urbano da de Luamon, Bairro Ingombota, Rua Club M. Africano, Casa Ingulio..., Casa n.º 30, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do Pais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigolas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agenciamento, comercialização de perfumes, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel da Costa Fabiano, e outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Ana Paula Francisco Fabiano e Luzia Francisco da Costa Fabiano, respectiva-

ARTIGO 5.º

ARTIGO 5.º

ARTIGO 5.º

ARTIGO 5.º

ARTIGO 5.º sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazo.

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Manuel da Costa Fabiano, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando I (uma) assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.
- 2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaía arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18199-L02)

Tappeto (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Unico da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 62 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Carla Denise dos Santos Ganga, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Lino Amezaga, Bloco D 3.º, Zona 1, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Tappeto (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Belas, Bairro do Bita Tanque, na Estrada do Kilamba, próximo ao Hipermercado Kero, casa s/n.°, registada sob o n.° 5.847/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TAPPETO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Tappeto (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro do Bita Tanque, na Estrada do Kilamba, próximo ao Hipermercado Kero, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

> ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, serviços de lavandaria, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, contabilidade e auditoria, formação pro-

DIÁRIO DA REPÜBLIN fissional, construção civil e obras públicas, fiscalização e venda de caixilharia de alumini. obras, produção e venda de caixilharia de alumínio, socialização imobiliária, informática promoção e mediação imobiliária, informática, lelega agro-necuária pacas. nicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, serviços el restauração, agenciamento de la restauração agenciamento de la restauração de hotelaria e turismo, restauração, agenciamento de vigos transportes aéreo, maritimo, fluvial e terrestre, transportes de passageiros ou de mercadorias, camionagem, lancia rios, despachantes, venda de material de escritório e escritorio e escritorio e escritorio e escritorio e escritório e escritorio e esc serviços de cabeleireiro e barbearia, modas e confecções la viços de saúde, comercialização de medicamentos, material e equipamentos hospitalares, comercialização de perfunç serviços de ourivesaria e relojoaria, indústria pastelara, po ficadora, geladaria e gelo, exploração de parques de diversi realização de eventos culturais, recreativos e desponitos exploração mineira e florestal, exploração de bombas de com bustíveis, estação de serviço, comercialização de petidias seus derivados, serviços no ramo dos petróleos, representa ções comerciais e industriais, ensino superior, educação ensino geral, serviços de infantário, importação e expotação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comini ou indústria em que a sócia-única decida e seja permitido pa lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwa zas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cm mil kwanzas), pertencente à sócia-única Carla Denise des Santos Ganga.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou s transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos o seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e por sivemento. sivamente, incumbem Hélio Nelson de Aragão dos Santos bastando bastando a sua assinatura para obrigar validamente à socie

- 1. Fica vedado à gerente obrigar à sociedade em actus tratos estadade. Bis contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade en como letras de como letr como letras de favor, fianças, abonações ou actos sente lhantes 2. O gerente poderá nomear pessoa estranha à sociedade a assumir 20 filma de sumir 2
- para assumir as funções de gerência.

(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às delibera em acta por la se da Assemblaio Company de la ções da Assembleia Geral deverão ser registadas em acia por ele assinadas e marcia. ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimenlo da sócia-única, continuando a sua existência com o mento de la como ou representantes da sócia falecida ou sobrevivo e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou sobrevito de la contra del contra de la contra del la contra de la contra de la contra del enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18200-L02)

CORD - Bel (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 80 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que João Cordeiro Pereira da Silva, viúvo de nacionalidade angolana, natural da Ingombota Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Condomínio do Cajueiro, Casa P15 n.º 126, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «CORD — Bel (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.850/15, que se vai reger pelo disposto no documento

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CORD — BEL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «CORD -Bel (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda La Direita Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Rua Direita do Camana, P. S. n.º 126, do Camama, Condomínio do Cajueiro, Casa PI5, n.º 126, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

> ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

> ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, comércio de têxteis e vestuário, agro-pecuária, avicultura, pescas, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, promoção e mediação imobiliária, hotelaria e turismo, serviços de segurança privada, informática, telecomunicações, electricidade, agenciamento de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, rent-a--car, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, serviços de cabeleireiro e barbearia, modas e confecções, botequim, serviços de saúde, comercialização de medicamentos, material e equipamentos hospitalares, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único João Cordeiro Pereira da Silva.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

> ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhan-
- 2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18202-L02)

Galileia J.M., Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 32, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João Manuel Marcos, solteiro, maior, natural de Cacuaco, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro do Sambizanga, Rua C, Casa n.º 18, Zona 10;

Segundo: - Agostinho Manuel Marcos, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Casa n.º 26, Zona 6;

Terceira: — Suzana da Glória Manuel Gombo, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua C, Casa n.º 18.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GALILEIA J.M., LIMITADA

A sociedade adopta a denominação social de com sede social na provincia de com J.M., Limitada», com sede social na provincia de Cale.

Belas Bairro Benfica. Rua L. C. Município de Belas, Bairro Benfica, Rua J, Casa nº podendo transferi-la livremente para qualquer outro locale para qualquer qualquer outro locale para qualquer qualquer qualquer qu poderido da representação dontes de representação do representações do repres cias ou outras formas de representação dentro e fora do Pá

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando se início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a per da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de se viços, tecnologias de informação e interactividade digid informática e telecomunicações, agricultura e pecuária ai cultura, aquicultura, pesca, agro-indústria, promoção e estiimobiliária, venda de mobiliário, serviços de transpore públicos e privados não regulares, serviços de agentia mento e transitário, serviços de representação, consulto financeira e jurídica, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e partir pações, produtos químicos e farmacêuticos, serviços le saúde, importação e comercialização de medicamentos produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio geral a grosso e a nel lho, empreitadas de construção civil e obras públicas, vendo de equipamentos dos serviços de segurança privada, presta ção de serviços de segurança privada, serviços infantários manutenção e assistência a equipamentos diversos, edura ção, ensino geral, desporto e cultura, serviços de condução hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, participado de panificação de pani sitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de vialus novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e la restre restre, transporte de passageiros, transporte de mercadoria oficina auto. oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras pública venda de material de frio, fiscalização de obras pública venda de material de frio, fiscalização de obras pública venda de material de frio, fiscalização de obras pública venda de material de frio, fiscalização de obras pública venda de material de frio, fiscalização de obras pública venda de frio de venda de material escritório e escolar, decoração de industrial res e exterior res e exteriores, venda e instalação de material industrial assistência assistência a viaturas, comercialização de material de contrucão trução, comercialização de lubrificantes, comercialização de lubrificantes, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de correlativa de gás de correlativa de gás de correlativa de lubrificantes de correlativa de gás de gas de de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressientes, comercialização de lubrificantes, comercialização de lubrificantes de lubrificant tes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiros barbearia. agencia-de diversão, exploração florestal, exploração de pombas de diversão, exploração florestal, exploração combustíveis combustíveis, estação de serviço, representações combustiveis, estação de serviço, representações competible e industriais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, incineração incineração. ria, serviços de serralharia, carpintaria, marcella ria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de mobilidade de mo objectos sólidos, assistência técnica, venda de mobiliário importação e expansional de mobiliário de quer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seia permissi. acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), O capital social.

O capital social (uma) quoto Tinlegralmente realizado em dinheiro, dividido e representado integralmente representado (uma) quota no valor nominal de por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de por 3 (lires) 4 de la contra mil kwanzas), pertencente ao sócio Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas) Kz. 80.000,00 Marcos e outras 2 (duas) quotas iguais no valor João Maria de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, per-Glória Manuel Gombo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio João Manuel Marcos, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

- 1. O gerente poderá delegar num dos sócias ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o Sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdir. interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação. liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado e partilha realizar-se-á como acordarem. licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo en bloco com obrigação do pagamento do pagam

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18203-L02)

KIONDA — Surf School Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 22, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Luana Toscano de Castro, solteira, maior, natural de São Paulo, Brasil, mas de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, Casa n.º 5, rés--do-chão, Zona;

Segundo: - Manuel Correia de Sousa, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Conêgo Manuel das Neves, Casa n.º 1;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE KIONDA — SURF SCHOOL ANGOLA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «KIONDA - Surf School Angola, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Belas, Condominio Parque das Acácias, Rua B, Casa n.º 5, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio a grosso e a retalho, consultoria, empreitadas de construção civil e obras públicas, fiscalização de obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, serviços de saúde, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, e assistência a viaturas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, serviços de cabeleireiro e barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, serviços de ourivesaria e relojoaria, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serviços de serralharia, carpintaria e marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que às sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 55.000,00 (cinquenta e cinco mil kwanzas), pertencentes à sócia, Luana Toscano de Castro, e outra quota no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), pertencentes ao sócio Manuel Correia de Sousa, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Manuel Correia de Sousa e Luana Toscano de Castro, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias ambas as suas assinaturas, para obrigar validamente a sociedade.

- DIÁRIO DA REPÚBL em pessoa estranha à sociedade parte dos seus podensiones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito o respectivo manufaciones de la conferindo para o efeito de la
- gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo aos gerentes obrigarem a sonte ância, comermos perentes obrigarem a sociedade con negócios sociale de concisio de concisi actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade la composição de favor, fiança, ahonação de sociais da soci dade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou acomo letras de favor, fiança de favor de

As Assembleias Gerais serão convocadas por simple cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não pr

escreva formalidades especiais de comunicação s qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a contra cação deverá ser feita com tempo suficiente para que pos

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a pecentagem para fundos ou destinos especiais criados e Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propoção das suas quotas, e em igual proporção serão suportales as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimon de qualquer dos sócios, continuando a sua existência como sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócia falecidos interdito, devendo estes nomear um que a todos represenza enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e no demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários el liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na fili de acordo, e se algum dels o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passiv e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igual dade de condições.

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de la constitución de la constituci qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora di providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente contrates que entre os sácio quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que entre eles o como seus herdeiros ou representantes, que eles o como eles o com entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o foro de Comarca de Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro.

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados 31 de Dezembro. em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato

sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei do Sociedades Comerciais. Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (15-18204-L02)

J.L. Tony Empreendimentos, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2015, Certifico a folhas 90, do livro de notas para escrilavrada com para escri-luras diversas n.º 300-A, do Cartório Notarial do Guiché Unico da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires Unico da Costa, Licenciado em Direito, foi realizada alteração ao pacto social da sociedade «J.L. Tony Empreendimentos,

primeiro: — António Fernandes de Almeida, casado com Ercilia de Lourdes Pegado Lourenço da Silva Almeida, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Ndunduma, Prédio n.º 301, 4.º andar, Apartamento n.º 1, que outorga neste acto por si individualmente e em representação do sócio António Lobo do Nascimento, casado com Lucária Afonso do Nascimento, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 525;

Segunda: — Eurídice Marina Campos Costa de Almeida, casada com Abel António de Almeida, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Miramar, Rua Vereador Ferreira da Cruz, Casa n.º 54, rés-do-chão;

Declaram os mesmos, que, os outorgantes e o representado do primeiro outorgante, são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «J.L. Tony Empreendimentos, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, Km25, no Polo Industrial de Viana, casa sem número, constituída por escritura pública datada de 9 de Abril de 2015, lavrada com início a folha 3, do livro de notas para escrituras diversas n.º 260-A, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 1912-15, com o capital social de Kz: 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas iguais no valor nominal de Kz: 160.000,00 (cento e sessenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios António Lobo do Nascimento, António Fernandes de Almeida e Eurídice Marina Campos Costa de Almeida, res-

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acia de Assembleia Geral datada de 16 de Setembro de 2015, a segunda outorgante cede a totalidade da sua quota pelo seu respectivo valor nominal ao primeiro outorgante, valor este já recebido pela cedente que aqui lhe dá a respectiva quitarão, apartando-se deste modo definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar;

Que, o primeiro outorgante aceita a referida cessão nos precisos termos exarados e a unifica a quota que já detinha na sociedade, passando a deter uma quota no valor nominal de Kz: 320.000,00 (trezentos e vinte mil kwanzas);

Em função do acto praticado altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 320.000,00 (trezentos e vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio António Fernandes de Almeida e outra quota no valor nominal de Kz: 160.000,00 (cento e sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Lobo do Nascimento.

Declaram ainda os mesmos que mantém-se firme e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegi-(15-18205-L02)

AFRUS — Prestação de Serviços Clínicos, Cirúrgicos, Limitada

Aumento de capital, admissão de novos sócios, divisão, unificação das quotas e alteração parcial dos estatutos na sociedade «AFRUS — Prestação de Serviços Clínicos, Cirúrgicos, Limitada».

Certifico que, de folhas n.ºs 22-25 livro de notas para escrituras diversas n.º 490-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

Aos 13 de Outubro de 2015, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial desta Cidade, sito na Rua do Lobito, n.º 34, Bairro São Paulo, Distrito Urbano do Sambizanga, Município de Luanda, a cargo do Notário, Pedro Manuel Dala, perante o mesmo compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Jorge Ferreira dos Santos, casado com Ludmila Aguirregabiria Ruiz, no regime de comunhão de adquiridos, natural de Munenga, Libolo, Província do Kwanza-Sul, titular do Bilhete de Identidade n.º 00001223KS038, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal em Luanda, aos 6 de Maio de 2015, residente habitualmente em Luanda, Rua Sizenando Marques 49, Bairro Maianga, Município de Luanda;

Segundo: — Ludmila Aguirregabiria Ruiz, casada com o primeiro outorgante, no regime de comunhão de adquiridos, natural de Rússia, titular do Bilhete de Identidade n.º 0011890490E036, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal em Luanda, aos 21 de Janeiro de 2004, residente habitualmente em Luanda, Rua Sizenando Marques 49, Bairro Maianga, Municipio de Luanda:

Terceiro: — Fany Ferreira Aguirregabiria, solteira, maior, natural da Ingombota Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Sizenando Marques 49, Bairro Maianga, Município de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000046448LA012, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal em Luanda, aos 28 de Março de 2015;

Quarto: - Edson Jorge Ferreira Aguirregabiria, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Sizenando Marques 49, Bairro Maianga, Município de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000050860LA011, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil, aos 13 de Dezembro de 2011;

Verifiquei a identidade da outorgante pelo mencionado documento de identificação, em face a Certidão do Registo Comercial da sociedade e pela Acta da Reunião de Assembleia Geral da Sociedade de 1 de Setembro de 2015.

Que no final arquivo.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas de responsabilidades limitada denominada «AFRUS - Prestação de Serviços Clínicos, Cirúrgicos Limitada», com sede em Luanda, no Bairro da Maianga, Rua Sizenando Marques, n.º 49, foi constituída por escritura pública de 1 de Junho de 1994, lavrada a folhas 39 a 42 (trinta e nove a quarenta e duas), do livro de escrituras diversas n.º 444-A, (quatrocentos e quarenta e quatro), do 4.º Cartório Notarial de Luanda, e que são os únicos sócios da referida sociedade, com sede em Luanda, Bairro Maianga, Rua Sizenando Marques 49, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 1994.65034, com o Número de Identificação Fiscal 5401108885, com capital social integralmente realizado no valor de Nkz: 20.000.000,00 (vinte milhões de novos kwanzas) correspondente agora a 2 cêntimos kwanzas e representado por duas quotas, iguais e no valor nominal de Nkz: 10.000.000,00 (dez milhões de novos kwanzas), correspondente agora a Kz: 1 cêntimo pertencentes aos sócios Jorge Ferreira dos Santos e Ludmila Aguirregabiria Ruiz, que corresponde a 50% do capital social, respectivamente.

E pelos mesmos foi dito

Que, na qualidade de únicos sócios da referida sociedade, nos termos dos artigos 56.º e 57.º da Lei das Sociedades Comerciais decidiram por unanimidade, constituir-se em Assembleia Geral, de 1 de Setembro de 2015 com dispensa de formalidade prévia, segundo eles pretendem com necessidade de atingir novos mercados desiderato este que será mais facilitado com o aumento do capital social de Nkz: 20.000.000,00 (vinte milhões de novos kwanzas) corresponde agora a Akz: 2 cêntimos para Akz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) sendo o aumento verificado de AKz: 4 99.998.00(quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito kwanzas) e admissão de novos sócios

DIÁRIO DA REPÚBLA subscritos da seguinte forma; sócio Ludmila Aguinte dos Santos, a composição de compos Ruiz e Jorge Ferreira dos Santos, a composição da grino

E pelos outorgantes foi ainda dito

Que, em cumprimento do deliberado na aludida los debelaram alterar a formal debelaram alterar alte da Assembleia Geral debelaram alterar a forma de vinole

Em consequência deste acto, altera parcialmente social nos artigos 5.º e 7.º, o qual passará ter a seguinte no

ARTIGO 5.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (s nhentos mil kwanzas) integralmente realizado en dinheiro, subscrito da seguinte forma:

Sócios Ludmila Aguirregabiria Ruiz e las Ferreira dos Santos, reforçam as suas quotas fr NKz: 10.000,000,00 (dez milhões de novos kna zas), correspondente agora a l cêntimo kwanz 50% do capital social, uma para AKz: 250.000 e outra para Akz: 125.000,00 (cento e vinte e cino mil kwanzas), 25% do capital social e dando sequin cia os novos sócios Fany Ferreira Aguirregabina Edson Jorge Ferreira Aguirregabiria passam a la duas quotas de iguais e no valor nominal à Kz: 62.500,00 (sessenta mil e quinhentos kwanza 12,5% do capital social, cada uma respectivamente

ARTIGO 7.º

A forma de obrigar.

A gerência da sociedade será exercida policia forma de obrigar de acordo a seguinte composição

Ludmila Aguirregabiria Ruiz, como sendo sócia-gerente maioritária válida uma assinatum.

Jorge Ferreira dos Santos, como sócio-gerente válido uma assinatura.

Os sócios Fany Ferreira Aguirregabiria Edan Jorge Ferreira Aguirregabiria, como sócios-gerento validos com duas assinaturas mediante assinatura conjunta do primeiro ou segundo sócio.

§1.º — Os sócios-gerentes poderão delegal en pessoas estranhas a sociedade, todos ou parte do seus poderas poderas a sociedade, todos ou parte do seus poderas poderas a sociedade, todos ou parte do seus poderas seus poderes de gerência, conferindo para o cleino o respecti o respectivo mandato em nome da sociedade. §2.º — Fica vedado aos outorgantes obrigat

sociedade, em actos e contratos estranhos aos negocios sociais, tais como letras de favor, de fianças abonações abonações ou documentos equivalentes. O que não foi alterado mantém-se firme e válido.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruíram este acto:

a) Acta deliberativa da Assembleia de 1 de Setembro de 2015. b) Documentos legais da sociedade em apreço.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder a vontade firme e esclarecida das partes, vai a responder a parties, vai a partes, vai a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e por presente de com advertência da obrigatoriedade de se mim notatio, registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

Os outorgantes, ilegíveis.

O Notário, Pedro Manuel Dala.

É certidão que fiz extrair que vai conforme o original de

que me reporto. 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 13 de Outubro de 2015. — A Ajudante do Notário, Ana (15-18261-L01) Paula Germano Gomes.

CNSA — Anunciação, Limitada

Certifico que, por escritura de 7 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 24 do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa-Anifil, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, foi constituída entre Salvador Ramos Monteiro de Brito, solteiro, maior, natural de Catete, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Calemba, Rua da Tabela, Casa n.º 122, como mandatário da sociedade «Humanita Vitae, Limitada», com sede em Luanda, Município de Viana, Bairro Vila 7, Rua 11 de Novembro, casa s/n.º, registada sob n.º 2.923-12, e como procurador de José Ferreira da Conceição, casado com Cecília Maria António Quianda da Conceição, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Distrito Urbano e Bairro do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Santa Rosa, Casa n.º 5;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CNSA — ANUNCIAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e duração)

1. A sociedade adopta o tipo de sociedade comercial por quotas e a denominação de «CNSA — Anunciação, Limited.

2. A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data de celebração da escritura pública do acto de constituição

ARTIGO 2.º (Sede social)

- 1. A sociedade tem a sua sede social em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Sequele, rua s/n.º, casa s/n.º (junto à Agência da Unitel).
- 2. A gerência, por simples deliberação, poderá transferir a sede social para qualquer outro local, dentro da mesma provincia ou para provincias limitrofes, bem como criar sucursais, filiais, ou quaisquer outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

- 1. A sociedade tem como objecto a prestação de serviços, educação, comércio geral a grosso e retalho, importação e exportação.
- 2. A sociedade poderá associar-se a outras entidades com vista à constituição de sociedades, agrupamentos complementares de empresas, parcerias, «joint ventures», consórcios e associações em participação, bem como adqui-

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), nesta data equivalente a USD 1.200,00 (mil e duzentos dólares americanos), dividido e representado por duas quotas, da seguinte forma:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 84.000,00 (oitenta e quatro mil kwanzas), correspondente a 70 % (setenta porcento) do valor do capital social da sociedade, pertencente à sócia «Humanitae Vitae, Limitada»;
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 36.000,00 (trinta e seis mil kwanzas), correspondente a 30% (trinta porcento) do valor do capital social da sociedade, pertencente ao sócio José Ferreira da Conceição.

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares de capital e suprimentos)

Não são exigidas prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer empréstimos à sociedade, na modalidade de suprimentos, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, na qual serão ainda fixados os termos e condições a que ficam sujeitos, designadamente no que se refere ao prazo de reembolso e à sua eventual onerosidade.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

- 1. A cessão de quotas entre os sócios, ou a sua divisão em caso de cessão parcial, é livre e não carece do consentimento prévio da sociedade.
- 2. A cessão de quotas a terceiros depende do consentimento prévio da sociedade e está sujeito ao direito de preferência dos demais sócios.

ARTIGO 7.º (Amortização de quotas)

A sociedade pode amortizar qualquer quota, sem o consentimento do seu respectivo titular, quando tenha ocorrido um dos factos a seguir enumerados, desde já considerados fundamento suficiente para a amortização compulsiva:

- a) Fraude ou qualquer outra acção e/ou omissão, devidamente comprovada, lesiva de direitos ou do bom-nome da sociedade ou dos sócios:
- b) Interdição, inibição, falência ou insolvência do titular de qualquer das quotas, bem como penhora, confisco, arrematação ou adjudicação judicial de quotas, ou ainda venda em execução ou transferência da titularidade da quota imposta por meio judicial ou administrativo;
- c) Condenação do sócio em processo judicial movido pela sociedade ou em que se comprove a prática de actos contra a sociedade;
- d) Quando a quota seja dada em garantia de qualquer obrigação estranha à sociedade ou sem autorização da mesma;
- e) Em caso de transmissão da quota sem observância do disposto no artigo 6.º

ARTIGO 8.º (Assembleia Geral)

- 1. As Assembleias Gerais serão convocadas pelos gerentes, por meio de carta registada, com aviso de recepção, ou enviada sob protocolo, expedida com uma antecedência mínima de 15 dias da data fixada para a realização da Assembleia Geral, salvo quando a lei dispuser de forma diferente.
- 2. Os sócios que não possam comparecer em determinada Assembleia Geral poderão fazer-se representar por outro sócio ou por qualquer outra pessoa, nos termos da lei, nomeadamente mediante carta mandato dirigida à sociedade, onde conste a identidade do representante, a qual só poderá ser usada uma vez.
 - 3. São permitidas as deliberações unânimes por escrito.

ARTIGO 9.º (Gerência)

- 1 A gerência da sociedade será exercida por um ou mais gerentes, que exercerão os cargos com ou sem remuneração, consoante o que for deliberado em Assembleia Geral.
- 2. Para obrigar a sociedade é necessário a intervenção de um gerente ou, tratando-se de gerência plural, da maioria dos gerentes.
- 3. Os gerentes poderão constituir procuradores ou mandatários, os quais poderão ser pessoas estranhas à sociedade, com poderes para a prática de determinados actos ou categoria de actos.

ARTIGO 10.º (Poderes de gerência)

1. À gerência cabem os mais amplos poderes permitidos por lei, com excepção dos atribuídos neste pacto ou na lei aos demais órgãos sociais, competindo-lhe praticar os actos que forem necessários ou convenientes à realização do objecto social, entre os quais se incluem os seguintes:

- DIÁRIO DA REPÚBLIC a) Celebrar contratos no âmbito da actividade contratos de dentro dos limitos. cial da sociedade e dentro dos limites do respe
- b) Abrir, movimentar e fechar contas bancárias;
- c) Aceitar, sacar e endossar cheques, letras, linang
- d) Admitir e despedir pessoal ou celebrar contratoré
- e) Comprar e vender bens móveis, incluindo veiolo automóveis e celebrar contratos de aluguer out locação financeira mobiliária;
- f) Prestar caução ou garantias nos termos da lei;
- g) Representar a sociedade em juizo e fora de activa e/ou passivamente.
- 2. É inteiramente vedado à gerência fazer, por como da sociedade, operações alheias ao seu fim social e ao se objecto, ou por qualquer forma obrigar a sociedade por esse operações, sob pena de imediata destituição e sem projuin da sua responsabilidade pessoal e solidária por todos os prejuízos que daí decorram para a sociedade ou para terceima

ARTIGO 11.º (Lucros)

- 1. Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida, nos termos legais, a percentagem para a resm legal, será dado o destino que vier a ser deliberado es Assembleia Geral.
- 2. No decurso do exercício, poderão ser feitos adiantes mento sobre lucros, nos termos legais, mediante deliberação da Assembleia Geral e parecer favorável do órgão de fissa lização, caso exista.

ARTIGO 12.º (Dissolução e liquidação)

- 1. A sociedade dissolve-se nos casos legalmente prenis tos, ou por acordo dos sócios, por deliberação tomada en Assembleia Geral por maioria de 3/4 dos votos correspondentes. dentes ao capital social, na qual se nomeará o liquidalário.
- 2. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Gerdi a liquidação da sociedade será feita extrajudicialmente. competindo aos membros da gerência em exercício a função de liquidado. de liquidatários.

ARTIGO 13.º

(Orgão de fiscalização)

A fiscalização da sociedade compete, quando obrigalo por lei ou quando assembles. ria por lei ou quando assim for deliberado em Assembleia Geral, a um fiscal initia Geral, a um fiscal-único, a designar pela Assembleia Geral, por mandatos de 2

(Ano social)

O ano social corresponde ao ano civil, fechando-se statas sociais e efectuadas a compansional c contas sociais e efectuado o balanço do exercício, com de reportada a 31 de D reportada a 31 de Dezembro de cada ano.

ARTIGO 15.° (Casos omissos)

No omisso regularão as deliberações sociais tomadas No omisso logislações da Lei das Sociedades em Assembleia Geral, as disposições da Lei das Sociedades em Assemble de demais legislação aplicável na República de Angola.

(15-18374-L03)

COOPERATIVA — Deolfe, S. C. R. L.

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 19, do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, perante mim, Domingos Catenda, Lº Ajudante de Notário no referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Diogo de Oliveira, solteiro, maior, natural de Cambundi - Catembo, Província de Malanje, onde reside habitualmente, Rua do Comércio, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 007158291ME047, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 9 de Dezembro de 2014;

Segundo: — Emanuel dos Santos Felício, solteiro, maior, natural de Malanje, Província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, Condomínio Villas do Atlântico, Via - AL, Casa n.º 24, titular do Bilhete de Identidade n.º 000078162ME024, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 3 de Janeiro de 2014;

Terceiro: — Pedro Correia Capaça, casado com Fátima Capaça, natural de Caombo, Provincia de Malanje, onde residente habitualmente, no Bairro Centro da Cidade, Rua Serpa Pinto, Casa n.º 506, titular do Bilhete de Identidade nº 006644097ME049, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 22 de Abril de 2014;

Quarto: — José Gabriel, casado, com Mudile Luís Capaça Xiquito, sob regime de comunhão de bens adquiridos, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Malanje, no Bairro Culamuxito, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000941644LA036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 9 de Junho de 2014;

Quinto: — Hermenegildo Segunda Licachi, casado com Maria de Fátima Miguel Alberto Licachi, sob regime de Comunhão de bens adquiridos, natural do Luena, Província do Moxico, residente habitualmente em Luanda, no Município e Bairro de Viana 2, Projecto Morar, Casa Q-J 95, titular do Bilhete de Identidade n.º 000066067MO0023, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal aos 9 de Maio

Sexto: Carlos Manuel Barros da Fonseca, solteiro, maior, natural de Calandula, Província de Malanje, onde residente habitualmente, no Bairro Azul, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 004981404ME042, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal aos 31 de Dezembro de 2010;

Sétimo: — Isabel Benita Canjangue, solteira, maior, natural do Huambo, Província com o mesmo nome, residente habitualmente no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Luther King, n.º 4, 2.º andar, Apartamento 5, titular do Bilhete de Identidade n.º 000727761HO034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 8 de Novembro de 2013:

Oitavo: - Manuel Armando Ferreira, casado com Florinda Vassendala Ferreira, sob regime de comunhão de bens adquiridos, natural do Libolo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro 14 de Abril, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000007728KS021, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 16 de Julho de 2006:

Nono: — Maurício Domingos Garcia, casado com Dionísia Clara José Balanga Garcia, sob regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Malanje, Província com o mesmo nome, onde reside habitualmente, no Bairro Cangambo, casa s/n.º, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 000116378ME036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 4 de Outubro de 2012;

Décimo: — Paulo André Verónica, solteiro, maior, natural do Soyo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro CTT, Rua do ITEL, Casa n.º 43, Zona 15, titular do Bilhete de Identidade n.º 000210102ZE012, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 5 de Maio de 2015;

Décimo Primeiro: — Adão Francisco Imperial Tandala, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, casa s/n.º, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 003039032LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminál, aos 13 de Julho de 2012;

Décimo Segundo: — Armando Gomes Marques das Neves, casado com Ana Leonilde Sita Domingos das Neves, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Ecunha, Provincia do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Lote n.º 1, 2.º andar, Apartamento 6, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 002363739HO030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 12 de Outubro de 2011;

Décimo Terceiro: — António Sancho Fernandes, solteiro, maior, natural do Huambo, Provincia com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Zango 3, Casa n.º 6447, titular do Bilhete de Identidade n.º 001063807HO030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 21 de Agosto de 2013;

Décimo Quarto: — José António Jamona, solteiro, maior, natural do Lucala, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Malanje, Bairro Campo de Aviação, casa s/n.º, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 004700870KN048, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 18 de Junho de 2015:

Décimo Quinto: - Francisco Ramos Capaça, solteiro, maior, natural da Maianga, Provincia de Luanda, residente habitualmente em Malanje, no Centro da Cidade, Rua Serpa Pinto, Casa n.º 584, titular do Bilhete de Identidade n.º 003358383LA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 30 de Junho de 2014;

Décimo Sexto: — Elizandra da Fonseca Agostinho, solteira, maior, natural da Samba, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Samba, Casa n.º 4, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 003830377ME034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal aos 4 de Novembro de 2014;

Décimo Sétimo: - Luís Mendonça Filipe, solteiro, maior, natural de Kwaba - Nzoji, Provincia de Malanje, onde reside habitualmente, no Bairro Maxinde, casa s/n.º, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 006672648ME045, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 7 de Maio de 2014;

Décimo Oitavo: - João Xavier Cambongo, solteiro, maior, natural de Kunda Dia Base, Provincia de Malanje, onde reside habitualmente, na Sede Cazenga, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 006914413ME044 emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 27 de Agosto de 2014;

Décimo Nono: — Fernando Domingos, solteiro, maior, natural de Cambundi - Catembo, Província de Malanje, onde reside habitualmente, no Bairro Canámbua, casa s/n.º, Zona 5, titular do Bilhete de Identidade n.º 005009713ME047, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 24 de Janeiro de 2011;

Vigésimo: — Fernando Bande, solteiro, maior, natural de Caombo, Província de Malanje, onde reside habitualmente, no Cambo Camama, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 004905993ME040, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 19 de Outubro de 2010;

Vigésimo Primeiro: — João André, solteiro, maior, natural de Malanje, Provincia de Malanje, onde reside habitualmente, no Bairro Ritondo, casa s/n.º, Zona 12, titular do Bilhete de Identidade n.º 006551046ME045, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 5 de Março de 2014;

Vigésimo Segundo: — Eduardo Mona Vinevala, solteiro, maior, natural do Huambo, Província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, casa s/n.º, Zona 12, titular do Bilhete de Identidade n.º 0061939217HO037, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 6 de Julho de 2013;

DIÁRIO DA REPÚBLIC Uma sociedade cooperativa sob a forma de sociedade limitada que sociedade limitada que sociedade sociedade sociedade sociedade limitada que sociedade socied por quotas de responsabilidade limitada que se reguintes.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empres ANIFIL, em Luanda, aos 30 de Outubro de Mil

ESTATUTOS DA COOPERATIVA — DCOLFE. S. C. R. L.

CAPÍTULOI Disposições Gerais

> ARTIGO 1º (Denominação)

É constituída entre os sócios subscritores desta escritor e os que a ela posteriormente aderirem, a Cooperativa que adopta a denominação de «COOPERATIVA - Dolle S. C. R. L.», sob a forma de sociedade por quotas, regnito -se pelos Estatutos presentes, regulamento interno e demis legislação e normas aplicáveis.

ARTIGO 2.º (Sede)

A Cooperativa tem a sua sede na Provincia e Municipiole Malanje, Bairro Centro da Cidade, s/n.º, (defronte à S. G.0) podendo mudá-la para qualquer outro local da Provincia de Malanje ou para outras provincias, abrir outras representações no território nacional, mediante deliberação de assembleia de sócios.

ARTIGO 3.º

A duração da Cooperativa é por tempo indeterminado, cujo período temporal decorrerá desde a data da sua constituira tuição até à conclusão da transmissão dos fogos e unidados de ocupação aos membros.

ARTIGO 4.º

A Cooperativa, através da cooperação e entreajuda do s membros

seus membros, tem por único objectivo a exploração de directivo de dir mantes semi-industriais.

CAPITULO II
Capital, Jóia, Quota

(Capital social)

1. O capital social inicial da Cooperativa, nesta dala, ji

Ilmente realizado de la cooperativa, nesta dala, ji totalmente realizado é de Kz: 194.000,00 (cento e noventa quatro mil kwanzac) quatro mil kwanzas), dividido e representado por 22 (vinte duas) quotas. sendo 2 duas) quotas, sendo 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 40.000 00 (7)

de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas) cada uma, perence centes aos sócios centes aos sócios cooperadores Diogo de Oliveira, Emanudos Santos Felicio dos Santos Felício e Pedro Correia Capaça, 12 (doze) quois

iguais no valor nominal de Kz: 5.000,00 (cinco mil kwaniguals III kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios cooperadores José Gabriel, Hermenegildo Segunda Licachi, Carlos Manuel Gapries, da Fonseca, Isabel Benita Canjangue, Manuel Barros Garcia, Paulo André Amando Ferreira, Maurício Domingos Garcia, Paulo André Armanica, Adão Francisco Imperial Tandala, Armando Gomes Marques das Neves, António Sancho Fernandes, José António Jamona e Francisco Ramos Capaça e 7 (sete) quotas iguais no valor nominal de Kz: 2.000,00 (dois mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios cooperadores Elizandra da Fonseca Agostinho, Luís Mendonça Filipe, João Xavier Cambongo, Fernando Domingos, Fernando Bande, Eduardo Moma Vinevala e João André, respectivamente.

ARTIGO 6.º (Realização do capital)

A participação dos membros da Cooperativa no capital social, far-se-á em dinheiro, devendo o cooperador pagar integralmente o montante subscrito no momento do acto de admissão.

ARTIGO 7.º (Jóia)

- 1. Cada cooperador admitido está sujeito, no acto de admissão, ao pagamento de uma jóia, no valor a fixar pela Assembleia Geral.
- 2. O valor da jóia será actualizado, sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.
- 3. O montante resultante da cobrança de jóia, reverte para uma reserva destinada à compra de equipamento para exploração mineira, que constituem o objecto social da Cooperativa.

ARTIGO 8.º (Quota administrativa)

- l. Os cooperadores pagarão, mensalmente, uma quota administrativa no valor a fixar pela Assembleia Geral, a qual se destina a fazer face aos encargos administrativos.
- 2. O valor da quota administrativa será actualizado, sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.

ARTIGO 9º

- (Recursos económicos)
- 1. São recursos económicos da Cooperativa: a) O capital social;
 - b) A jóia;
 - c) As quotas administrativas;
 - d) As contribuições mensais dos membros da Cooperativa destinadas ao pagamento do empreendimento a que aderiu.
- 2. A contribuição da Cooperativa a que se refere a alínea d) do artigo anterior, será fixada a posterior em Assembleia Geral.

ARTIGO 10.º (Reserva legal)

- 1. Será constituída uma reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas de exercícios, objecto social da Cooperativa.
 - 2. Revertem para esta reserva:
 - a) 100% do montante das jóias de admissão;
 - b) Os excedentes anuais líquidos.

ARTIGO 11.º (Distribuição de excedentes)

Os excedentes que restarem depois da liquidação total dos encargos com a concretização do objecto social da Cooperativa, poderão retornar aos membros da Cooperativa na proporção das contribuições financeiras prestadas.

CAPÍTULO III Cooperadores

ARTIGO 12.º (Sócios da Cooperativa)

1. Podem ser sócios da Cooperativa, pessoas singulares, desde que requeiram a sua livre e voluntária adesão, e preencham as condições exigidas por estes Estatutos e demais legislação complementar.

ARTIGO 13.º (Admissão)

- 1. A admissão dos sócios cooperadores será feita mediante proposta dirigida à Direcção, assinada pelo candidato, e da qual deverão constar todos os elementos de identificação.
- 2. A admissão do candidato dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos:
 - a) Tomem conhecimento e aceitem cumprir as disposições e decisões tomadas em consonância com os Estatutos e legislação complementar em vigor;
 - b) Subscrevam e realizem em dinheiro os títulos de capital;
 - c) Liquidem a jóia a que alude o artigo 11.º;
 - d) Assumam o pagamento mensal da quota administrativa, a que alude o artigo 12.º, liquidando a primeira quota na data de inscrição;
 - e) Assumam a contribuição mensal a que alude a alínea d) do artigo 13.º
- 3. Da deliberação do Conselho de Administração, que rejeite a admissão de qualquer candidato, cabe recurso, por iniciativa do candidato, para a Assembleia Geral que se realize após a referida deliberação.
- 4. Da decisão da Assembleia Geral não cabe recurso nem reclamação.
- 5. Aceite a inscrição, esta será registada no livro a que se refere o artigo duzentos e dezasseis do Código Comercial.

ARTIGO 14.º (Direitos dos Sócios Cooperadores)

São direitos dos Sócios Cooperadores:

a) Receber cópia dos Estatutos e de eventuais Regulamentos Internos;

- b) Participar nas Assembleias Gerais, podendo apresentar propostas, discutir e votar os pontos constantes da ordem de trabalhos;
- c) Eleger e ser eleitos para os Órgãos Sociais da Cooperativa ou quaisquer comissões especiais;
- d) Requerer e obter informações dos órgãos sociais sobre a actividade da Cooperativa, sendo-lhes facultada a documentação que seja solicitada;
- e) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos nos Estatutos;
- f) Reclamar perante qualquer Órgão da Cooperativa, de quaisquer actos que considerem lesivos dos interesses dos membros ou da Cooperativa;
- g) Solicitar a sua demissão.

ARTIGO 15.º (Deveres dos Sócios Cooperadores)

São deveres dos Sócios Cooperadores:

- a) Observar os princípios cooperativos e respeitar as leis, os Estatutos e eventuais Regulamentos
- b) Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- c) Aceitar e exercer os cargos sociais para que tenham sido eleitos:
- d) Acatar e cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;
- e) Participar das actividades que constituam objectivos comuns da Cooperativa, e prestar o serviço ou trabalho que lhes competir;
- f) Contribuir mensalmente e na devida proporção, na assumpção dos encargos decorrentes do objecto social da Cooperativa de acordo com o cronograma financeiro da empreitada:
- g) Cumprir com pontualidade os pagamentos a que estejam obrigados.

ARTIGO 16.º (Demissão)

- 1. Os sócios cooperadores podem solicitar a sua demissão por meio de carta registada dirigida à Direcção, com pelo menos trinta dias de pré-aviso, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações e da aceitação das condições estatutárias.
- 2. Ao sócio cooperador que se demitir será restituído, no prazo estabelecido pela Assembleia Geral, o montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal.
- 3. O valor nominal dos títulos de capital não será acrescido de juros.

ARTIGO 17.º (Exclusão)

- 1. Os sócios cooperadores podem ser excluídos por deliberação da Assembleia Geral.
- 2. A exclusão terá de ser fundada em violação grave e culposa dos Estatutos da Cooperativa ou dos seus Regulamentos Internos.

- DIÁRIO DA REPÜBLKI 3. A exclusão terá de ser precedida de processo dicional de constaurar pela principal de constaurar pela principal pela principal de constaurar pela principal de nar escrito, que tenha sido decidido instaurar pela Directiona de conduta do sócio na mediante participação da conduta do sócio por al sob nena de nulidade, e dele devem con la conducta do sócio por al sob nena de nulidade, e dele devem con la conducta do sócio por al conducta de nulidade, e dele devem con la conducta do sócio por al conducta do sócio por al conducta de nulidade, e dele devem con la conducta do sócio por al cond entidade, sob pena de nulidade, e dele devem controla qualificação, a prova produzida entidade, sou prova qualificação, a prova produzida a de anlicação da media. do arguido e a proposta de aplicação da medida de exclusão a exarar no propos
- 4. A proposta de exclusão a exarar no processo será los escritos ao area de exclusão de excrito ao area de exclusão de exclusão de excrito ao area de exclusão de excrito ao area de exclusão de exclusão de excrito ao area de exclusão de excrito ao area de exclusão de exc damentada e notificada por escrito ao arguido com escrito actual escrito antecedência de, pelo menos, sete dias em relação à date Assembleia Geral que sobre ela deliberará.
- 5. Da deliberação da Assembleia Geral que decidira exclusão, cabe sempre recurso para os tribunais.

ARTIGO 18º (Consequências da demissão ou exclusão)

O sócio cooperador demitido ou excluído, sem prejuio da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigados como membro da Cooperativa, tem direito a restituição, n prazo estabelecido pela Assembleia Geral, do montante lo títulos de capital realizados segundo o seu valor nomine não acrescido de juros.

ARTIGO 19.º (Sanções)

- 1. Aos sócios membros da Cooperativa que faltema cumprimento das suas obrigações, podem ser aplicadas a seguintes sanções:
 - a) Repreensão registada;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de direitos;

 - e) Perda de mandato, no caso de o sócio coopte dor ter sido eleito para integrar um dos órgão
- 2. A aplicação das sanções referidas nas alíneas a), b) co d) e e) do n.º 1 é da competência da Direcção da Cooperaina. com admissibilidade de recurso para a Assembleia Gerali qual compete deliberar quanto à exclusão e perda de mar
- 3. A aplicação de qualquer sanção será sempre precedida processo cara de qualquer sanção se qualquer sanção se qualquer sanção se qualquer se qualquer sanção se qualquer sanção se qualquer sanção se qualquer se qualque de processo escrito, nos termos do disposto no artigo 8. 4. Das sanções aplicadas pela Assembleia Geral, alt
- sempre recurso para os tribunais.

CAPÍTULO IV Órgãos Sociais

SECÇÃO I Princípios Gerais

ARTIGO 20.º (Órgãos e Mandatos)

- 1. São órgãos sociais da Cooperativa:
 - a) A Assembleia Geral;
- 2. O mandato dos eleitos para os órgãos sociais é pelo fodo de 5 anos período de 5 anos.

ARTIGO 21.º (Elegibilidade)

Só serão elegíveis para os órgãos sociais da Cooperativa,

a) Se encontrem no uso de todos os seus direitos civis os membros que: e de cooperador;

b) Não estejam sujeitos ao regime de liberdade condicional, nem à aplicação de medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade;

c) Sejam membros da Cooperativa há pelo menos um mês, e que não estejam em incumprimento dos seus deveres de cooperadores.

ARTIGO 22.º (Eleicões)

I. As eleições dos órgãos sociais da Cooperativa realizar-se-ão por escrutínio secreto, em listas entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência de quinze dias sobre a data do acto eleitoral.

2. No caso de eleições intercalares para o preenchimento de vagas verificadas nos órgãos sociais, as listas poderão ser entregues na própria Assembleia Geral do acto de eleição.

3. Os membros dos órgãos sociais de início serão designados pelos membros assinantes da Acta de Constituição da Cooperativa.

ARTIGO 23.º (Funcionamento e deliberações)

- 1. Todos os órgãos da Cooperativa terão um presidente e pelo menos um secretário.
 - 2. O presidente terá voto de qualidade.
- 3. Nenhum órgão electivo da Cooperativa, à excepção da Assembleia Geral, pode funcionar sem que estejam preenchidos pelo menos metade dos seus lugares, podendo proceder-se, no caso contrário, e no prazo máximo de um mês, ao preenchimento das vagas, quando estas não tenham sido ocupadas por membros suplentes.

4. Sempre que não seja exigida maioria qualificada, as deliberações dos órgãos electivos da Cooperativa são tomadas por maioria simples com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

5. As votações respeitantes a eleições dos órgãos da Cooperativa ou a assuntos de incidência pessoal dos cooperadores, realizar-se-ão por escrutínio secreto.

6. Das reuniões dos órgãos sociais da Cooperativa será sempre lavrada acta, a qual é obrigatoriamente assinada por quem exercer as funções de presidente e por um dos secre-

7. Das deliberações da Assembleia Geral cabe recurso para os tribunais.

SECÇÃO II Assembleia Geral

ARTIGO 24.º

I.A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa integrada por todos os sócios cooperadores e as suas deli-berações berações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da Cooperativa e para

2. Participam na Assembleia Geral todos os sócios cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 25.º

(Sessões ordinárias e extraordinárias)

- 1. A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias.
- 2. A Assembleia Geral ordinária reunir-se-á obrigatoriamente 2 (duas) vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea c) do artigo 30.º e outra até 31 de Dezembro, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea d) do mesmo artigo.
- 3. A Assembleia Geral extraordinária reunir-se-á quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, 10 (dez) por cento dos membros da Cooperativa, num mínimo de 5 (cinco) cooperadores.

ARTIGO 26.º (Mesa da Assembleia Geral)

- 1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário.
 - 2. Ao Presidente incumbe:
 - a) Convocar a Assembleia Geral;
 - b) Presidir a Assembleia Geral e dirigir os trabalhos;
 - c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos sociais da Cooperativa;
 - d) Conferir posse aos cooperadores eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa.
- 3. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente, sem necessidade de mandato especial, desde que se verifique e seja comprovada a situação de ausência ou de impedimento.
 - 4. Compete ao Secretário:
 - a) Coadjuvar o Presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das Assembleias.
- 5. Na falta de qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os cooperadores presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da Assembleia.
- 6. É causa de destituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral a não convocação desta nos casos em que a isso esteja obrigado.
- 7. É causa de destituição de qualquer dos membros da Mesa, a não comparência sem motivo justificado a, pelo menos, três sessões seguidas.

ARTIGO 27.º (Convocatória para Assembleia Geral)

- 1. A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa.
- 2. A convocatória, que deverá conter a ordem de trabalhos da Assembleia, bem como o dia, a hora e o local da sessão, será enviada a todos os membros da Cooperativa por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo. A convocatória pode ser enviada por meio expedito, nomeadamente por e-mail, contanto que se assegure de que a mensagem foi bem recebida.

- 3. A convocatória será sempre afixada no local em que a Cooperativa tenha a sua sede.
- 4. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária deve ser feita no prazo de 15 (quinze) dias após o pedido ou requerimento previstos no n.º 3 do artigo 26.º, devendo a sessão realizar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recepção do pedido ou requerimento.
- 5. Se o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral não convocarem a assembleia, nos termos legais, podem os sócios cooperadores, desde que obtenham a assinatura de, pelo menos vinte por cento dos sócios, fazer a referida convocatória.

ARTIGO 28.º (Quorum)

- 1. A Assembleia Geral reunir-se-á à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos sócios cooperadores ou seus representantes devidamente credenciados.
- 2. Se, à hora marcada para a sessão, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior, a Assembleia reunir-se-á, com qualquer número de cooperadores, uma hora depois.
- 3. No caso de a convocação da Assembleia Geral ser feita em Sessão Extraordinária e a requerimento dos cooperadores, a sessão só se efectuará se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

ARTIGO 29.º (Competência da Assembleia Geral)

É da competência exclusiva da Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais da Cooperativa e das Comissões Especiais, criadas nos termos do previsto nos Estatutos;
- b) Apreciar e votar anualmente o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar o Orçamento e o Plano de Actividades para o exercício seguinte;
- d) Alterar os Estatutos e eventuais Regulamentos Internos;
- e) Aprovar a dissolução voluntária da Cooperativa;
- f) Decidir a admissão de membros;
- g) Decidir sobre a exclusão de cooperadores e sobre a perda de mandato dos Órgãos Sociais e de Comissões Especiais;
- h) Funcionar como instância de recurso quanto à recusa de admissão de membros e quanto às sanções aplicadas pela Direcção, sem prejuízo de recurso para os Tribunais;
- i) Regular a forma de gestão da Cooperativa no caso de destituição dos respectivos Órgãos Sociais e até à realização de novas eleições;

DIÁRIO DA REPÜBLA j) Apreciar e votar matérias especialmente projection de legislação communication de legislação de l nestes Estatutos e em legislação completo

ARTIGO 30.º (Deliberações da Assembleia Geral)

- 1. São nulas todas as deliberações tomadas sobre nos rias que não constem da ordem de trabalhos fixado presentas anticonvocatória, salvo se, estando presentes ou devidantes representados todos os membros da Cooperativa no pla gozo dos seus direitos, concordarem, por unanimidade, to
- 2. As deliberações da Assembleia Geral serão registals em livro de actas.

ARTIGO 31.º (Votação na Assembleia Geral)

- 1. Cada cooperador dispõe de voto, proporcional à les da fracção adquirida (permilagem).
- 2. É exigida maioria qualificada de, pelo menos, 🖟 terços dos votos expressos na aprovação das matérias rela tivas a aumento e diminuição de capital, fixação do who das quotas e do valor da jóia, exclusão de algum dos sixis cooperadores, aprovação de contas e do destino a da sa valores excedentes, suspensão ou extinção da Cooperalina nomeação da comissão liquidatária.
- 3. Na Assembleia Geral Eleitoral o voto é secreto e presencial.

ARTIGO 32.º (Voto por representação)

- 1. É admitido o voto por representação, devendo o militario dato apenas atribuível a outro cooperador ou a familiar maio do mandante que com ele coabite, constar de documento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.
- 2. Cada cooperador só poderá representar um out membro da Cooperativa.

ARTIGO 33.°

As actas das Assembleias são elaboradas pelo Secretário
Mesa e approvi da Mesa e aprovadas na Assembleia Geral seguinte.

SECÇÃO III A Direcção

(Composição)

1. A administração da Cooperativa é exercida por por ecção, eleita nota de cooperativa de exercida por por ecção, eleita nota de cooperativa de exercida por por ecção, eleita nota de cooperativa de exercida por por ecção, eleita nota de cooperativa de exercida por por ecção, eleita nota de cooperativa de exercida por por ecção de cooperativa de exercida por ecção de exercida por ecção de exercida por exercidad por exercida por exercida por exercida por exercida por exercidad por e Direcção, eleita pela Assembleia Geral, constituída por um número (mana de 3 e pura de 3 e um número impar de membros, num mínimo de 3 e num máximo de 5 e de se de

máximo de 5 administradores, sendo l (um) presidente.

2 (dois) administradores 2 (dois) administradores, devendo eleger-se dois por suplentes por constituidades por con bros suplentes para faltas ou impedimento dos titulares período superior e 20 11 2. O mandato do Conselho da Direcção nunca será supr r a quatro anos

rior a quatro anos.

ARTIGO 35.° (Atribuições da Direcção)

- I. A Direcção compete: a) Definir os programas base dos edificios a construir;
 - b) Aprovar os respectivos projectos de execução;
 - c) Negociar as empreitadas para obtenção das melhores condições de qualidade/preço;
 - d) Assegurar a gestão corrente da Cooperativa;
 - e) Manter actualizado o livro das actas.
- 3. Manter a sua guarda os valores monetários da Cooperativa, os quais serão depositados em instituição bancária.

ARTIGO 36.° (Competência da Direcção)

A Direcção é o órgão de administração e representação da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, o relatório e contas do exercício, bem como o orçamento e o plano de actividades para o ano seguinte;
- b) Executar o plano da actividades anual;
- c) Atender às solicitações do Conselho Fiscal, em matérias da competência deste;
- d) Deliberar sobre admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas nestes Estatutos e em legislação complementar aplicável, dentro dos limites da sua competência;
- e) Zelar pelo respeito da lei, dos Estatutos e das deliberações tomadas pelos órgãos da Cooperativa;
- ∫ Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- g) Escriturar os livros, nos termos da lei;
- h) Praticar todos e quaisquer actos na defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores e na salvaguarda dos princípios cooperativos, em tudo o que não se insira na competência dos outros órgãos;
- i) Designar os membros das Comissões Especiais criadas nos termos previstos nestes Estatutos;
- j) Assinar quaisquer contratos, cheques e todos os demais documentos necessários à administração da Cooperativa;
- k) Negociar, contratar e outorgar, nos termos legais, quaisquer financiamentos com instituições de crédito ou particulares;
- 1) Deliberar sobre propostas, petições e reclamações que os membros da Cooperativa lhes dirijam por escrito;
- m) Adquirir bens imóveis destinados à prossecução dos objectivos da Cooperativa e alienar esses imóveis aos sócios cooperadores;

- n) Providenciar a aprovação do projecto de execução do edificio de habitação colectiva, comércio e serviços, nas entidades competentes;
- n) Exercer todos os demais poderes que, por lei ou pelos Estatutos, não sejam reservados à Assembleia Geral.

ARTIGO 37.º (Reuniões da Direcção)

- 1. As reuniões ordinárias da Direcção terão, pelo menos, periodicidade quinzenal.
- 2. A Direcção reunir-se-á extraordinariamente sempre que o Presidente a convoque, ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.
- 3. Os membros suplentes poderão assistir e participar nas reuniões da Direcção sem direito de voto.
 - 4. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 38.º (Quórum)

A Direcção só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

ARTIGO 39.º

(Forma de obrigar e delegação de poderes)

- 1. A Cooperativa fica obrigada: Pela assinatura do Presidente da Direcção:
 - a) Juntamente com qualquer um dos administradores;
 - b) Pela assinatura de um só administrador e de um procurador ou pela assinatura de dois procuradores dentro dos limites da procuração conferida;
 - c) Pela assinatura de um só administrador agindo dentro dos poderes que lhe tenham sido conferidos por deliberação do Conselho consignado em acta:
 - d) Pela assinatura de um procurador constituído para prática de acto certo e determinado;
 - e) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura dos membros do Conselho a que tenham sido delegados poderes e competências de gestão corrente e de representação social ou de um procurador devidamente autorizado para o efeito.

SECCÃO IV Conselho Fiscal

ARTIGO 40.° (Composição)

1. O Conselho Fiscal é composto por 1 (um) presidente e por 2 (dois) secretários, e por 2 (dois) suplentes que serão chamados à efectividade de funções, em caso de faltas ou impedimento dos membros efectivos ou de um Fiscal-Unico.

ARTIGO 41.º (Competência)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da Cooperativa;
- b) Verificar, sempre que o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;
- c) Emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- d) Verificar o cumprimento das regras de contabilidade, dos Estatutos e da Lei.

ARTIGO 42.º (Reuniões do Conselho Fiscal)

- 1. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre, quando o Presidente o convocar.
- 2. O Conselho Fiscal reunir-se-á extraordinariamente sempre que o Presidente o convocar, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.
- 3. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, por direito próprio, às reuniões da Direcção.
- 4. Os membros suplentes do Conselho Fiscal, podem assistir e participar nas reuniões deste conselho, sem direito de voto.
 - 5. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 43.º (Quórum)

O Conselho Fiscal só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

SECÇÃO V Responsabilidade dos Órgãos Sociais

ARTIGO 44.º (Responsabilidade dos membros da Direcção)

- 1. São responsáveis civilmente, de forma pessoal e solidária, perante a Cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os membros da Direcção e outros mandatários que hajam violado a lei, os Estatutos e as deliberações da Assembleia Geral ou deixado de executar fielmente o seu mandato.
- 2. A delegação de competências da Direcção em mandatários não isenta de responsabilidade os membros da Direcção, salvo se não tenham participado na deliberação que a originou ou tenham exarado em acta o seu voto contrário.

ARTIGO 45.º (Responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal)

Os membros do Conselho Fiscal são responsáveis perante a Cooperativa, nos termos do disposto no artigo 45.º, sempre que se não tenham oposto oportunamente aos actos dos membros da Direcção ou mandatários, salvo o disposto na parte final do n.º 2 do mesmo artigo.

ARTIGO 46.º

- (Isenção de responsabilidade) 1. A aprovação pela Assembleia Geral do relativo do exercício isenta de resnoneation de gestão e contas do exercício isenta de responsabilidade o Conselho Fiscal ou membros da Direcção, do Conselho Fiscal ou mandativa por factos atinentes àqual perante a Cooperativa por factos atinentes àqueles documentes de lei os Estatos de l tos, salvo se estes violarem a lei, os Estatutos, legislas complementar aplicável ou dissimularem a situação reale
- 2. São também isentos de responsabilidade os membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou ne datários que não tenham participado, por falta justificado, deliberação que a originou, ou tenham exarado em acta o se voto contrário.

CAPÍTULO V Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 47.º (Alteração dos estatutos)

- 1. Os Estatutos poderão ser alterados nos termos do artigo 207.º da Lei n.º 6/03, de 3 de Março e em legislação complementar aplicável.
- 2. Para o efeito, deverá ser convocada a respectiva Assembleia Geral, com a antecedência de, pelo menos, li (quinze dias), acompanhada do texto das alterações propotas.
- 3. A aprovação das alterações aos presentes Estatutos exige uma maioria qualificada de dois terços dos votos expressos em Assembleia Geral convocada para esse fim.
- 4. Aprovadas as alterações, a modificação dos Estatutos deverá ser feita por escritura pública.

ARTIGO 48.º

Em tudo quanto estes Estatutos sejam omissos, aplicar -se-ão as deliberações da Assembleia Geral e legislation complementar aplicável.

ARTIGO 49.°

A Cooperativa dissolve-se por deliberação da Assembleia Geral, decorrido o prazo da sua duração, uma vez constituido por tempo dos constituidos de la constituida del constituida de la constituid por tempo determinado, devendo a Assembleia que delibera a sua extinca. a sua extinção eleger os membros da comissão liquidalária

(Foro competente)
É escolhido o Foro da Comarca de Luanda, onde serio midas todas dirimidas todas as questões entre a Cooperativa e os seus sócios.

ARTIGO 51.°

Ficam desde já nomeados os seguintes membros da ecção: Direcção:

Presidente: Pedro Correia Capaça; (15-18269-L03) 2. Administrador: Emanuel dos Santos Felício.

Oasis do Sahara (SU), Limitada

lsrael Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.º Classe, da Conservatória do Registo Comercial de de 3.º Secção do Guiché Único da Empresa.

Luanda, 2.ª Secção do Guiche Office da Emplesa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 116, do livro-diário de 28 de Outubro do sentada sob o n.º 116, a requivada nesta Conservatória.

Corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Sara da Conceição Carvalho Bernardo, solteira, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Zona 5, Rua da Maianga n.º 5, rés-do-chão, casa sem número, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Oasis do Sahara (SU), Limitada», com sede em Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Combatentes, Rua Cristóvão Falcão, Casa n.º 29, MA-2, registada sob o n.º 5.856/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.º Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE OÁSIS DO SAHARA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Oásis do Sahara (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Combatentes, Rua Cristóvão Falcão, Casa n.º 29, MA-2, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços em recursos humanos, agenciamento selecção, recrutamento, contratação, colocação e formação profissional de pessoal, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação cidade medicamentos, creches, importação e comercializalaboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos diversos, fabrico e distribuição de medicamentos e produtos hospitalares, manutenção e escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução,

informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clinica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por l (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Sara da Conceição Carvalho Bernardo.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com a sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Marco imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18206-L02)

Santos Monteiro (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 120, do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que João dos Santos Monteiro, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural do Sumbe, Província do Kwanza Sul, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Zona 6, Bairro Prenda, Rua 9, Casa n.º 2, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Santos Monteiro (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.857/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE SANTOS MONTEIRO (SU), LIMITADA

ARTIGO Lº (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Santos Monteiro (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua 9, Casa n.º 2, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando para todos os efaitos l A sua qui açuo princio da sua actividade, para todos os efeitos legais, a princio de sua actividade.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação do actividad prestaçõe do actividad prestaç serviços, incluindo realizações de actividades culturais desportivas, decorações, comércio geral a grosso e a realizada de la constanta serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, aixil tura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turism serviços de informática e telecomunicações, publicidado construção civil e obras públicas, consultoria, explora florestal, comercialização de telefones e seus acessónia transporte marítimo, camionagem, agente despathante; transitários, promoção e mediação imobiliária, cabolação rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadis, seus acessórios, venda e reparação de veículos automónios concessionária de material e peças separadas de transme fabricação de blocos e vigotas, comercialização de media mentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produm químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plasificação de documentos, venda de material de escritório e escola serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boulique agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pate laria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação meios industriais, manutenção de espaços verdes, 🕬 rança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro rum do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja per mitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwath zas), integralmente realizado em dinheiro, representado pr I (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (kg) mil kwanzas), pertencente o sócio-único João dos Santo Monteiro.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saformação do martir de la saída do socio cedente otra saída do socio c transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em lodos si sactos e contrata seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passinamente, incumber mente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinado para obrigar validado 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em ade, positivade, positivade,

e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, por como letras de favor o como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhad tes.

2.0 sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberacões da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

> ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

> ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18207-L02)

INTENSA — Consultoria (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Miguel Domingos Soares Luís, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural da Ingombota, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Condomínio Vida Pacífica, Quarteirão 2, Bloco 4, Apartamento 14-03, constituiu uma Sociedade unipessoal por quotas denominada «INTENSA Consultoria (SU), Limitada», com sede em Luanda, no Município de Viana, Condomínio Vida Pacífica, Quarteirão 2, Bloco 4, Prédio 4, Ato 14-03, registada sob o n.ºº 5.826/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015.— O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE INTENSA — CONSULTORIA (SU), LIMITADA

ARTIGO Lº (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «INTENSA — Consultoria (SU), Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Viana, Condomício Vida Pacífica, Quarteirão 2, Bloco 4, Prédio 4, Apto 14-03, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

> ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

> ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, consultoria jurídica, económica, financeira e ambiental, promoção e captação de investimentos privados, comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria de panificação, representações comerciais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

> ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) pertencente ao sócio-único Miguel Domingos Soares Luís.

> ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

> ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-
- 2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro. (15-18182-L02)

Dalior Dreams, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 55 do livro de notas para escrituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Unico da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Evaristo Catito Pindali, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Frederich Inglês, Prédio n.º 28,1.º andar;

Segundo: - Agapito Dumdo Maria Eliseu Sacuienga, solteiro, maior, natural do Menongue, Província do Kuando--Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Stona, Casa n.ºs 27/29;

Terceiro: — Emanuela da Conceição Bastos Barreto, solteira, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Ingombota, Bairro Maculusso, Avenida Comandante Che Guevara, n.º 144;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DALIOR DREAMS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Dalior Dreams, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, na Centralidade do Kilamba, no Bloco

DIÁRIO DA REPÚBLI n.º 20, andar 5.º, Apartamento 52, podendo transferidado do território para mente para qualquer outro local do território nacional sucursais, agências ou outro local sucursais. como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas

A sua duração é por tempo indeterminado, contanto início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a presente escritura

ARTIGO 3.º A sociedade tem como objecto social prestação de la viços, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura e agro-indústria, comercialização e gestão de imóveis, lei de mobiliário, serviços de transportes públicos e pintos dos não regulares, serviços de agenciamento e transfer serviços de representação, consultoria financeira, consultoria dade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotoral investimentos e participações, produtos químicos e lam cêuticos, serviços de saúde, importação e comercializade medicamentos, produtos hospitalares, equipamento laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicanes tos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio genda grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e das públicas, venda de equipamentos dos serviços de seguraç privada, prestação de serviços de segurança privada, sani ços infantários, manutenção e assistência a equipamento diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura infra mática, telecomu-nicações, hotelaria e turismo, restauraja indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pass laria, geladaria e gelo, transitários, cabotagem, rentaca compra e venda de viaturas novas e usadas, transporto marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passar ros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de fin fiscalização de obras públicas, venda de material de sur tório e escolar, decoração de interiores e exteriores, renda de interiores e exteriores e e instalação de material industrial, assistência a vialus comercialização de material de construção, comercialização de lubrico de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petribilidades de cozinha, petribilidades de gás de cozinha, petribilidades de gás de cozinha, petribilidades de gás de cozinha, petribilidades de coz iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfermes mes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de lourado e higiero e higiene, agenciamento de viagens, exploração de pombasti de diversão de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveia combustíveis, estação de serviço, representações comercia e industriais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, martirir ria, serviços de li ria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração objectos sólidos objectos sólidos, assistência técnica, venda de mobilidade importação e assistência técnica, venda de mobilidade importação e assistência técnica, venda de mobilidade de importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a que outro ramo de que os sono que outro ramo de que os sono qu quer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócio acordem e seia acordem e seja permitido por lei.

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhio di anzas), integral kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, quota representado por 3 (1.000.000,000 (um milmo) quota por 3 (1.000.000,000 (um milmo) quota dinheiro, quot representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quotas valor nominal de K z. 600 000 00 (circentos mil kwanta) valor nominal de Kz: 600 000,00 (seiscentos mil kwanta pertencente 2004). pertencente ao sócio Evaristo Catito Pindali e outras 2 (dus) quolas iguais no valor nominal de Kz: 200.000,00 (duzenquolas Iguais (duzen-los mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Agapito Dumbo Maria Eliseu Sacuienga e Emanuela da Conceição Bastos Barreto, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito senumono de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Evaristo Catito Pindali, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

- I. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igual-

ARTIGO II. qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18191-L02)

Mesiofil Comercial (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 12 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Manuel José Armando, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural do Rangel, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Zona 15, Rua de Ambaca, n.º 26, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Mesiofil Comercial (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.833/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MESIOFIL COMERCIAL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Mesiofil Comercial (SU), Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Belas, Bairro do Calemba II, Rua Dr. António A. Neto, Casa n.º CB-26, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de servicos, serviços de cabeleireiro e barbearia e seus derivados, comercialização de produtos cosméticos e perfumes, formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho. marketing e publicidade, consultoria empresarial, indústria, serviços de hotelaria e turismo, restauração, gestão e produção de eventos, contabilidade e auditoria, consultoria, agenciamento de viagens, serviços de transportes aéreo. marítimo, fluvial e terrestres, de passageiros ou de mercadorias, transitários, despachante, rent-a-car, oficina auto, boutique, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, botequim, serviços de saúde, comércio de medicamentos e de material e equipamentos hospitalar, serviços de ourivesaria e relojoaria, indústria pasteleira, panificadora, geladaria e gelo, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, educação e ensino geral, serviços de infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Manuel José Armando.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhan-
- 2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões da sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de atas.

ARTIGO 8,0

A sociedade não se dissolverá por mone ou inico continuando a sua avina mento do sócio-único, continuando a sua existência continuantes da cónico. sobrevivo e herdeiros ou representantes da sócio falentes da socio interdito, devendo estes nomear um que a todos representados repercipados representados representados representados representado

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos dalso

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão del em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encemata de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disre ções da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Ferrain

(15-18201-LD

Organizações Ngombo Helena, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de Mi lavrada com início a folhas 72, do livro de notas para exituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guide Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Piso da Costa, Licenciado em Direito, foi constituida entre:

Primeiro: — Flaviano Manuel, solteiro, maior, maior ral da Damba, Província do Uíge, residente em Luanda Damba Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Vila Kiaxi, Rusi

Segundo: — Lutonádio Isabel, solteira, maior, naturale Damba, Provincia do Uíge, residente em Luanda, no Districtiva de Luand Casa n.º 7; Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Sapú, casa s/n.º,

Terceiro: — Fortunato Manuel Ngombo, solteiro, maida natural do Kilamba Kiaxi, Provincia de Luanda, residente de Luanda, resi em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bin Neves Bendinha, Rua da Mavinga, Casa n.º 49; Quarto: — Osvaldo Manuel Gombo, soliteiro, manuel do Li

natural do Huambo, Província do Huambo, residente Luanda Luanda, no Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Rua A. Casa no 33

Quinto: — Maya Helena Gombo, solteira, maior, maior de Benguela, Província de Benguela, residente em Lumbono Distrito Librario. no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairo Vila Kini casa s/n.°: Uma sociedade comercial por quotas que se regerante nos constantes de la

termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa de Cartório Notarial do Guiché único de Cartório Notarial do Cartório Notaria do Cartório Notaria do Cartório Notaria do Cartório Notaria do Cartório Cartório Notarial do Guiché Único da Empre, ilegia Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegia

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES NGOMBO HELENA, LIMITADA

ARTIGO I.º

A sociedade adopta a denominação social de «Orga-A Source Ngombo Helena, Limitada», com sede social na provincia de Luanda, Município de Viana, Bairro Perímetro rruvinosa do Kikuxi, na Via Express Benfica a Cacuaco, casa Imgao, casa s/n.º, Próximo da Refriango, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como para que la como de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio a grosso e a retalho, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro-indústria, indústria transformadora, venda de mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, consultoria financeira, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura, serviços de condução, informática, telecomunicações, serviços de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pastelaria, transilários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e hioianos de cabeleireiro e barbearia, artigos de parques c higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industri. e industriais, serviços de servalharia, carpintaria, marcenaria, serviços de serralharia, carpiniaria, con objector de limpeza, saneamento básico, incineração de objector de limpeza, saneamento de limpeza, san objectos sólidos, assistência técnica, venda de mobiliário, importante de mobiliário, assistência técnica, venda de mobiliário, assistência técnica, assistência tecnica, assistência tecnica, assistência tecnica, assistência tecnica, assistência tecnica tecni importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Flaviano Manuel e outras 4 (quatro) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Lutonádio Isabel, Fortunato Manuel Ngombo, Osvaldo Manuel Gombo e Maya Helena Gombo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Flaviano Manuel, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando uma assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

- 1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18237-L02)

Luatek Angola (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 50, do livro-diário de 29 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Miguel Manuel Segunda, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural do Prenda, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua do Laboratório, n.º 236, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Luatek Angola (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.875/15, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LUATEK ANGOLA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Luatek Angola (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua do Laboratório, n.º 236, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contanto nara todos os efeitos la contanto de la contant

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de la restalha como objecto social, prestalha como objecto social, p viços, comércio geral a grosso e a retalho, comercializa de equipamentos electrónicos, computadores e sofita casa de jogos, serviços de serralharia, caixilharia de ales nios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotela turismo, restauração, serviços de informática e teletron nicações, publicidade, construção civil e obras pública consultoria, exploração florestal, comercialização de la fones e seus acessórios, transporte marítimo, camiona agente despachante e transitários, promoção e melia imobiliária, cabotagem, rent-a-car, compra e venda fe viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e mo ração de veículos automóveis, concessionária de material peças separadas de transporte, fabricação de blocose via tas, comercialização de medicamentos, material cinique gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacentos serviços de saúde, plastificação de documentos, valo de material de escritório e escolar, decorações, sengrás impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladria panificação, representações comerciais e industriais, voto de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industria realizações de actividades culturais e desportivas, mor tenção de espaços verdes, segurança de bens patrimonia educação e ensino, importação e exportação podendo interior de la composição podendo interior de la composiç dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indigni em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwa zas) integralmente realizado em dinheiro, representado m uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (2) mil kwanzas) pertencente ao sócio-único Miguel Manuel Segundo Segunda.

ARTIGO 5.º

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente o la social de transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contrata seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passimente, incumbo mente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assimur para obrigar vol: 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade.

como, letras de favor, fiança, abonações ou actos sente tes.

2.0 sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

> ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro. (15-18239-L02)

Ondembifarma, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 5 do livro de notas para escriluras diversas n.º 302-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Moisés David Milagre Loké, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua dos Miriantes, casa sem número, que outorga neste acto em representação da sociedade «Mosel, S.A.», com sede em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy», e como mandatário de Jorge Mayer Faria, casado com Maria Constança Monteiro Marques Faria, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingomba. Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Castelo Branco, Casa Do Lo Casa n.º 19, e Maria Constança Monteiro Marques Faria, casada casada com Jorge Mayer Faria sob regime de comunhão de adquirida. adquiridos, natural do Bié, Província do Bié, residente em Luanda D: Maculusso, Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Castelo Branco, Casa n.º 19;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ONDEMBIFARMA, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Sede)

A sociedade adopta o nome de «Ondembifarma, Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy», podendo transferi-la livremente para qualquer local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

> ARTIGO 2.º (Duração)

A sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

> ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços e gestão de farmácias, consultórios e hospitais, comercialização e distribuição de medicamentos, consumíveis e equipamentos hospitalares, material cirúrgico, óptica, e outros produtos médicos, prestação de serviços em todas as áreas, consultoria e assessoria em todas áreas da economia, sociedade civil, cultura, comércio e relações internacionais de diversa natureza, gestão de serviços comuns a todas ou algumas sociedades cujo capital directa ou indirectamente participe, importação e exportação, podendo ainda dedicar--se a outras actividades comerciais e industriais, sempre que os sócios acordem e a lei o permita.

> ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), correspondente a 50%, pertencente à sociedade sob a firma «Mosel, S.A.», e outras 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil kwanzas), correspondente a 25% do capital social, cada uma pertencente aos sócios Jorge Mayer Faria e Maria Constança Monteiro Marques Faria.

ARTIGO 5.º

(Prestações suplementares de capital e suprimentos)

1. Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante de Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), na proporção das quotas de que são

titulares e em condições a serem aprovadas em Assembleia Geral, na qual esteja representado mais de cinquenta por cento do capital social, onde se especifiquem as condições do respectivo reembolso.

2. Os sócios poderão fazer empréstimos à sociedade, na modalidade de suprimentos, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, na qual serão ainda fixados os termos e condições a que ficam sujeitos, designadamente no que se refere ao prazo de reembolso e à sua eventual onerosidade.

ARTIGO 6.º (Aumento do capital social)

O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios e, na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier acordar.

ARTIGO 7.° (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não fazer uso.

ARTIGO 8.º (Amortização da quota)

- 1. A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer um dos sócios nos seguintes casos:
 - a) Por acordo com o próprio sócio que dela for titular;
 - b) Tratando-se de quota adquirida pela sociedade;
 - c) Se o sócio que a possuir for julgado falido ou insolvente, ou se a quota de qualquer um dos sócios for dada em penhor, penhorada, arrestada, ou providência cautelar, sem que nestes três últimos casos, seja deduzida oposição judicialmente julgada procedente pelo respectivo sócio;
 - d) Quando por divórcio, a respectiva quota não fique a pertencer ao sócio inicial;
 - e) Se, sendo pessoa colectiva, se dissolver;
 - f) Venda ou adjudicação judicial;
 - g) Por morte, interdição ou inabilitação do seu titular;
 - h) Quando a quota seja cedida com violação do artigo 6.º deste contrato:
 - i) Quando o titular dolosamente prejudicar a sociedade no seu bom nome ou no seu património.
 - 2. Salvo disposição legal em contrário, a contrapartida da amortização e:
 - a) Nos casos das alíneas a) e b) o valor acordado entre as partes;
 - b) Nos casos das alíneas c), d), e), f) e g) o valor da quota resultante do último balanço;
 - c) Nos casos das alíneas h) e i) o valor nominal da quota.
 - 3. A amortização considera-se realizada desde a data da Assembleia Geral que à deliberar, podendo em qualquer caso, o pagamento do valor da quota em causa ser efectuado a pronto ou em seis prestações trimestrais e iguais, conforme a deliberação tomada.

ARTIGO 9.º

- 1. A gerência da sociedade, em todos os actos e con dela activa e passivamento. tos, em juízo e fora dela, activa e passivamente incumbos de la constança Maria Constança Mari sócios, nomeadamente: Maria Constança Monteiro Monteir Faria e Jorge Mayer Faria, que, dispensados da caucado de carentes hastando a caucado de carentes desde já nomeados gerentes, bastando a assinalua de dos dois, para obrigar validamente a sociedade.
- 2. À gerência são atribuídos os mais amplos podens. mitidos por lei, competindo-lhe praticar os actos que ha necessários ou convenientes à realização do objecto se entre os quais se incluem os seguintes:
 - a) Celebrar contratos no âmbito da actividade once cial da sociedade e dentro dos limites do rese tivo objecto social;
 - b) Abrir, movimentar e fechar contas bancanas
 - c) Aceitar, sacar e endossar cheques, letras, livres; e outros efeitos comerciais:
 - d) Admitir e despedir pessoal ou celebrar contrates prestação de serviços;
 - e) Comprar e vender bens móveis, incluindo veixís automóveis e celebrar contratos de aluguer mà locação financeira mobiliária;
 - f) Comprar, hipotecar, onerar e locar bens imbia e estabelecimentos necessários ao desenvolvi mento da Sociedade;
 - g) Aceitar empréstimos ou outros compromiss financeiros similares assim com, realizar quis quer operações de crédito comercial e aplicaçõe
 - h) Prestar caução ou garantias nos termos da Lei
 - i) Representar a Sociedade em juízo e foradele, atili
 - j) Comprometer a Sociedade em árbitros e confese desistir ou transigir em qualquer acção ou pr
- 3. É inteiramente vedado à gerência fazer, por opposible de la constant de la con da Sociedade, operações alheias ao seu fim sociale ao seu fin sociale ao seu finale ao seu fin sociale ao seu finale ao seu fin sociale ao seu finale ao seu fin sociale ao seu fin soci objecto, ou por qualquer forma obrigar a Sociedade por operações operações, sob pena de imediata destituição e sem projuis da sua roca da sua responsabilidade pessoal e solidária por todos de liuízos que de liuízos q juízos que daí decorram para a sociedade ou para tencente.

 4. Os corrections 4. Os gerentes nomeados poderão delegar, em para a sociedade ou para termos.

 anha à sociedade ou para termos poderão delegar, em para a nomeados poderão delegar, em para a nomeados poderão.
- estranha à sociedade, todos ou parte dos seus podersos gerência conferencia co gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandalo, de nome da sociedada. 5. Em caso algum, a sociedade poderá ser abrigada el ser abr
- actos ou operações de interesse alheio, nomeadannele vales, fiance vales, fiança e actos semelhantes e estranhos aos negociais. 6. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em activo ontratos estranhes
- e contratos estranhos aos negócios da sociedade, lais semelhantes.

 letras de favor figura de letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 10.º (Assembleia Geral)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples As nostadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, oito (8) dias de antecedência, isto quando a lei não prescrever (8) alas do proscrever formalidades essenciais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 11.º (Lucros)

- I. Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão apudoradas as perdas se houver.
- 2. No decurso do exercício, poderão ser feitos adiantamentos sobre lucros, nos termos legais, mediante deliberação da Assembleia Geral e parecer favorável do órgão de fiscalização, atribuindo 2,5% dos mesmos aos trabalhadores mais destacados a título de prémio.

ARTIGO 12.º (Dissolução e liquidação)

- I. A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio salecido ou interdito, devendo este, nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.
- 2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários, a liquidação e partilha, verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles pretender, será o activo social liquidado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º (Forúm)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

ARTIGO 14.º (Ano social)

Os anos sociais serão civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de

ARTIGO 15.º

Na omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de Fevereiro, e demais legislação

Sosoares Cristóvão (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 53 do livro-diário de 29 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Celso Soares Cristóvão, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural da Maianga, Província de Luanda, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Rua 29, Casa n.º 31 B, Zona 9, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Sosoares Cristóvão (SU), Limitada», registada sob o n.º 5.876/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE SOSOARES CRISTÓVÃO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Sosoares Cristóvão (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel do Lourenço, Rua 17, Casa n.º 31-B, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, incluindo elaboração de projectos de arquitectura, formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos

(15-18252-L02)

químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação. podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Celso Soares Cristóvão.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhan-
- 2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as dis ções da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposiços de la des Comerciais n.º 1/04 de la cões da Lei II. Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fener (15-18240-1)

João Liahuca, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de N lavrada com início a folhas 76, do livro de notas para to turas diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Gia Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Fe da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre

Primeiro: — João Lourenço João, solteiro, maior, receivo, recei ral de Samba-Caju, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maio: Bairro Maianga, Rua Marien Ngouabi, Casa n.º 84-Bl. is -do-chão,

Segundo: — Abel Liahuca, solteiro, maior, natural à Andulo, Província do Bié, residente habitualmente e Luanda, no Município e Bairro de Viana, Casa n.º 1754;

Uma sociedade comercial por quotas que se regeni no termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, es Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegini

ESTATUTOS DA SOCIEDADE JOÃO LIAHUCA, LIMITADA

Liahuca, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Viana, Bairro Zango I, Rua 2, Cango I, Ru n.º 85, podendo transferi-la livremente para qualque sunt local do território nacional, bem como abrir filiais, sur sais acôna: sais, agências ou outras formas de representação dente fora do Porto fora do País.

ARTIGO 2.°

ARTIGO 2.°

io da sua carina por tempo indeterminado contando se aporte de la carina a porte de la car início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a para todos efeitos ef da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.°
ARTIGO 3.° serviços, comércio a grosso e a retalho, enuipamento construção civil construção civil e obras públicas, venda de equipamento dos serviços do dos serviços de segurança privada, prestação de serviços segurança privada privada, prestação de comercial segurança privada p serviços de segurança privada, prestação de serviços segurança privada, importação e comercial privada, importação e quipante cão de medicamento. ção de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos. laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de manutenção tos, equinamentos tos, equipamentos e produtos hospitalares, manufenção de meditante de distribuição de meditante assistência a equipamentos diversos, educação, ensino gental de la companya de la

desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria desporto e cultura, desporto e custora, casino, indústria pesada e ligeira, e turismo, restauração, casino, indústria do a constitura agro-pecuária indústria do a constitura agro-pecuária. e turismo, restauray, pesaua e ligeira, indústria de panificação, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, pescas, agricultura, transitários. cabotagem rept o pescas, agricultura, se rentante de panificação, cabotagem, rent-a-car, compra e camionagem, transitários, cabotagem, transporte de camionagem camionagent, namovas e usadas, transporte de passageiros, venda de viaturas novas e iscalização do de la marcadorias fiscalização do de la marcadoria de la mar venda de vinco. de passageiros, iransporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, transporte de material de escritório e escolar, venda e instalavenoa de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização comercialização de gás de cozinha, petróde luminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de loucador e higiene, agência de viagens, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, representações comerciais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido

ARTIGO 4.°

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios João Lourenço João e Abel Liahuca, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios João Lourenço João e Abel Liahuca, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estivar estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

Os lucros liquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-Geral, serão divididos pelos socios na prodes suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas para quotas, e em igual proporção serão suportadas

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18241-L02)

Angolavante Business And Solutions, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 80, do livro de notas para escrituras diversas n.º 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João David da Cruz Capingala, casado com Teresa Macedo Sardinha da Cruz Capingala, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro CTT, Rua Ngola Kiluange, Casa n.ºs 49/50;

Segundo: — Gerson Cláudio de Gusmão Fortes, casado com Maria Isabel Barroso Marreiros Fortes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Municipio de Belas, Bairro Camama, Condomínio BPC, Casa n.º 67;

Terceiro: — Bruno Mateus Leal, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 7, Casa n.º 8 C;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ANGOLAVANTE BUSINESS AND SOLUTIONS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Angolavante Business And Solutions, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Rua 5, Casa n.º 7, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, consultoria, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, comércio geral a grosso e a retalho, exploração e comercialização de inertes, comercialização e exploração de petróleo e seus derivados, agricultura, indústria transformadora, transporte, representações e empreendimentos, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (3) quotas iguais no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas) cada uma pertencentes aos sócios João David da Cruz Capingala, Gerson Cláudio de Gusmão Fortes e Bruno Mateus Leal, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Gerson Cláudio de Gusmão Fortes

DIÁRIO DA REPÚBLI que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de com dispens bastando a assinatura do gerente, para obrigar validas

- 2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou na des sociedade narte dos sociedades narte dos em pessoa estranha à sociedade parte dos seus podensiones de la para o efeito o respectivo
- gerência, conferindo para o efeito, o respectivo manda 3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em as e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedades como, letras de favor, fiança, abonações ou actos sende

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por sinção cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo mens (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não presenta formalidades especiais de comunicação. Se qualque la sócios estiver ausente da sede social a comunicação dos ser feita com tempo suficiente para que possa compana

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a le centagem para fundos ou destinos especiais criados e Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propu ção das suas quotas, e em igual proporção serão supotas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impediment de qualquer dos sócios, continuando a sua existência con sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio faletidos interdito, devendo estes nomear um que a todos representa enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e so demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários el liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Natila de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igual dade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de la companiona del companiona del compa qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora providência providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente contrates, que entre os cários. quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Comarca de Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro.

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dodos 31 de Dezembro. em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a de Março imediato ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as dispo-No unitable de la la de Fevereiro, que é a Lei das sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das sições da Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18242-L02)

PRINCIPAL TRADING CORPORATION — Indústria, Comércio Geral, Importação e Exportação, Limitada

Certifico que, com início a folhas 64, do livro de notas para escrituras diversas n.o 991-B do 1.º Cartório Notarial de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade comercial «PRINCIPAL TRADING COR-PORATION - Indústria, Comércio Geral, Importação e Exportação, Limitada».

No dia 12 de Outubro de 2015, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, perante mim, o Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceram como outorgantes:

Primeira: - Marta Maria Tomé António, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside no Município da Ingombota, Bairro Américo Boavida, Rua Dr. António Agostinho Neto n.º 1, titular do Bilhete de Identidade n.º 000102599LA015, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 2 de Julho de 2013, que outorga este acto na qualidade de mandatária, em nome e em representação de Arménio Venceslau Brandão Ramos, casado com Ema Etelvina de Almeida Gomes Brandão Ramos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kuito, Província do Bié, residente habitualmente em Luanda, Rua do Casuno, Casa n.º 20, Bairro e Distrito Urbano da Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000380112BE035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 21 de Maio de 2003;

Segundo: — Daniel Carlos Dinis de Abel Traça, casado com Conde das Necessidades António Mateta de Abel Traça, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside, Rua Frei João Cavazee 5/7, Bairro Maculusso, Distrito Urbano da Ingombota, titular do Bilhete de Identidade n.º 000159833LA010, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 13 de Abril de 2015, que outorga este acto na qualidade de mandatário, em nome e em representação de Gentil Carlos Dinis de Abel Traça, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, Rua António M. de Noronha n.º 312, Bairro Maculusso, Distrito Urbano da Ingombota, titular de la composição de la com titular do Bilhete de Identidade n.º 000676286HA033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 4 de Julho de 2012.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos, a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para o acto em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, o representado da 1.ª outorgante, Arménio Venceslau Brandão Ramos, o 2.º outorgante, Daniel Carlos Dinis de Abel Traça e o seu representado, Gentil Carlos Dinis de Abel Traça e a sociedade comercial «LONSDALE - Investimentos, S. A.», são ao presente os únicos sócios da sociedade comercial «PRINCIPAL TRADING CORPORATION — Indústria, Comércio Geral, Importação e Exportação, Limitada», com sede em Luanda, Rua Ho-Chi-Min, n.º 23, 1.º andar, Apartamento 12, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2004.715, constituída por escritura de 22 de Maio de 2003, lavrada com início a folhas 99, verso, a folhas 101, verso, do Livro de notas para escrituras diversas, n.º 209-A, do 2.º Cartório Notarial de Luanda, com o capital social de Kz: 170.000,00, (cento e setenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas distintas, duas no valor nominal de Kz: 80.750,00 (oitenta mil e setecentos e cinquenta kwanzas), pertencentes aos sócios, Arménio Venceslau Brandão Ramos e «LONSDALE - Investimentos, S. A.», respectivamente e outra no valor nominal de Kz: 8.500,00 (oito mil e quinhentos kwanzas), pertencente em contitularidade aos sócios Daniel Carlos Dinis de Abel Traça e Gentil Carlos Dinis de Abel Traça, N.I.F: 5402117187.

Cessão de quotas.

O representado da l.ª outorgante Arménio Venceslau Brandão Ramos, detentor de uma quota liberada, isto é, livre de ónus, encargos e outras responsabilidades, no valor nominal de Kz: 80.750,00 (oitenta mil e setecentos e cinquenta kwanzas), cede a totalidade da mesma a favor do segundo outorgante e do seu representado Daniel Carlos Dinis de Abel Traça e Gentil Carlos Dinis de Abel Traça.

Desta feita, o representado da l.ª outorgante Arménio Venceslau Brandão Ramos, afasta-se definitivamente da sociedade nada mais tendo dela a reclamar.

Que, a cessão de quotas foi feita com os seus correspondentes direitos e obrigações e pelo valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), pelo que dão a cessão por efectuada.

E pelo segundo outorgante foi dito:

Que aceita a cessão de quotas nos termos acima expostos.

Que, em consequência dos actos precedentes os outorgantes alteram parcialmente o pacto social no seu artigo 5.°, que passa doravante a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 5.º

O capital social é Kz: 170.000,00, (cento e setenta mil kwanzas), realizado em dinheiro e outros valores do activo social, e representado em três quotas, uma no valor nominal de Kz: 80.750,00 (oitenta mil e setecentos e cinquenta kwanzas), pertencente à sócia «LONSDALE — Investimentos, S. A.», uma no valor de Kz: 80.750,00 (oitenta mil e setecentos e cinquenta kwanzas), pertencente aos sócios, Daniel Carlos Dinis de Abel Traça e Gentil Carlos Dinis de Abel Traça, em regime de compropriedade e outra no valor nominal de Kz: 8.500,00, (oito mil e quinhentos kwanzas), pertencente igualmente aos sócios, Daniel Carlos Dinis de Abel Traça e Gentil Carlos Dinis de Abel Traça, em regime de contitularidade.

Finalmente disseram que, mantêm-se válidas as demais cláusulas não alteradas por esta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documentos legais da sociedade;
- b) Procurações outorgadas a favor do 1.º e 2.º outorgantes neste Cartório Notarial aos 28 de Agosto de 2015 e 28 de Setembro de 2015, respectivamente, para inteira validade deste acto;
- c) Procuração passada pela cônjuge do representado da 1.ª outorgante, aos 16 de Setembro de 2015, para inteira validade deste acto.

Aos outorgantes e na sua presença, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

È certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 19 de Outubro de 2015. — A Ajudante, Sandra Domingas José de (15-18108-L01) Lemos Pinheiro.

Signangola, Limitada

Certifico que, por escritura de 26 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 95 do livro de notas para escrituras diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Clara Zetkin Pacheco Inglês Madialonda, casada com João Sérgio Madialonda, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Américo Júlio de Carvalho, n.º 12, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de Heitor João dos Santos Miguel, casado com Maria António Jorge Mendes de Carvalho Miguel, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Negage, Provincia do Uige, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Che Guevara, Casa n.º 19-20;

Segundo: — Rosinda Pacheco Inglês dos Santos, casada com Edson de Brito Rodrigues dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província

DIÁRIO DA REPÚBLI de Luanda, onde reside habitualmente, no Dietrio lucata Rairro Ingombota, Alameda Manuali. de Luanua, on de Luanua, no Distrio la da Ingombota, Bairro Ingombota, Alameda Manuel Van Distrio la de Luanua, no Distrio la della dell

Uma sociedade comercial por quotas de responsable se regerá nos termos comercial por quotas de regerá nos termos comercial por quotas de regerá nos de regerándos Uma sociola lidade limitada, que se regerá nos termos constants é

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegial

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE SIGNANGOLA, LIMITADA

CAPÍTULOI Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º (Denominação, sede e formas de representação)

- 1. A sociedade adopta a denominação de «Signandi Limitada», tem a sua sede em Luanda, Rua Alameda Maria Van-Dúnem, n.º 366, 3.º andar, Apartamento E, Dian Urbano da Ingombota, Província de Luanda e durai p tempo indeterminado contando-se o seu início, para todose efeitos legais, a partir da data da sua constituição.
- 2. A sociedade poderá, nos termos legais, por delika ção dos sócios transferir a sua sede social para outro los da mesma região ou província limítrofe, bem como crizo encerrar em território nacional ou no estrangeiro, sucunsi agências, delegações ou quaisquer outras formas de refe sentação.

ARTIGO 2.º (Objecto social)

A sociedade tem por objecto social a prestação de se viços e assistência técnica nas áreas de representa comercial, comércio geral, consultoria, todo o tipo de actividados de docados dades de gestão patrimonial, designs, marketing compris decoração, concepção, fabricação e venda de móveis por sonalizado. sonalizados, construção civil e obras públicas, informação educação o formação civil e obras públicas, informação educação o formação de construção civil e obras públicas, informação educação o formação de construção de construções de construção de construção de construções de construção de construção de construção de construções de construcion de construções de const educação e formação profissional, importação e exponsión indústria indústria e transformação de madeira e outros artefação sendo que sendo que por deliberação dos sócios da empresa potra dedicar-se o de dedicardedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indistri em que os sócios em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Capital Social, Acções e Património

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representa por três quotas social. por três quotas assim distribuídas: uma quota no pertentida de Kz: 40 000 00 nal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), petenta ao sócio Heitor Loão nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencent

à sócia Rosinda Pacheco Inglês dos Santos e uma quota no à sócia Rosminal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pervalor nomina a la valor nomina

(Aumento de capital social)

O capital social pode ser aumentado mediante deliberação unânime dos sócios e observadas as disposições legais rau una......aplicáveis, sendo o aumento dividido na proporção das quolas de cada ou como for acordado.

ARTIGO 5.º (Transmissibilidade das quotas)

I. A transmissão inter vivos, total ou parcial, de quotas fica sujeita a autorização da Assembleia Geral, uma vez respeiladas as disposições legais imperativas e estatutárias.

2. A sociedade reserva-se o direito de adquirir ou amortizara quota de qualquer sócio quando, em qualquer processo, seja objecto de penhora, arresto, arrolamento ou qualquer procedimento judicial ou de outra natureza de que possa resultar a sua alienação.

ARTIGO 6.° (Prestações suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade as prestações suplementares de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

ARTIGO 7.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas quando feita a pessoas estranhas à sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria das quotas correspondestes ao capital social, reservando-se esta o direito de preferência.

ARTIGO 8.º (Gerência)

I. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele activa e passivamente compete ao sócio Rosinda Pacheco Inglês dos Santos, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente

bastando a sua assinatura, para obrigar validade a sociedade. 2. O sócio-gerente poderá delegar a outro sócio ou mesmo em pessoas estranhas a sociedade, mediante procuração, todos ou alguns dos seus poderes de gerência.

ARTIGO 9.º (Forma de obrigar)

I. A sociedade obriga-se pela assinatura do sócio-gerente Ou demandado, agindo este dentro dos limites do respectivo instrumento de mandato.

2. No caso de emissão de considerável volume de docupara sociedade, as assinaturas de quem tem poderes para a obrigar podem ser reproduzidas electronicamente.

ARTIGO 10.º (Resultados do exercício)

i. Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal, e quaisquer outras para os fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão repartidas pelos sócios na proporção das suas quotas e igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

2. As Assembleias Gerais, serão convocadas quando a lei não prescreve as outras formalidades, por carta registada, dirigida aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

ARTIGO 11.º (Dissolução)

- 1. A sociedade dissolve-se por acordo dos sócios e nos demais casos e formas previstos por lei.
- 2. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios continuando com o sobrevivo e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que, a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 12.º (Liquidação)

- 1. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como para ela acordarem.
- 2. Na falta de acordo e se algum dos sócios pretender, será o activo social solicitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condição.

ARTIGO 13.º (Resolução de questões)

- 1. Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro do Tribunal Provincial de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 2. No omisso regularão as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, em vigor na Republica de Angola, as deliberações sociais tomadas em forma legal, e demais legislação aplicável.

ARTIGO 14.º (Disposições transitórias)

- 1. As operações sociais iniciam-se na data de celebração da escritura de constituição da sociedade, ficando a gerência autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade, que os assumirá como seus logo que se encontre registada.
- 2. A sociedade poderá proceder ao levantamento das entregas por capital que se encontrem depositadas, mesmo antes do seu registo, nomeadamente para o pagamento das despesas de constituição, de publicação e de registo.

(15-18167-L02)

INÉRCIA — Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 28, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Nelson Miguel Pascoal da Costa de Almeida Ramos, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinanga, Rua Dr.º António Agostinho Neto, n.º 38;

Segundo: — Márcia Mónica Manuel da Costa Ramos, solteira, maior, natural da Ingombota, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Bloco 22, Apartamento 3, rés-do-chão, Zona 20:

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE INÉRCIA — SERVIÇOS, LIMITADA

1.0

A sociedade adopta a denominação de «INÉRCIA — Serviços, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Urbanização Nova Vida, Rua n.º 49, Bloco E 70, Casa n.º 8, Município de Belas.

- a) Por deliberação da gerência, poderá a sociedade transferir a sua sede para qualquer outro local, dentro da Provincia de Luanda, podendo ainda, nos mesmos termos, criar ou extinguir filiais, sucursais, delegações, agências ou quaisquer outras formas locais de representação, no território nacional;
- b) A criação fora do território angolano de sucursais ou quaisquer outras formas de representação depende do consentimento da Assembleia Geral.

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

3.°

O objecto social da sociedade consiste na prestação de serviço não especificado, comércio geral por grosso e a retalho, comercialização de produtos químicos para betão/ betuminosos, construção civil e obras públicas, representações industriais, relações públicas, comercialização de material informático, comercialização de material de telecomunicações, salão de beleza, hotelaria, fiscalização de obras, arquitectura, consultoria, apoio à construção na vertente de projectos, medições, orçamentação, promoção, coordenação, exploração de empreendimentos imobiliários, formação técnica nas áreas anteriormente referidas, importação e exportação, comercialização de materiais de

DIÁRIO DA REPÚBLI construção e decoração, moda e confecções, la comercialização de viaturas novas e usado. marítimos, comercialização de viaturas novas e usabas portes rodoviários comercialização de viaturas portes rodoviários comercializações portes rodoviários de viaturas p viços de táxi e/ou transportes rodoviários, comercializado de estética, exploração de de perfumes e produtos de estética, exploração de perfustíveis, comercialização de perfusido de bombas de combustíveis, comercialização de medican e todo tipo de fármacos, protecção e segurança, agêntista viagens, comercialização de material hospitalar e passive exploração de farmácias, centro médico, hospitais

a) A sociedade poderá, por deliberação da Associada do de la la companya de la co bleia Geral, dedicar-se a qualquer outro ramoj comércio ou indústria em que os sócios della rem e desde que permitido por lei.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwatze integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado en dinheiro en dividido e representado en dinheiro en dinheiro en dividido en div tado por 2 (duas) quotas, sendo:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 90.006 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sigir Nelson Miguel Pascoal da Costa de Almès Ramos;
- b) Uma quota do valor nominal de Kz: 10.000,00/a mil kwanzas), pertencente à sócia Márcia Micia Manuel da Costa Ramos, respectivamente.

5.°

As cessões de quotas a estranhos ficam dependentes de consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade del não quiser fazer uso.

A gerência e administração da sociedade, em 10/do 6 seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e paso vamente, incumbe ao sócio Nelson Miguel Pascoal da Costa de Administrativos, em jurzo e rora uero, actual da Costa de Co de Almeida Ramos, que desde já fica nomeado gerente, col dispensa de caução, bastando a sua assinatura para objetivalidamento. validamente a sociedade.

- a) O gerente poderá delegar mesmo em postu estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respecțiil
- b) Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade da actor actos e contratos estranhos aos negócios social da socia da sociedade, tais como letras de favol, famo abominações ou actos semelhantes.

7.°
As Assembleias Gerais serão convocadas por simple tas registadas accuracy serão convocadas accuracy serão convocadas por simple tas registadas accuracionados acc cartas registadas aos sócios com pelo menos 30 dias antecedência ieto antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidade especiais de comunicación de socios especiales de comunicación de socios especiales de comunicación especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios ser feita comunicação. ausente da sede social a comunicação deverá ser feita comunicação deverá ser feita tempo suficiente para tempo suficiente para que possa compareçer.

8.0

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzir a per-Os lucios indicados ou destinos especiais criados em centagem para fundos ou destinos especiais criados em centagem para divididos pelos sócios na proporrosos suportadas as perdas se as houver.

9.0

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

10.°

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

110

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

12.0

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

13.0

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação

(15-18238-L02)

Stana & Manga, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 86, do livro de notas para escri-Único da D. 301-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa Li da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Vado Paulo Teixeira, solteiro, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Maianga, Bairro Cassenda, Rua 24, n.º 4, 2.º andar, Apartamento B:

Segundo: — Hélder Adilson José Vieira, solteiro, maior, natural de Calulo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Gomes Spencer, Prédio n.º 2, 2.º andar, Apartamento 16;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel

ESTATUTOS DA SOCIEDADE STANA & MANGA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Stana & Manga, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 24, Edificio n.º 4, 2.º andar, Apartamento B, Zona 6, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, transporte marítimo, transporte de passageiros e de mercadorias, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pesca, hotelaria e turismo, construção civil e obras públicas, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma pertencentes aos sócios Vado Paulo Teixeira e Hélder Adilson José Vieira, respectivamente.

ARTIGO 5.°

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito

DIÁRIO DA REPÚBL

de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Vado Paulo Teixeira e Hélder Adilson José Vieira, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando 2 (duas) assinaturas dos gerentes para obrigarem validamente a sociedade.
- 2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 3. Ficam vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão de cada ano. devendo ano Os anos socialis em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encenta 33 de cada ano, de cada an

No omisso regularão as deliberações sociais, as de sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a la de se demais legislação anti-Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável

EASY & QUICK — Prestação de Serviços, Limitalo

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de Dij lavrada com início a folhas 17, do livro de notas para estro ras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Unio da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Allan Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim Eduze Sapalo, Notário-Adjunto, foi constituída entre:

Primeiro: — Álvaro dos Santos Alves, casado aos Arminda André António dos Alves, sob o regime de como nhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Provincia la Luanda, residente habitualmente no Distrito Urbano la Rangel, Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Hende 1.º Torre 4;

Segundo: — Arminda André António dos Santos Alia casada e convivente com o primeiro outorgante, natural è Assango, Amboim, Provincia do Kwanza-Sul;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerios termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa ANIFIL, em Luanda, aos 30 de Outubro de 2015. – 0 ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE EASY & QUICK — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO I.º

ARTIGO I.º

ARTIGO I.º

ARTIGO I.º QUICK — Prestação de Serviços, Limitada, Com Social na Prestação de Serviços, Com Social na Prest social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbando Sambizano. do Sambizanga, Bairro Sambizanga, Rua Ngola Kilualika Casa n.º 27 Casa n.º 27, podendo transferi-la livremente para qualquatro local outro local do território nacional, bem como abril filas sucursais aca---: sucursais, agências ou outras formas de representação dos tro e fora do Portro e fora do País.

ARTIGO 2.º

ARTIGO 2.º

ARTIGO 2.º

Indeterminado, contandoste indeterminad início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a para da data da celebrar a da data da celebração da presente escritura.

A sociedade tem como objecto social o comércio geral A sociedad de serviços hotelaria e turia grosso e a romano, hotelaria e turismo e similares, triais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, triais, presidya-pecuária, pesca, serviços informáticos, tele-indúslria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, teleindustria, ag. publicidade, construção civil e obras públicas, comunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, comunicação mineira e florestal, comercialização de telefones explusação acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, repavenua de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustiveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento de viagens, relações públicas, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, exploração de vídeo clube e discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, exploração de jardim de infância e ATL, educação e cultura, instrução automóvel, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, importação e exportação, podendo ainda dedicar- se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

0 capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e represenlado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Álvaro dos Santos Alves e Arminda André António dos Santos Alves, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Álvaro dos Santos Alves, que fica desde idente. desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para Obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de come como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta)

dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18265-L03)

LAMPEDUSA — Imobiliária, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto foi constituída entre:

Primeiro: — Sandro de Jesus Manuel Forte, casado com Benedita Alexandra da Silva Caldeira Forte, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Conselheiro Aires de Ornelas, n.º 12;

Segundo: — Benedita Alexandra da Silva Caldeira Forte, casada e convivente com o primeiro outorgante, natural da Ingombota, Província de Luanda;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LAMPEDUSA — IMOBILIÁRIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «LAMPEDUSA - Imobiliária, Limitada», com sede social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinaxixi, Rua Conselheiro Aires de Ornelas, Prédio n.º 12, Apartamento n.º 15, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a promoção imobiliária, compra e venda, comércio geral a grosso e a retalho, representações comerciais e industriais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento

de viagens, relações públicas, venda de gás de control de video cluba DIÁRIO DA REPÚB porto e recreação, exploração de video clube e de actividades culturais e decentral de de decentral de decent porto e recicação, realizações de actividades culturais e desponiva de bene con construir de la conscos verdes, segurança de bene con construir de la conscos verdes de la conscos de la tenção de espaços verdes, segurança de bens patino de infância e ATI exploração de jardim de infância e ATL, educação ensino, saneamento hácia. instrução automóvel, ensino, saneamento básico por desinfestação. fabricação e vand gem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de venda importação e exportação, podendo ainda dedicare do comércio ou indústria am quer outro ramo do comércio ou indústria em que o sin acordem e seja permitido por lei.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem milkage) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado en dinheiro en tado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota nu nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), po cente ao sócio Sandro de Jesus Manuel Forte e outra no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil knaze pertencente à sócia Benedita Alexandra da Silva (de Forte, respectivamente.

ARTIGO 5.º A cessão de quotas a estranhos fica dependente to a sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado des de preferência, deferido aos sócios se a sociedade deká quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e administração da sociedade, em todas seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pasimente, incumbem aos sócios Sandro de Jesus Manuellos e Benedita Alexandre da Silva Caldeira Forte, que fue desde já nomeados gerentes, bastando I (uma) das sua la naturas para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em activada de em ac e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedad. como letras de favor, fiança, abonações ou aclos ses Ihantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples construires registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (mis dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formado de la compansa de lidados. lidades especiais de comunicação. Se qualquer dos strivers estiver ausente da sede social, a comunicação de refis feita com tempo suficiente para que possa comparece.

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida al tagem para f centagem para fundos ou destinos especiais criados. Assembleia Companyo Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propieda das suas ção das suas quotas, e em igual proporção serão supor as perdas se as houver.

ARTIGO 9.°
ARTIGO 9.°
ARTIGO 9.°
Jualquer dos se dissolverá por morte ou impedin de qualquer dos sócios, continuando a sua existência con sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou sobrevivo e notace nomear um que a todos represente, interdito, devendo estes nomear indivisa enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e demais casa de partilha verificar-se-ão como acordarem. Na a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. a liquidade acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18266-L03)

Q. LIMA — Comércio e Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 15, do livro de notas para escrituras diversas π.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto foi constituída entre:

Primeiro: — João Carlos dos Santos Lima, casado com Eunice José Rêgo Quiosa Lima, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde teside habitualmente, no Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-'ya-Henda, n.º 56, r/c, pelas menores, consigo conviventes Joanice Carla Quiosa Lima, de 10 anos de idade, natural do Distrito Urbano da Ingombota, Província de Luanda e Jocimara Carina Quiosa Lima, de 9 anos de idade, natural do

Distrito Urbano da Ingombota, Província de Luanda; Segundo: — Eunice José Rêgo Quiosa Lima, casada e Convivente com o primeiro outorgante, natural do Distrito Urbano da Maianga, Província de Luanda;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa -ANIFIL, em Luanda, aos 30 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE Q. LIMA — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Q. LIMA - Comércio e Serviços, Limitada», e tem a sua sede na Província de Luanda, Município de Belas, Comuna do Camama, Bairro Dangereux, Rua Projectada, QF6, BL 4, Casa n.º 186, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra espécie de representação dentro ou fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o seu início para todos os efeitos a partir da assinatura da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o comércio a grosso ou a retalho de bens e artigos diversos, importação e exportação, fornecedores de produtos e serviços, perfumaria, cosméticos, acessórios de beleza e fantasias, jardinagem, estufas, flores, arranjos e decoração, creche, educação e jardim de infância, vestuários e calçados diversos, modas, confecções e artigos de couro, prestação de serviços de contabilidade, assessorias em diversos ramos de actividades, consultorias, instituto de beleza e salões de cabeleireiros, gestão de farmácias, venda de produtos farmacêuticos, hospitalares e medicamentos, consultas e diagnósticos médicos, óculos e assessórios, venda de artigos para o lar e electrodomésticos, venda de bens alimentares diversos e bebidas, materiais de construção, montagem e assistência técnica, restaurantes, pastelaria e serviços de buffet, consumíveis e equipamentos de escritórios e escolar, serviços e venda de material de informática, internet, comunicação e novas tecnologias, construção civil, engenharia e projectos, estudos de mercados, prestação de serviços nos ramos de petróleos e ambiental, transportes de passageiros e mercadorias, venda e aluguer de máquinas e equipamentos, mediação de negócios e gestão de imóveis, venda ao domicílio, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade em que as sócias acordem e sejam aprovadas por lei.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas no valor nominal distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota de valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), equivalente a 60% do capital social, pertencente ao sócio João Carlos dos Santos Lima;
- b) Uma quota de valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20% do capital social, pertencente à sócia Eunice José Rêgo Quiosa Lima;
- c) Duas quotas de igual valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) equivalente a 10% cada uma, pertencentes às sócias Joanice Carla Quiosa Lima e Jocimara Carina Quiosa Lima.
- 2. O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes de acordo com o desenvolvimento da sociedade ou por simples resolução em Assembleia Geral.

ARTIGO 5.º

Os lucros líquidos apurados serão divididos entre os sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 6.º

A cessão e divisão de quotas feitas a estranhos dependem do consentimento da sociedade, gozando os sócios do direito de preferência.

ARTIGO 7.º

- 1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activo e passivamente incumbem aos sócios João Carlos dos Santos Lima e Eunice José Rego Quiosa Lima, que dispensados de caução, ficam desde já nomeadas gerentes, bastando uma das assinaturas para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Os gerentes poderão constituir mandatários ou procuradores da sociedade pessoas estranhas a sociedade, para realizarem determinados actos em nome da sociedade.

ARTIGO 8.º

- 1. Fica expressamente vedado aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, letras a favor, abonações ou outros semelhantes estranhos aos negócios sociais.
- 2. A sociedade poderá mediante acordo dos sócios ou deliberação da Assembleia Geral, participar no capital de outras sociedades, associar-se em outras entidades singulares ou colectiva, local ou estrangeira, colaborar com elas através da sua direcção ou fiscalização e nelas tomar interesse sob qualquer forma legal.
- 3. Sem prejuízo para esta sociedade, os sócios, podem exercer por conta própria ou participar, directa ou indirectamente, no capital de outras sociedades, local ou estrangeira, colaborar com elas sob qualquer forma de interesse, desde que não se tratem de actividades concorrentes abrangidas no objecto social desta sociedade, desde que estejam a ser exercidas. No caso de actividades concorrentes, carece do consentimento em Assembleia Geral.

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou intention dos sócios, continuando com os solutores de qualquer dos sócios, continuando com os sobren de quaiquei dos socios que e os herdeiros ou representantes legais do sócio falco devendo nomear um que a todos a falco de contra de con ou interdito, devendo nomear um que a todos a representadores de la compansión de la compan

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios en demais casos legais, os mesmos serão liquidalárias taliquida correspondentes acordarem dação e partilha serão como então acordarem.

3. Na falta de acordo, e se algum dos sócios prelado será o activo social licitado em globo com a obrigação pagamento do passivo, e adjudicado ao sócio que mello preço oferecer em igualdade de direitos.

ARTIGO 10.º

As Assembleias Gerais são convocadas, quando a leitra prescreve outras formalidades, por cartas registadas on aviso de recepção, dirigidas aos sócios e expedidas pela la mais rápida, com antecedência mínima de 30 (trinta) dia

ARTIGO 11.º

Os sócios poderão conceder à sociedade os suprimentos de que ela carecer, e de acordo com os juros e condições que estipularem, facto sujeito de aprovação entre si ou represe tantes de ambas as partes em Assembleia Geral.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões decorrentes deste estatuto, ta falta de consenso, quer entre os sócios, seus herdeiros ne representantes, quer entre eles e a sociedade, fica estipulab exclusivamente o Tribunal Provincial de Luanda.

ARTIGO 13.º

Em tudo omisso regularão as deliberações sociais s disposições da Lei das Sociedades Comerciais e demás (15-18267-L03) legislação aplicável.

Milde Pi (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licencial em Direito, Conservadora de 2.ª Classe da Conservatora de Registo C Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Únix

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apretada sobre de contrator de cont sentada sob o n.º 6 do livro-diário de 30 de Outubro de Corrente con corrente con contratorio de 30 de Outubro de Corrente con contratorio de contratorio de 30 de Outubro de Corrente con contratorio de 30 de Outubro de 30 de 30 de Outubro de 30 de 30 de Outubro de 30 corrente ano, a qual fica arquivada nessa Conservatória. Certifico que Eugénia Bolombo Iseka, solteira, maid.

residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda Casa sh. Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Chicala, denominas de constituir uma constituiu uma sociedade unipessoal por quotas nada «Milde D: (CLI) nada «Milde Pi (SU), Limitada», com sede na Provincia Luanda. Municipia Luanda, Município de Viana, Bairro Zango II, Rua no Casa n.º Casa Casa n.º C, 91E, registada sob o n.º 1214/15, que se registada sob nos termos constantes do documento em anexo.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda Secção do Guiché II. 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa ANIFIL. El Luanda, aos 30 de O Luanda, aos 30 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegina

ESTATUTO DA SOCIEDADE MILDE PI (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Milde Pi (SU), Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Municipio de Viana, Bairro Zango II, Rua 6, Casa n.º C 91E, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do poucieritorio nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, representações comerciais e industriais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento de viagens, relações públicas, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, exploração de vídeo clube e discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, exploração de jardim de infância e ATL, educação e cultura, instrução automóvel, ensino, saneamento básico, jadinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gualous e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por l (uma) l (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Eugénia Bolombo

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

> ARTIGO 6.º (Gerência)

- 1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à gerente única Eugénia Bolombo Iseka, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos seme-
- 3. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

> ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

> ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

> ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Marco imediato.

> ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro. (15-18268-L03)

IEAC, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 30 do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Esperança André Camoio, solteira, maior, natural de Macocola Milunga, Província de Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Maria Eugenia Neto, casa s/n.º:

Segundo: — Ilda André Camoio, solteira, maior, natural de Macocola Milunga, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Maria Eugenia Neto, casa s/n.º, Zona 20:

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE IEAC, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «IEAC, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Condomínio das Acácias, Casa G4, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social construção civil e obras públicas, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviço de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camio-nagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, serviços de cabeleireiro, boutique, agenciamento, comercialização de perfumes, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e despor-

DIÁRIO DA REPÚBLICI tivas, manutenção de espaços verdes, segurança de la patrimoniais, educação e ensino, importação e exponsida dedicar-se a qualquer outro rama de la d podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de constante de constan cio ou indústria em que as sócias acordem e seja permital

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanza) integralmente realizado em dinheiro, dividido e repros tado por 2 (duas) quotas iguais no valor nomini de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma je tencentes às sócias Esperança André Camoio e Ilda Anti-

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do tro sentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direcde preferência, deferido às sócias se a sociedade dele ne quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e representação da sociedade, em todoso seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pasivamente, incumbe às sócias Esperança André Camoioella André Camoio, que ficam desde já nomeadas gerentes, no dispensa de caução, bastando 1 (uma) assinatura para otigar validamente a sociedade.
- 2. As gerentes poderão delegar entre si ou mesmo a pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gente cia, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 3. Fica vedado às gerentes obrigar a sociedade em axis e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, us como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhants

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simple cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo mento 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não procreva formalidades especiais de comunicação. Se qualque das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação de verá deverá ser feita com tempo suficiente para que possa cum parecer.

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a pritagem por constante de deduzida centagem para fundos ou destinos especiais criados de Assembleio C Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proportadas suas que das suas que de suas cuerta de suas cuer das suas quotas e em igual proporção serão suportados perdas se as bornos de la serão d perdas se as houver.

ARTIGO 9.°

ARTIGO 9.°

ARTIGO 9.°

qualquer das sáciones dissolverá por morte ou impedimento de constancia co de qualquer das sócias, continuando a sua existência falecidade sobreviva e hardoir sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecidad interdita. devendo interdita, devendo estes nomear um que a todos representantes da sócia faicu-enquanto a que ta companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya ARTIGO 10.° das sócias e promoto das socias e promotos das socias e promoto das socias e promotos e enquanto a quota se mantiver indivisa.

demais casos legais, todas as sócias serão liquidatários e

liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta liquidação e partidação de parametrica será o activo social de acordo esta de activo social de activ licitado em grassivo e adjudicado á sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providencia cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18278-L02)

Marques Perfect Business Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 26 do livro de notas para escriluras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, Domingos Catenda, 1.º ajudante, foi constituída entre:

Primeiro: — Tânia Alexandra Coelho Guerra Marques, casada com Carlos Dilson Campeão Marques, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Avenida Comandante Valódia, Prédio 265;

Segundo: — Carlos Dilson Campeão Marques, casado com a primeira outorgante natural do Rangel, Província de Luanda, residente habitualmente no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Gika, Casa n.º 209, Zona 5;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, aos 30 de Outubro de 2015. — O

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MARQUES PERFECT BUSINESS ANGOLA, LIMITADA

ARTIGO 1,º

A sociedade adopta a denominação de «Marques Perfect Business Angola, Limitada», com sede social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Vila Alice, Rua Aníbal de Melo, Casa n.º 22, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, representações comerciais e industriais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, telecomu-nicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalares, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento de viagens, relações públicas, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, exploração de vídeo clube e discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, exploração de jardim-de-infância e ATL, educação e cultura, instrução automóvel, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Tânia Alexandra Coelho Guerra Marques e Carlos Dilson Campeão Marques, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

- 1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Tânia Alexandra Coelho Guerra Marques e Carlos Dilson Campeão Marques, que ficam desde já nomeados gerentes, bastando a assinatura de 1 (um) dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

DIÁRIO DA REPÚBLI Os anos sociais serão os civis e os balanços serão de cada ano, devendo anos de cada anos devendo anos de cada anos de cad em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encena

No omisso regularão as deliberações sociais, as formado de Formado sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a la demais legislação de la la demais legislação de la la demais legislação de la demais legislações demai Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicare

Kihend, Limitada

Certifico que, por escritura de 26 de Outubro de Ni lavrada com início a folhas 79 do livro de notas pate es turas diversas n.º 432, do Cartório Notarial do Guichello da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Albeno Pira Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Deolindo Félix Vunge Manuel, solici maior, natural da Ingombota, Provincia de Luanda no dente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bin Catambor, Casa n.º 41;

Segundo: — Hendrike Ladislau Lopes Gaspar, solar. maior, natural do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, no dente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Biri Mártires de Kifangondo, Rua I, Casa n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regriso termos constantes dos artigos seguintes.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empres, e Luanda, 27 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegird.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE KIHEND, LIMITADA

A sociedade adopta a denominação social de «Kibal Limitada», com sede social na Provincia de Lundo Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, ponto do Catambor, Rua Padre Manuel Ruela Pomb. Casa n.º 41 H, podendo transferi-la livremente para quer contra la livremente para quer contra la livremente para quer contra la livremente para que la livremente para que contra la livremente para que contra la livr quer outro local do território nacional, bem como de representado de represent filiais, sucursais, agências ou outras formas de representa ção dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

ARTIGO 2.º

ARTIGO 2.º

io da sua activida i início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a para todos efeitos efeitos legais, a para todos efeitos da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.° ARTIGO 3.° Social a prestação de viços, comércio serviços, comércio a grosso e a retalho, comercialidade têxteis e vectorio. de têxteis e vestuários, consultoria financeira, promotione dade e auditoria dade e auditoria, gestão de empreendimentos, ponto de investimento. de investimentos e participações, produtos químicos e

macéulicos, serviços de saúde, empreitadas de construção macéuticos, ser escola de línguas de construção civil e obras públicas, fiscalização de obras públicas, educivil e outas puoticas, edu-cação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, cação, ensilo solvação, informática, telecomunicações, serserviços de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria viços de ligeira, indústria de panificação, pastelaria, gelapesada e gelo, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e dana de viaturas novas e usadas, transporte de passageivenua de passagei-ros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de cons-แบรลัง, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria e marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, venda de mobiliário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios, Deolindo Félix Vunge Manuel e Hendrike Ladislau Lopes Gaspar, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Deolindo Félix Vunge Manuel e Hendrike Ladislau Lopes Gaspar, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando l (uma) assinatura de qualquer um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18168-L02)

GRANIPETRIS — Extracção e Transformação de Rochas (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Feliciana Cláudia Puga Rodrigues Coelho Canaria, casada com João Luís da Luz Canaria, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua Sebastião Desta Vez n.º 22 1.º 5, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «GRANIPETRIS — Extracção e Transformação de Rochas (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Santa Bárbara, casa sem número, registada sob o n.º 5.831/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 22 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRANIPETRIS — EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ROCHAS (SU), LIMITADA

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «GRANIPETRIS Extracção e Transformação de Rochas (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Santa Bárbara, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, extracção e transformação de rochas, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços

DIÁRIO DA REPÚBL de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, performante de cabeleireiro, performante de cabeleiro, performante de cabeleiro de cabeleneno, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação pomerciais e industriais, venda de páx sentações comerciais e industriais, venda de gás de consideration de consi desporto e recreação, meios industriais, realizações de desportivas, manutenção de vidades culturais e desportivas, manutenção de se patrimoniais, educação de se patrimoniais, educação de se patrimoniais. verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e to portação podendo ainda dedica de todos estados en estados estado importação e exportação podendo ainda dedicar-se a comércio ou indústria quer outro ramo de comércio ou indústria em que a sic

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil las zas), integralmente realizado em dinheiro, representado uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100,000,00 (can) kwanzas), pertencente à sócia-única Feliciana Cláudia Pe Rodrigues Coelho Canaria.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pais vamente, incumbem à sócia-única, bastando a sua assinza para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em artist contratos estranhos aos negócios sociais da sociedad. como letras de favor, fiança, abonações ou actos sentellos tes.
- 2. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à socia dade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º

As decisões da sócia-única de natureza igual às delibras ções da Assembleia Geral deverão ser registadas em actual ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento sócia-único da sócia-única, continuando a sua existência com os ros ou representados en continuando a sua existência com os ros ou representados en continuando a sua existência com os representados en continuando en contin ros ou representantes da sócia falecida ou interdita, de política de socia falecida ou interdita, de política de socia falecida ou interdita, de política de socia falecida ou interdita, de política estes nomear um que a todos represente, enquanto a quotis mantiver indivis mantiver indivisa.

(Liquidação)
A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da leida siedades Comerciai: Sociedades Comerciais.

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dividado encerrar a julio de Dezembro de la processa de la concernar a julio encernar a jul em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a Março imediato

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as dis-No oninsso. 19/12, de 11 de Junho e ainda as posições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as posições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18170-L02)

Grupo Sopraia, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 28 do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, Domingos Catenda, Primeiro Ajudante, foi constituída entre:

Primeiro: - Firmino José Nunes Praia, solteiro, maior, natural da Maianga, Provincia de Luanda, residente habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Chicala Il Rua Dr. António Agostinho Neto, n.º C 154, pelos menores, Carolina Patrícia Domingos Praia, de 9 anos de idade, Jorge Domingos Praia, de 7 anos de idade, Nilton Domingos Praia, de 5 anos de idade e Weza Margarida Cafaia Praia, de 5 anos de idade, todos naturais da Ingombota, Província de Luanda e consigo conviventes;

Segundo: — Dário Domingos Praia, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente no Distrito Urbano dA Ingombota, Bairro Chicala II, Rua Dr. António Agostinho Neto, n.º 1772;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa -ANIFIL, em Luanda, aos 3 de Novembro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO SOPRAIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Grupo Sopraia, Limitada», com sede social na Província e Município de Lianda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Chicala II, Rua Dr. António Agostinho Neto, Casa n.º 154, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do territónacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou Outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

Cio da sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o da data da color da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, representações comerciais e industriais, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, serviços informáticos, telecomu-nicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte. fabrico de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalares, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, venda de perfumes, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, produção de gelados, indústria pasteleira, exploração de boutique, exploração de salão de cabeleireiro, agenciamento de viagens, relações públicas, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, exploração de vídeo clube e discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, exploração de jardim de infância e ATL, educação e cultura, instrução automóvel, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Firmino José Nunes Praia e as outras cinco quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Dário Domingos Praia, Jorge Domingos Praia, Nilton Domingos Praia, Weza Margarida Cafaia Praia, Carolina Patrícia Domingos Praia, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.°

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Firmino José Nunes Praia que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18294-L03)

Hidroviana (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Lignes em Direito, Conservadora de 2.ª Classe da Conservadora Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiche (s

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição diário do 20 de 20 sentada sob o n.º 11 do livro-diário de 30 de Outubro corrente ano, a qual fica arquivada nessa Conservationa

Certifico que Milton Paulo Lopes Cerveira, solimaior, residente habitualmente na Provincia de Bengal Município de Benguela, Bairro Zona E, Rua Bartolico Dias, n.º 13, constituiu uma sociedade unipessoal por qu tas denominada «Hidroviana (SU), Limitada», com se em Luanda, Município de Viana, Bairro do Luanda S Condomínio Girassol, Vivenda n.º 1234, registada 50) n.º 1216/15, que se regerá nos termos constantes do dec mento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 21 Sagá do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda se 30 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE HIDROVIANA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Hidronis» (SU), Limitada», com sede social na Província de Lumb Município de Viana, Bairro do Luanda Sul, Condomina Gira Sol, Vivenda n.º 1234, podendo transferi-la livrenda para qualquer outro local do território nacional, bem construcción de la construcción de abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de notas sentação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando a sua caria a partir de la sua caria a partir início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a porto do respectivo. do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a impressão grafico. fica, serigrafia, estúdios fotográficos e cinematográficos cyber café cyber café, o comércio geral a grosso e a retalho, construir café comércio geral a grosso e a retalho. ção civil, prestação de serviços, representação de marcas hadas de marcas, hotelaria e turismo, indústria, pescas, explonidade inertes e de de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de informatica, telecomo de inertes e de madeira, agro-pecuária, serviços de inertes e de iner tica, telecomunicações, construção civil e obras publica fiscalização de obras publica de obras publica civil e obras publica civil fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras pura fiscalização de obras, saneamento básico, moda e conference construção civil e obras para fiscalização de obras construção civil e obras para fiscalização de obras construção civil e obras para fiscalização de obras construção construção construção de para fiscalização de obras construção construção construção construção construção de construção ções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passagein

ou de mercadorias, camionagem, transitários, exploração de ou de mercación de petró-oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróoficina auto, de petro-leo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, leo e nuorina de medicamentos, serviços de saúde, venda comercialização de medicamentos. de perfumes, agenciamento de viagens, relações públicas, de periumas, panificação, exploração de parques de industria pasteleira, panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira, exploração de estação de serviços, representações comerciais, serviços de serralharia e carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

0 capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por I (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Milton Paulo Lopes Cerveira.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

- 1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único Milton Paulo Lopes Cerveira, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.
- 3.0 sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdire. interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Marco imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-18295-L03)

L. Sabores Gourmet, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2015. lavrada com início a folha I do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António João Pinheiro Cardoso, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Rua Guerra Junqueira, Casa n.º 18;

Segundo: — Cremilda Manuela Valentim Salvador dos Santos, solteira, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua C, Casa n.º 69;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 28 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE L. SABORES GOURMET, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «L. Sabores Gourmet, Limitada», com sede social na Província de Luanda, no Município de Luanda Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Assalto de Moncada, Casa n.º 23, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos efeitos legais, a partir da data de celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem, como objecto social, consultoria económica, jurídica e financeira, comércio geral a grosso e a retalho, construções eléctricas, desalfandegamento de mercadorias, segurança privada, agência de viagens, representações comerciais, manutenção de espaços verdes e jardins, saneamento básico, construção civil e obras públicas, contabilidade, prestação de serviços, transporte, informática, turismo e hotelaria, restauração, pesca, agricultura, salão de cabeleireiro, publicidade, intermediação imobiliária, indústria, saúde, educação, exploração mineira, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria que os sócios acordem ou seja permitido por lei.

2. A sociedade, pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce, ou em sociedades reguladas por leis especiais, e integrar agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas distribuídas entre os sócios nas seguintes proporções:

- a). António João Pinheiro Cardoso, titular de uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social;
- b) Cremilda Manuela Valentim Salvador dos Santos, titular de uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos a sociedade, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios António João Pinheiro Cardoso e Cremilda Manuela Valentim Salvador dos Santos, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessário a assinatura dos 2 (dois) sócios para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Os gerentes poderão delegar por acta, em pessoa estranha ou integrante da sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência.
- 2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver

DIÁRIO DA REPÚBLI ausente da sede social, a comunicação deverá ser feitas tempo suficiente para que possa comparecer.

2. Os sócios poderão reunir-se em Assembleia Companidades préviae de formalidades préviae de formalida sem observância de formalidades prévias de comos esteiam presentes e todos esteiam presentes e todos desde que todos estejam presentes e todos manifes vontade de que a Assembleia se constitua e delibere six

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a le centagem para fundos ou destinos especiais criados Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção com igual proporto com igual propor ção das suas quotas, e em igual proporção serão suporte

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência oca sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecida interdito devendo estes nomear um que a todos represen enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios en demais casos legais, todos os sócios serão liquidations a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordaren. falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o axin social licitado em bloco com obrigação de pagamento de passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferece, o igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota la qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhono providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente control quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes que entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o fonda Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque qua

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão de la companio de Dominio em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encernara la de Marco: de Março imediato.

ARTIGO 14.°

No omisso, regularão as deliberações sociais, as dispositos de Lei p.º 1.00 ções da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedas. (15-18169-102) Comerciais, e demais legislação aplicável.

PROPAWER ANGOLA — Gestão

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015. rada com início a follocario de 2015. lavrada com início a folhas 40, do livro de notas para sinitituras diversas n. 9 422 turas diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Alberto pires da Empresa, a cargo de la ca da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto.

Costa, Licenciado em Discussión de la contracta de la contract Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro. — Maria José Caldas Albino, solteira, maior, natural do Huambo, Provincia do Huambo, residente em nalural do Rangel, Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, Torre A, 3.° andar, Direito;

Segundo: — Delfina Graciosa Camulombo, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente Rua 49, n.º 71, 2.º andar, Apartamento 10;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos lemos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PROPAWER ANGOLA — GESTÃO E PARTICIPAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «PRO-PAWER ANGOLA — Gestão e Participação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Torre A, Cidadela Desportiva, 3.º D, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

Asua duração é por tempo indeterminado, contando-se o inicio da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, gestão de participações, comércio a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produlos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda da ... Venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda da mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalaraterial de escritório e escolar, venda e material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, agência de viagens, centro médico, clínica geral, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente à sócia Maria José Caldas Albino e outra quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Delfina Graciosa Camulombo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido às sócias se a sociedade delas não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Maria José Caldas Albino, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. A gerente poderá delegar numa das sócias ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididas pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estas nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18244-L02)

Two Steps Behind, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 36, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Rodrigo José da Costa Pereira, casado com Eurídice Janaina Soares Alexandre Pereira, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Nova Vida II, Bloco D, 1.º andar, Apartamento 202;

Segundo: — Bráulio Flávio Sebastião da Rosa, casado com Dacia Andreza Lourenço Gomes da Rosa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Provincia de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro do Sambizanga, Avenida dos Combatentes, Prédio n.º 297, 4.º andar, Apartamento D;

DIÁRIO DA REPÚR Uma sociedade comercial por quotas de que se la documento em anevo nos termos constantes do documento em anexo.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empres Luanda, 29 de Outubro de 2015.— O ajudante, ilegia

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TWO STEPS BEHIND, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Thos. Behind, Limitada», com sede social na Provincia de la comitada de Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambi Bairro Valódia, Avenida Comandante Valódia, Predionas 4.º andar, Apartamento D, podendo transferi-la livrenz para qualquer outro local do território nacional, bem que abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de ter sentação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contandos: início da sua actividade, para todos os efeitos legais, april da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de se viços, consultoria, formação profissional, comércio a punto profissional, comércio a punto profissional profi e a retalho, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca has laria e turismo, serviços de informática, telecomunicante publicidade, construção civil e obras públicas, consultado exploração mineira e florestal, comercialização de teleforma e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agradespachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compat venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, guer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparati de veículos automóveis, concessionária de material e par separadas de transporte, fabricação de blocos e vigoto medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, por dutos. dutos químicos e farmacêuticos, centro médico, predicionos de servicios. de serviços na área da saúde, perfumaria, plastificação do documento. documentos, venda de material de escritório e escolar, pastelar de escritório e escolar, pastelar de escritório e escolar, pastelar de escritório e escolar. rações, serigrafia, impressões, relações públicas, panificações panificação, representações comerciais e industriais, par de gás de control de gás d de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, teca meios indistributiva de secondo de secon teca, meios industriais, realizações de actividades compares de desportivos e desportivas, manutenção de espaços verdes, segulario de bens patrimos industriais, realizações de actividades cumo de espaços verdes, segulario de de bens patrimos industriais, realizações de actividades cumo de desportiva de bens patrimos industriais, realizações de actividades cumo de desportiva de desportiva de bens patrimos industriais, realizações de actividades cumo de desportiva de de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e colíndo ensino, importação de espaços verdes, seguindo de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e colíndo de constante de constant ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de cação e venda de caçõe e venda de cação e venda de cação e venda de caçõe e venda de cação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podente ainda dedicar co ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comitido por la indústria em qua indústria em que os sócios acordem e seja permitido por la construida por la constru

O capital social é de Kz; 100.000,00 (cem mil kwanza) integralmente realizado em dinheiro, dividido e nonificado por dues (2) tado por duas (2) quotas iguais no valor noni

de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, perde Kz: Julia da Rosa respectivamento respectivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito senuncia, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser lazer uso.

ARTIGO 6.º

I. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias 2 (duas) assinaturas conjuntas dos gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos econtratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos seme-Ihantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou intende interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação. liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acorda de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado ano de nassivo licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igual-

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-18245-L02)

Franeu, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 46, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Francisco Manuel Neto, casado com Neusa de Fátima Conceição António Neto, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Luanda Sul, Condomínio Acácias, Casa n.º 3;

Segundo: — Neusa de Fátima Conceição António Neto, casada como primeiro outorgante sob o regime acima mencionado, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Luanda-Sul, Condomínio Acácias, Casa n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FRANEU, LIMITADA

ARTIGO I.º

A sociedade adopta a denominação social de «Franeu, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Viana, Bairro Luanda-Sul, Condomínio Acácias, n.º 3, podendo transferi-la livremente para qualquer

outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços em hotelaria, prestação de serviços em tecnologias de informação, gestão de participações, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas. promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de combustíveis e lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) duas quotas sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas) pertencente ao sócio Francisco Manuel Neto e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) pertencente à sócia Neusa de Fátima da Conceição António Neto.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

A gerência e administração da sociedade, em juízo e fora dela contratos seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e por sócios Francisco Manual Al mente, incumbe aos sócios Francisco Manuel Neto que s de Fátima da Conceição António Neto, que ficam des nomeados gerentes, com dispensa de caução, basado uma assinatura para obrigar validamente a sociedade.

- 1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou necessidados delegar num dos sócios d em pessoa estranha à sociedade parte dos seus podens gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mando
- 2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade en ao e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade क्षेत्र como, letras de favor, fiança, abonações ou actos se Ihantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples con registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (timo dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva foralidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sités estiver ausente da sede social a comunicação deverásería com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a precentagem para fundos ou destinos especiais criados a Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propre ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportals as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido de socio de socio falecido de socio falecido de socio de socio de socio de socio de socio falecido de socio interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes do socio enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sócios e na contra de sociedade por acordo dos sociedades por acordo dos sociedad demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários liquidação liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na de acordo de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em blancas de la companión de la compani licitado em bloco com obrigação do pagamento e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, en igual dade de condição dade de condições.

ARTIGO II.º

Asociedade reserva-se o direito de amortizar a quoda de liquer sócio. qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora providência contri providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presente contrales, que entre os sócios quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles e a socios, entre os sócios, seus herdeiros ou representantes os representantes ou respectantes ou representantes ou representantes ou representantes Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro.

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada Os palaryos de cada agrovado até 31 de Março do ano ime-

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18246-L02)

Flor Branca, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escriluras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Domingos António, casado com Branca João António, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Bula-Atumba, Província do Bengo, residente em Luanda, no Municipio do Cacuaco, Bairro Nova Urbanização, casa s/n.º:

Segundo: — Branca João António, casada com Domingos António, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente em Luanda, no Município de Cacuaco, Bairro Nova Urbanização, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos lermos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

diato.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FLOR BRANCA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Flor Branca, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Nova Urbanização, na Via Express, casa s/n.º, próximo do Tribunal Provincial de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

ARTIGO 3.º

Cos. agriculto de serviços, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro-indúeta: agro-indústria, comercialização e gestão de imóveis, venda de mobiliário e privade mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, consultoria financeira, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, serviços de condução, informática, telecomunicações, serviços de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, transitários, cabotagem, rent-a--car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de objectos sólidos, assistência técnica, venda de mobiliário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.00

O capital social é de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) duas quotas iguais, no valor nominal de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), cada uma pertencente aos sócios Domingos António e Branca João António, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Branca João António, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bas-

DIÁRIO DA REPLA

tando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

- 1. A gerente poderá delegar no outro sócio ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.
- 2. Fica vedada à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

No omisso regularão as deliberações sociais, so 1/04 de 13 de Fevereiro sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a le Comerciais e demais legislação que é a le comerciais e demais legislações de le comerciais e demais legislações de l Sociedades Comerciais e demais legislação aplicad (15-1824)

Ana Manuel (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3'0 da Conservatória do Registo Comercial de Luanda 11 kg do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição sentada sob o n.º 91 do livro-diário de 29 de Cult corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservativa

Certifico que Anapaz Manuel Augusto Eduardo, sés maior, natural da Muxima, Quiçama, Provincia de luz onde reside habitualmente, no Município do Car Bairro Cazenga, Casa n.º 6, Zona 18, constituiu umas dade unipessoal por quotas denominada «Ana Manuello Limitada», com sede em Luanda, Município da Quisc Bairro Soba Muxima, Rua Estrada Muxima, Cabola casa s/n.°, registada sob o n.° 5.887/15, que se vai resur disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luzi 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda. N Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ANA MANUEL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Ana Mario (SU), Limitada», com sede social na Provincia de luncia Município da Quissama, Bairro Soba Muxima, Rua Esta Muxima Muxima, Cabo Ledo, casa s/n.º, podendo transferidade mente para qualquer outro local do território nacional. como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formes representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contandos sio da sua accidinada de contandos a la contandos de contan início da sua actividade, para todos os efeitos legais, apor do respectivo do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a avicultura, presidente cuária, indústria -pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, pestalho, servicos cománio. de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, constituidade, c de informática e telecomunicações, publicidade, forção civil e obracação forção de constante de ção civil e obras públicas, consultoria, exploração transferencialização de comercialização de comercializaç comercialização de telefones e seus acessórios, transp

marílimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, rent-apromoção e venda de viaturas, novas ou usadas e seus cur, compra venda e reparação de veículos automóveis, conacessorius, con-cessionária de material e peças separadas de transporte, cessionaria de blocos e vigotas, comercialização de medicafabricayas de medica-menlos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos menius, mariente productos, serviços de saúde, plastificação químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boulique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pasielaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e despottivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens palrimoniais, educação e ensino, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwan-225) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) pertencente ao sócio-único Anapaz Manuel Augusto Eduardo.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio único, bastando a sua assinatura ^{para obrigar} validamente a sociedade.

l. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos seme-

2.0 sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberason de la composición de la co ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeitos ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomas. estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se

ARTIGO 9 º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO ILº (Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro. (15-18249-L02)

Massochy & Man-Jol, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 42, do livro de notas para escrituras diversas n.º 433, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Jorge Pascoal Domingos, solteiro, maior, natural de Samba-Cajú, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf, Casa n.º 101;

Segundo: - José Sebastião Ventura, solteiro, maior, natural de Caxito, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Sambizanga, Casa n.º 10 LI 168;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Outubro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MASSOCHY & MAN-JOL, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Massochy & Man-Jol, Limitada», com sede social na Provincia de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro do Golf I, Rua 27, Casa n.º 101, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, elaboração de projectos de arquitectura e engenharia, venda de material e equipamentos de construção civil, compra e venda de café, modas e confecções, boutique, comercialização de perfumes e produtos cosméticos, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro--indústria, comercialização e gestão de imóveis, venda de mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, consultoria financeira, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, produtos guímicos e farmacêuticos, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, formação profissional, desporto e cultura, serviços de condução, informática, telecomunicações, compra e venda de material informáticos e seus acessórios, serviços de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros e de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal e minerais e seus derivados, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de objectos sólidos, assistência técnica, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios José Sebastião Ventura e Jorge Pascoal Domingos, respectivamente.

A cessão de quotas a estranhos fica dependente de quotas a qual é sempre reservado sentimento da sociedade à qual é sempre reservado de ferido aos sócios se a sociedade la sociedade de sempre reservado de semp de preferência deferido aos sócios se a sociedade del

- 1. A gerência e representação da sociedade, em los seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e por mente, incumbem aos sócios José Sebastião Venturaelo Pascoal Domingos, que ficam desde já nomeados en comendos en comen com dispensa de caução, bastando 2 (duas) assinatua gerentes para obrigar validamente a sociedade.
- 2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou ne em pessoa estranha à sociedade parte dos seus podere gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mante
- 3. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade actos e contratos estranhos aos negócios sociais da so dade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou au semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por sinda cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo mens? (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não pressure formalidades especiais de comunicação. Se qualque de sócios estiver ausente da sede social a comunicação descri ser feita com tempo suficiente para que possa compansa

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a pr centagem para fundos ou destinos especiais criados e Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proportional de la companion ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportale as perdas se as houver.

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência continuando a continuando a sua existência continuando a continuando a continuando a continuando a continuan sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido interdito, devendo estes nomear um que a todos representantes enquanto a quota se mantiver indivisa.

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e no nais casos la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrat demais casos legais, todos os sócios serão liquidação liquidação o socios serão o socios de serão de serão o socios de serão de s liquidação e partilha verificar-se-á como acordaren. Na de acordo a contra de acordo a de acordo, e se algum deles o pretender será o activo será licitado em globa licitado em globo com obrigação do pagamento e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igudicado dade de condicación dade de condições.

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º

ARTIGO II.º qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhos providência contel· providência cautelar.

Para todas as questões emergentes do presentantes, de rentre os sócios quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, que entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da entre eles currentes de Luanda, com expressa renúncia a qualquer

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados outro. em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-18250-L02)

DFAC - Investimentos, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Outubro de 2015, lavrada com início a folhas 30 do livro de notas para escrituras diversas n.º 35-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa - ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, licenciado em direito, perante mim Domingos Catenda, Primeiro Ajudante, foi constituída entre:

Primeiro: — Dário Filipe Araújo Caetano das Neves, solleiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua António Saldanha, n.º 72, 3.º andar;

Segundo: — Andreia Larcher Campinos Costa, solteira, maior, natural de Lisboa-Portugal de nacionalidade angolana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Marien Nguabi, n.º 4, 1.º andar, Apartamento n.º 11;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos lermos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa -ANIFIL, em Luanda, aos 3 de Novembro de 2015. — O ajudante, ilegivel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE DFAC - INVESTIMENTOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «DFAC — Investimentos, Limitada», com sede social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Coqueiros De Contra de Contr Coqueiros, Rua Rainha Ginga, Prédio n.º 8C, 6.º andar, Apartamento n.º 62, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se a sua existência jurídica, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura pública do acto de constituição.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

- 1. A sociedade tem por objecto social a construção civil e obras públicas, prestação de serviços, exploração e produção de recursos naturais mineiros, exploração, produção e comercialização de hidrocarbonetos e diamantes, armazenagem, tratamento industrial, transporte, distribuição e comercialização de combustível e produtos derivados do petróleo, serviços de segurança, rent-a-car e serviços informáticos, contratação, subcontratação e aluguer de plataformas e sondas, serviços de perfuração de poços de água e hidrocarbonetos, serviços de sísmica, logística geral, compra e venda de válvulas, indústria extractiva e transformadora, indústria de aviação, aeronáutica e transporte de carga aérea, podendo igualmente dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio e ou indústria, por si ou através da associação ou participação em sociedades em que os sócios acordem e seja permitido por lei.
- 2. Por deliberação dos sócios, à sociedade poderá adquirir ou alienar participações noutras sociedades, ainda que com actividade diferente da sua, ou em sociedades reguladas por legislação especial e participar em agrupamentos de empresas, consórcios, empreendimentos conjuntos ou outras formas de organização.

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 51.000,00 (cinquenta e um mil kwanzas), pertencente ao sócio Dário Filipe Araújo Caetano das Neves e a outra quota no valor nominal de Kz: 49.000,00 (quarenta e nove mil kwanzas), pertencente à sócia Andreia Larcher Campinos Costa.

ARTIGO 5.° (Aumentos de capital)

- 1. Por deliberação dos sócios em Assembleia Geral, que fixará o montante, a forma e as condições de subscrição, a sociedade poderá efectuar aumentos de capital.
- 2. Em caso de aumento do capital social, os sócios têm o direito a manter as respectivas percentagens das participações sociais, não podendo essas participações no capital social serem diluíveis, excepto nos casos em que o sócio não manifeste interesse na subscrição a que haja lugar.

3. Em caso de falta de liquidez por parte de sócios que queiram subscrever o aumento de capital e conservar desse modo a sua percentagem no capital social, nos termos e condições do número anterior, será conferida a esses sócios a possibilidade de diferir o pagamento da subscrição através da retenção parcial dos respectivos dividendos para amortização da divida.

4. Caso o pagamento previsto no número anterior não possa ser totalmente efectuado no prazo previsto na lei ou na deliberação de aumento de capital, a sociedade deverá emprestar aos sócios o valor remanescente para o pagamento total das acções subscritas, em condições que não sejam desfavoráveis nem para a sociedade nem para os sócios.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

- 1. A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livre.
- 2. A cessão total ou parcial de quotas a terceiro depende do consentimento da sociedade, sendo ainda reservado a esta o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios em segundo.
- 3. Os sócios que quiserem ceder a sua quota a terceiro deverão comunicar tal facto por escrito à sociedade e restantes sócios, por carta registada com aviso de recepção, indicando as condições em que se propõem efectuar a cessão, nomeadamente, o nome do adquirente, o preço e condições de pagamento.
- 4. O exercício do direito de preferência tem de ser comunicado ao sócio cedente, por meio de carta registada com aviso de recepção, no prazo máximo de trinta (30) dias, contados da data de recepção da comunicação prevista no número anterior.
- 5. Se a sociedade não exercer preferência, podem os sócios preferir, nos mesmos termos, na proporção do capital que detiverem.

ARTIGO 7.° (Gerência)

- 1. A gerência e representação da sociedade será da responsabilidade de pessoas singulares que serão indicadas pelos dois sócios, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, sendo sempre necessário duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.
- 2. O(s) gerente(s) poderá, mediante autorização prévia por escrito dos sócios, delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
- 3. Fica vedado ao(s) gerente(s) obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, compra e venda de património, letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Assembleia Geral)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva for-

DIÁRIO DA REPÚN malidades especiais de comunicação. Se qualque de social a comunicação de comunicação. estiver ausente da sede social, a comunicação do sufficiente para que nosca comunicação do se social de so feita com tempo suficiente para que possa companya

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida. centagem para fundos ou destinos especiais cristis Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na productiva de la composição de la composi ção das suas quotas e em igual proporção serão super

ARTIGO 10.º (Dissolução)

- 1. A sociedade dissolve-se por acordo entre os sinici nos demais casos previstos na lei.
- 2. A sociedade não se dissolverá por morte ou inc mento de qualquer dos sócios, continuando a sua exiscom o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sório cido ou interdito, devendo estes nomear um que a la represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios en demais casos legais, todos os sócios serão liquidatarios !! liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Nite de acordo e se algum deles o pretender, será o activosci licitado em globo com obrigação do pagamento do pass e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igo dade de condições.

ARTIGO 12.º (Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quodis qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhono providência cautelar.

ARTIGO 13.º

Para todas as questões emergentes do presente contra quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes per entre elecentre eles e a própria sociedade, fica estipulado o compresentado o compresent Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualque outro outro.

ARTIGO 14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão da 31 de Dezant em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar de Marco incertar de Cada ano, devendo encerrar de Cada ano, devendo encercada ano e de Março imediato.

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposes da Lei por los da los da Lei por los da Lei por los da Lei por los da sições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a lei de Sociedades Companie de la lei de la lei de Sociedades Companie de la lei de Sociedades Companie de la lei de la Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (15-18296-L0) Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

AMÉLIA SARDINHA CHANDA — Comércio a Grosso e Retalho

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 33 do livro-diário de 23 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.903/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual Amélia Sardinha Chanda, solleira, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Sagrada Esperança, casa s/n.º, Zona 6, que usa a firma «AMÉLIA SARDINHA CHANDA — Comércio a Grosso e Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho, tem escritório e estabelecimento denominado «ASC Comercial», situado em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Amílcar Cabral, n.º 27.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, aos 23 de Dezembro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(14-21080-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

M. F. F. M. S. C. — Prestação de Serviços

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, Satisfazendo de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe de Conservatória do Registo Comercial de Luanda, Satisfazendo de Conservador de Satisfazendo de Conservador de 3.ª Classe de Conservador de Co

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 80 do livro-diário de 24 de Junho do Cenifico a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.330/15, se acha matriculada a comerciante em nome individual Mariana de Fátima em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, firma «M. F. F. M. S. C. — Prestação de Serviços», exerce a de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado siluado em Luanda, Município de Criança — Prestação de Serviços», da Maianga, Bairro Huambo, Rua da Tropical, casa s/n.º, productivo de Município de Luanda, Distrito Urbano próximo da Maxi.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 24 de Junho de 2015. — O conservador de 3.ª classe, *ilegível*. (15-10863-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

P. S. G. — Prestação de Serviços

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 63 do livro-diário de 30 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.345/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual Patou Sungu Gualdino, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, Casa n.º 40, que usa a firma «P. S. G. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «P. S. G. — Invest», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro da Vila Alice, Rua Senado da Câmara, Casa n.º 15.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, da Empresa, aos 30 de Junho de 2015. — O conservador de 3.ª classe, *ilegível*.

(15-11127-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

LUÍS ANTÓNIO ROSA — Comércio a Retalho

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 20 do livro-diário de 28 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.616/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual Luís António Rosa, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga,

Bairro Cazenga, casa s/n.º, Zona 18, que usa a firma «LUÍS ANTÓNIO ROSA — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene, tem escritório e estabelecimento denominado «FARMÁCIA — Luís A. Rosa», situado em Luanda, no Município de Cacuaco, Bairro Mulenvos de Baixo, Rua dos Imbondeiros, casa s/n.º, próximo do SINFO.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, aos 28 de Outubro de 2015. — A conservadora-adjunta, ilegivel.

(15-18180-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda CERTIDÃO

Yonuja

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6 do livro-diário de 10 de Julho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.os 14.405, a folhas 106, verso, do livro B-32, se acha matriculado o comerciante individual Maria Alice Monteiro, divorciada, residente em Luanda, Bairro Maculusso, na Rua Comandante Kwenha, nacionalidade angolana, ramo de actividade: salão de cabeleireiro, comércio a retalho e a grosso n. e., camionagem de carga (aluguer), serviços relacionados com a agricultura, pescas em águas interiores, transportes rodoviários de mercadorias e outras actividades de serviços prestados, principalmente as empresas diversas n. e.

Data: 1 de Agosto de 2005.

Estabelecimento: «Yonuja», situado no local do la lio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que de de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Lundo Luanda, aos 16 de Julho de 2015. — O conservador, iles

Conservatória do Registo Comercial de Luanda. SIAC

CERTIDÃO

Raul Lopes Gonçalves Júnior

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conse vador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em pelição em sentada sob o n.º 2 do livro-diário de 22 de Outubro l corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservalónia

Certifico que, sob o n.º 1881, a folhas 147 do limbi se acha matriculado o comerciante em nome individual la I opes Gonçalves Júnior, casado, residente na Provincial Luanda, Município da Maianga, Bairro Prenda, Rude Martares, n.º 54, que usa a firma o seu nome completo, entre outras actividades de serviços prestados principalment. tem o seu escritório e estabelecimento denominado « G. J. — Prestação de Serviços», situado na Provincia Luanda, Município da Maianga, Bairro Morro Benlo, Ra 21 de Janeiro, Gamek à Direita, casa s/n.º

Por ser verdade se passa apresente certidão, que depoi de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda de Luanda, aos 24 de Outubro de 2013. — O consensado identidado de 2013. — O consensado de 2013. ilegivel.